



António Manuel França de Jesus **Ovar: memórias industriais de uma urbe**

UMinho|2011



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

António Manuel França de Jesus

**Ovar: memórias industriais de uma urbe**

Outubro de 2011



**Universidade do Minho**

Instituto de Ciências Sociais

António Manuel França de Jesus

**Ovar: memórias industriais de uma urbe**

**Projecto de Mestrado de Património e Turismo Cultural**

Trabalho realizado sob a orientação de

**Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro**

Braga, Outubro de 2011

## **Declaração**

Nome

António Manuel França de Jesus

Endereço electrónico

[francaantonio@hotmail.com](mailto:francaantonio@hotmail.com)

Telefone

962411670

Número do Bilhete de Identidade

10152334

## **Agradecimentos**

A realização deste Projecto de Mestrado foi possível graças à contribuição, de forma directa ou indirecta, de várias pessoas e entidades que me auxiliaram em diferentes tarefas e fases de investigação às quais gostaria de dirigir algumas palavras de agradecimento:

- Ao Senhor Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro, por ter gentilmente aceitado orientar-me e por toda a preciosa colaboração, o apoio incondicional, o entusiasmo e o encorajamento que me dispensou, bem como, pela inestimável orientação científica, pela revisão crítica do texto, pelos proveitosos esclarecimentos, comentários e sugestões, incluindo o ensinamento ao longo do meu percurso académico, como Professor da disciplina Património Industrial;
- À Câmara Municipal de Ovar, nomeadamente, ao Senhor Presidente, Dr. Manuel Alves de Oliveira, e ao Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Dr. Vitor Ferreira, pelas condições laborais, técnicas e científicas necessárias para a realização dos trabalhos de investigação inerentes à prossecução deste projecto.
- A todos os que me ajudaram, de um modo ou de outro, sempre que necessário.
- Por último, mas não menos importante, à minha família, em especial, aos meus enteados, Fernando e Ricardo, pelo apoio e constante encorajamento, e à minha esposa Ângela, pela compreensão e suporte incondicional, nos melhores e piores momentos, na elaboração e conclusão deste trabalho.



## Resumo

O propósito deste trabalho a desenvolver no âmbito do Mestrado de Património e Turismo Cultural sob orientação do Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro consiste em apresentar uma proposta de projecto cultural e de promoção turística, tendo como zona alvo de estudo os bens materiais alvo de intervenção no âmbito do P.R.U., com especial destaque para o património industrial do centro histórico da cidade de Ovar.

O desenvolvimento do trabalho tem como objectivo identificar e caracterizar potenciais recursos materiais e imateriais endógenos, analisar e propor acções, produtos e serviços adequados à actual conjuntura política, económica, social, cultural e turística, tendo como principais alvos o *Centro Histórico da Cidade de Ovar*, o *Museu Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense*, e a *Escola de Artes e Ofícios*.

As propostas a desenvolver neste projecto visam a instrumentalização de acções que permitam a identificação e rentabilização dos recursos materiais e imateriais patentes no centro histórico da sede do município, interligando-os com as inúmeras mais-valias existentes no concelho. Pretende-se sugerir a estruturação e criação de mecanismos de gestão do território, serviços e produtos culturais e turísticos, com potencial valor acrescentado, inseridos num conjunto de cenários regionais e nacionais e na hipotética agenda política da autarquia de Ovar

## **Abstract**

The purpose of this work in development in the scope of the Patrimony and Cultural Tourism Master's Degree, under Prof. Dr. José Manuel Lopes Cordeiro's guidance consists in presenting a cultural and turistic promotion project proposal, having as a target zone the study of material goods on which there have been interventions in the scope of the P.R.U., underlining the industrial patrimony of *Ovar City's Historical Center*.

The goal of the work's development is to identify and characterize potential material and immaterial endogenous resources, to analyze and propose actions, products and services suited to the current political, economic, social, touristic and cultural conjuncture, the main targets being *Ovar City's Historical Center*, the *Júlio Dinis Museum – A House of Ovar* and the *School of Arts and Crafts*.

The proposals to develop in this project seek the instrumentalization of actions which allow the identification and profitability of the material and immaterial resources present in the city's historical centre, connecting them to the numerous benefits existing in the city. It's intended to suggest the organization and creation of territory management mechanisms, services and cultural and touristic products, with potential increased value, inserted in a set of regional and national scenarios and in the hypothetical political agenda of Ovar's municipality.

## Índice geral

Introdução	1
1. A construção de uma matriz de orientação no processo de desenvolvimento do projecto	4
1.1. Sistematização da informação	4
1.2. Definição dos alvos a valorizar	8
1.3. Definição de estratégias e programas	11
1.4. Sistemas de monitorização	17
2. O Conceito de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável	18
3. Ovar: memórias industriais de uma urbe	19
3.1. Definição dos alvos a valorizar	20
3.1.1. O centro histórico da cidade de Ovar	20
3.1.1.1. Ovar e o seu enquadramento territorial	26
3.1.1.2. As origens da urbe	28
3.1.1.3. A vila de Ovar do séc. XVI ao séc. XIX	33
3.1.1.4. O séc. XX: da vila à cidade	42
3.1.2. A Fábrica de Papel do Casal	56
3.1.2.1. As origens	56
3.1.2.2. A orgânica da Fábrica de Papel	59
3.1.3. O Museu Júlio Dinis – Uma Casa Ovarense	63
3.1.3.1. A “Casa Vareira”, Júlio Dinis e o Museu	64
3.2. Definição de estratégias e programas	73
3.2.1. Proposta de definição e delimitação do centro histórico de Ovar	73
3.2.2. Proposta da missão e programa da Escola de Artes e Ofícios	79
3.2.3. Proposta de Programa Imaterial do M.J.D.-C.O.	82
3.2.4. Proposta de desenvolvimento e implementação de projecto de promoção turística no concelho de Ovar	95
3.3. Sistemas de monitorização	103
Considerações finais	106
Bibliografia	111

## Índice de figuras

Figs. 1 e 2 – Imagem esquerda: zona nascente do centro histórico da cidade de Ovar, registo obtido no sentido E/O, onde se destaca no topo o Rio Cáster e seu afluente, a Ribeira das Luzes, a demarcar o parque de estacionamento Sra. da Graça, com o edifício da Biblioteca Municipal. Imagem direita: zona poente do centro histórico da cidade de Ovar, registada no sentido O/E, onde se destaca, igualmente, no topo, o parque de estacionamento da Sra. da Graça, com o edifício da Biblioteca Municipal. Fotos de João Cunha, 1998. Acervo da B.M.O.

Fig. 3 – Cartoon “*Tragicomédia em 3 actos – Ovar para onde vais?*” publicado no *Terras de Ovar*, referente ao *Encontro Ovar e o Urbanismo*, em Junho de 1993

Fig. 4 – Postal da *Villa de Ovar* com perspectiva sul da urbe, sob o eixo nascente/poente, registado na primeira década do séc. XX. Edição Alberto Ferreira. Acervo B.M.O.

Fig. 5 – Planta síntese de 1986, com limites de acção na cidade de Ovar no âmbito do P.R.U., propostas a desenvolver pelo G.T.L. a criar pela C.M.O. Acervo do A.M.O.

Fig. 6 – Pormenor de fotografia panorâmica da *Vila de Ovar*, com perspectiva do lado nascente, referente ao eixo Sul/Norte, registada em 1935, no topo da chaminé da *Companhia de Iluminação de Ovar*. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.

Fig. 7 – Fotografia aérea sobre a freguesia de Ovar, com destaque o braço nascente da Ria, surgindo no extremo o Cais da Ribeira, e, no topo, a malha urbana do centro da cidade. No topo do lado esquerdo é visível o extremo do braço poente da Ria, com o Cais do Carregal, a costa atlântica, o corredor da Mata Nacional e a pista da Base Aérea de Maceda. Foto de João Cunha, 1998. Acervo da B.M.O.

Fig. 8 - Traçado de via Romana, entre Porto e a zona de Ovar ver <http://viasromanas.planetaclix.pt>

Fig. 9 - As *Villas* primitivas nos sécs. XI e XII. Topónimos, localização e desenho de Alberto Lamy, na obra *Monografia de Ovar*, em 2001.

Fig. 10 - Implantação da *Villa de Ovar*. Desenho de TAVARES, André; RODRIGES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo - 1998

Fig. 11 – Proposta de implantação da *Villa de Ovar*, no séc. XVI. Desenho de TAVARES, André; RODRIGES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo – 1998.

Fig. 12 – Cheias em Ovar. Esta imagem ilustra o leito de cheia e a preocupação de construir nas zonas mais elevadas – Foto de Mário Almeida, déc. 60. Acervo da B.M.O.

Fig. 13 – Pormenor da Rua José Falcão, em finais do séc. XIX, uma das vias com potencial comercial na urbe de Ovar. No lado esquerdo são visíveis no rés-do-chão as portadas das lojas e no piso superior a zona de habitação. Autor desconhecido. Acervo da B.M.O.

Fig. 14 – Cais da Ribeira - descarga de sal - déc. 60, séc. XX. Autor desconhecido. Acervo da B.M.O.

Fig. 15 – Igreja Matriz de Ovar, em finais do séc. XIX. Autor desconhecido. Acervo da B.M.O.

Fig. 16 – Desenho da antiga Praça do Comércio, actual Praça da República, que vigorou entre a primeira metade do séc. XVIII e a última década do séc. XIX Reprodução de cenário do antigo Teatro Ovarense. Autor desconhecido Acervo da B.M.O.

Fig. 17 – Planta da *Villa de Ovar* – finais do séc. XVIII. Reprodução B.M.O.

Fig. 18 – *“Mapa Topographico do terreno que mêdea entre o Rio Douro e o lago, ou Ria d’Áveiro: e delineação de hum Canal de Navegação interior que nelle se pode abrir”* concebido entre 1776 e 1816, cópia de José Sá de Ferreira. Reprodução B.M.O.

Fig. 19 – Pormenor do *“Mapa Topographico do terreno que mêdea entre o Rio Douro e o lago, ou Ria d’Áveiro: e delineação de hum Canal de Navegação interior que nelle se pode abrir desenho do projecto do canal interior”*, prevendo a passagem de umas canal navegável pela zona de leito de cheia do Rio Cáster e Ribeira da Graça, no centro da Vila de Ovar. Constata-se neste mapa a inexistência de rigor do levantamento cartográfico. Reprodução B.M.O.

Fig. 20 – Pormenor do *“Mappa Topográfico da Barra, Rios e Esteiros da Cidade de Aveiro, com parte do Rio Vouga e de toda a costa, para o Norte desde a dita Barra thé à do Porto, e para Sul da mesma Barra de Aveiro the defronte de Mira com os mayores Cais nos Rios Salgados”* com referência à zona da Vila de Ovar. Levantamento realizado em 1778 pelo Sargento-mor Eng. Izidoro Paulo Pereira e ajudante Eng. Manoel do Souza Ramos. O mapa comprova a importância do eixo Cais da Ribeira/ Ponte Nova, que passa pelo centro da Vila, resultado do fluxo comercial/passageiros entre os transportes fluviais da Ria e a ligação terrestre para o Burgo do Porto. Verifica-se igualmente o crescimento da zona dos Campos, resultado da importância da ligação da Vila com a costa do Furadouro (afirmação da actividade piscatória da Arte Xávega), e, no lado oposto, a zona da Arruela, decorrente do fluxo transporte para o interior. Reprodução B.M.O.

Fig. 21 – Entrada da Vila de Ovar pela Ponte Nova - inícios do séc. XX. Acervo da B.M.O.

Fig. 22 - A evolução da Vila de Ovar entre os sécs. XVI a XIX- Desenho de TAVARES, André; RODRIGES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo - 1998

Fig. 23 - *Planta Topográfica da Villa de Ovar 1911* - aprovada em 1913. Acervo A.M.O.

Fig. 24 - *Ante-Plano de Urbanização da Vila de Ovar* do Eng.º Miguel Rezende aprovado em 1956. Acervo A.M.O.

Fig. 25 - Perspectiva poente do Cine Teatro a ensombrar a Igreja Matriz, em inícios anos 60. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.

Figs. 27 a 29 - Perspectivas do Mercado de Ovar em finais anos 50, sendo visível na 1.ª imagem o Cine Teatro. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.

Fig. 30 - Tribunal de Ovar em finais anos 60. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.

Fig. 31 - Proposta do GTL para delimitação do Centro Histórico - 1998. Acervo da A.M.O.

Figs. 32 e 33 - Obras de requalificação do centro histórico de Ovar, desenvolvidas no âmbito do P.R.U. - imagem da esquerda, Rua Gomes Freira, em 2008, e à direita Praça da República, em 2009. Acervo A.M.O.

Fig. 34 - O moinho primitivo e a Ponte do Casal na 1.ª década do século XX. Acervo A.M.O.

Fig. 35 - O açude que alimentava a levada do moinho da Ponte do Casal, na 1.ª década século XX - do lado esquerdo é perceptível a dimensão do telheiro que envolvia a entrada da ruína do 1.º moinho do Casal, integrada na nora oitocentista. Acervo A.M.O.

Fig. 36- Extracto da *Planta da Villa de Ovar*, referente ao Lugar do Casal, de finais do séc. XVIII, com a localização de 3 engenhos e respectivas infra-estruturas. A Ponte do Casal, de menor envergadura que a actual, de 1820, não abrangia o curso da levada dos moinhos que, por sua vez, era transposta por uma 2.ª ponte. Implantação de António França.

Figs 37 e 38 - À esquerda nora oitocentista; à direita, fachada principal do 2.º moinho setecentista. Fotos de António França, 2009.

Fig. 39 - Extracto da *Planta Topográfica da Villa de Ovar*, de 1911. Na zona assinalada a vermelho é perceptível a localização do 3.º Moinho, a actual Ponte do Casal e a primitiva Fonte Júlio Dinis (reconstruída na déc. 40 do séc. XX). Entretanto, na zona assinalada a verde, foi somente assumido o açude. Acervo A.M.O.

Fig. 40 - A Fábrica de Papel do Casal, em 1935. Na zona assinalada a vermelho é perceptível o telheiro da Nora. Foto de Mário Almeida. Acervo A.M.O.

Fig. 41 - Maquinaria original para produção do papel, finais dos anos 70. Autor desconhecido. Acervo A.M.O.

Fig. 42 - Levantamento do edificado e estudo para reestruturação do processo de fabrico e instalação eléctrica da Fábrica de Papel do Casal, datado de Maio de 1981. Sinalizadas a vermelho as infra-estruturas originais de 1933. Acervo da B.M.O.

Figs. 43 a 48 – Superior da esquerda para a direita: alçado Poente; destaque da 3.<sup>a</sup> nave; fachada principal, virada a Sul, indicando, a azul, a zona da casa do moinho primitivo. Inferior da esquerda para a direita: o avanço da Ponte do Casal, indicando a vermelho as duas arcadas que permitem o escoamento das mós primitivas; alçado Nascente, indicando a vermelho o muro de sustentação da margem; alçado Norte, indicando a preto as 3 naves que compreendem o expande, sendo as primitivas as duas à esquerda. A rematar as 3 naves destaca-se o remate do 4.º corpo, em betão, ultima fase de construção. Fotos de António França, 2007

Figs. 49 a 51 - Sistema de circulação de água. Da esquerda para a direita: entrada da levada no edifício; aberturas entre os pilares, para acesso à levada; saída da levada, entre antiga casa do moinho e ponte, sendo perceptível as antigas entradas dos caboucos Fotos de António França, 2007

Figs 52 a 55 – Da esquerda para a direita: nave Poente; nave central; nave Nascente; “Casa do Moinho”. Fotos de António França, 2009.

Figs 55 a 60 - Da esquerda para a direita: acesso à zona da turbina; canal da levada, sob o edifício, com indicação a vermelho, da entrada dos caboucos (da esquerda para a direita: desvio para o rio, alimentação do tanque de massa de papel primitivo e alimentação da turbina); pormenor das 3 entradas; pormenor da 2.<sup>a</sup> entrada, vista do r/c; pormenor da 3.<sup>a</sup> entrada com grade para retenção de detrito (eventual existência no seu interior do mecanismo original). Fotos de António França, 2009.

Figs 61 e 62 – Da esquerda para a direita: moinho de papel com sistema de galgas; pormenor do engenho. Fotos de António França, 2009

Figs 63 e 64 – Da esquerda para a direita perspectivas das naves da zona do expande: nave Nascente; nave Central e nave Poente. Fotos de António França, 2003

Fig. 65 - Fábrica, açude, levada e nora - levantamento topográfico, finais da déc. 80, séc. XX. Atendendo a que a cobertura da nora tinha já sido removida, foi efectuado somente o levantamento da estrutura. Implantação António França.

Figs. 66 e 67 - Aspecto da casa de D. Rosa Zagalo em 1909 e retrato de Júlio Dinis, aos 22 anos. Acervo Biblioteca Dinisiana

Figs. 68 a 70 - Aspecto geral da casa, nos inícios da década 90, séc. XX. Fotos de António Vinhas. Acervo Biblioteca Dinisiana

Fig. 71 - Fachada da casa na déc. de 80 séc. XX. Foto de António Vinhas. Acervo Biblioteca Dinisiana

Fig. 72 - Aspecto da fachada, em 1996, após a intervenção de restauro. Foto de António Vinhas. Acervo Biblioteca Dinisiana

Fig. 73 – Vista Norte do *Projecto de Requalificação e Ampliação do M.J.D. – C.O.* do Arq. Lopes da Costa. Implantação e 3D do autor do projecto de 2009.

Fig. 74 – Vista Norte da Ponte do Casal e Fonte Júlio Dinis, em 1935. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.

Figs. 75 a 76 – Perspectivas das obras de reabilitação e ampliação do M.J.D. – C.O. em Outubro de 2001. Fotos de António França.

Fig. 77 - A *Vila de Ovar* na carta militar de 1870. O Ministério de Obras Públicas, em 1900, apresenta a vermelho proposta de um conjunto de vias a melhorar e novos troços a construir. Fundo documental de Dr. Alvaro Ribeiro.

Fig. 78 - Proposta para delimitação do centro histórico de Ovar, tendo por base os limites do levantamento planta topográfica de 1911. Implantação António França.

Figs. 79 e 80 – Carta Militar de 1998, com a implantação da proposta para delimitação do centro histórico de Ovar, baseada nos limites do levantamento de 1911. Implantação António França.

Fig. 81 - Foto satélite da cidade de Ovar, em 2002 (*in* [www.googlemaps.com](http://www.googlemaps.com)), com a implantação da proposta para delimitação do centro histórico de Ovar, baseada nos limites do levantamento de 1911. Implantação António França.

Fig. 82 – Cartografia S.I.G. – C.M.O. com a implantação da proposta para delimitação do centro histórico de Ovar, baseada nos limites do levantamento de 1911. Implantação António França.

## **Lista de Abreviaturas**

- A.C.R.A. - Atelier de Conservação e Restauro de Azulejo
- A.M.O. - Arquivo Municipal de Ovar
- A.D.A. - Arquivo Distrital de Aveiro
- B.M.O. - Biblioteca Municipal de Ovar
- CENÁRIO – Centro Náutico da Ria de Ovar
- C.M.O. – Câmara Municipal de Ovar
- D.G.O.T. – Direcção Geral de Ordenamento do Território
- G.T.L. – Gabinete Técnico Local
- M.E.V. - Museu Etnográfico de Válega
- M.O. - Museu de Ovar
- M.J.D.- C.O. - Museu Júlio Dinis – Uma Casa Ovarense
- P.D.M. – Plano Director Municipal
- P.P. - Plano de Pormenor
- P.R.U. – Programa Parcerias para Reabilitação Urbana
- P.U. - Plano de Urbanização
- R.M.O. - Rede Museológica de Ovar
- S.I.G. - Sistema de Informação Geográfica
- S.P.H.M.T - Serviço de Património Histórico, Museus e Turismo
- S.H.L.R. - Secção de História Local e Regional



## Introdução

A Câmara Municipal de Ovar (C.M.O.) desde os anos 90 do séc. XX, tem promovido de forma mais ou menos regular, junto dos seus técnicos e da comunidade local, o debate sobre a delimitação e, até, o conceito de centro histórico da cidade de Ovar.

Este processo de discussão e subsequente reflexão permitiu consciencializar alguns autarcas e a população Ovarense da existência de um espaço urbanizado que congrega zonas com identidade, orgânicas, dinâmicas, temporalmente datáveis, assentes numa malha viária singular com imóveis de inúmeras épocas e estilos.

A consciencialização da existência de valor acrescentado do centro histórico pretende alavancar de forma sustentável as potencialidades económicas, turísticas e sociais dos bens culturais, em especial do património industrial, material e imaterial, como referência regional, e, em alguns casos, de nível nacional, com especial destaque entre o período de finais do séc. XIX e grande parte do séc. XX, relevando-se, a título de exemplo:

- A arquitectura tradicional, onde se destacam os registos do azulejo pré-industrial produzidos no Porto, conjugados com o trabalho da cantaria e o desenho do ferro forjado e fundido, ambos materiais de laboração local, patentes nas inúmeras fachadas, com singularidades nas casas de brasileiro e arrojo pitoresco nalgumas habitações térreas de “*porta e janela*”;
- As extintas unidades de produção: telha da Regedoura e Francesa e as olarias tradicionais de barro vermelho que entre finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, polvilhavam a malha urbana com pequenas oficinas familiares, inseridas em zonas residenciais; as unidades industriais de moagem e descasque de arroz onde se destacam «*A Ovarina*», a «*Bonifácio & Filhos*» e a «*Sociedade Mercantil*», referências regionais até meados do séc. XX, com forte impacto na consolidação de algumas zonas do centro histórico. «*A Varina*», uma fábrica de conservas, filial da *Brandão, Gomes & C.ª*, que definiu o desenho e a orgânica da urbe na zona Nordeste da vila de Ovar, ligando o centro histórico à estação de caminhos-de-ferro, sendo um marco de referência industrial nas primeiras décadas do século XX, ao nível de infra-estruturas e inovação tecnológica; as fábricas de papel com especial destaque para a do Casal, que surgem nas zonas de leito de cheia do rio Cáster, sobre antigos moinhos, aproveitando as levadas existentes, ocupando espaços de cultivo próximo ao centro histórico;

- A oficina e loja da *Ourivesaria Carvalho*, referência nas Terras de Santa Maria, de origens oitocentistas, e que perdura até hoje, e por outro lado, as empresas *Fanafel* (feltros), *F. Ramada* (metalurgia, ferramentas, estruturas, etc.), *Rabor* (motores), entre outras, criadas de raiz entre os anos 40 e 50, em unidades de pequena e média dimensão, próximas do centro histórico, entretanto deslocalizadas para a periferia, nos anos 60, deixando ao abandono os espaços anteriormente ocupados.
- As grandes obras públicas do séc. XX realizadas pela C.M.O. na cidade de Ovar, fruto de do desenvolvimento de uma economia e sociedade industrial, onde se destacam alguns equipamentos, nomeadamente, o Cine Teatro, o Mercado, o Tribunal, a Biblioteca Municipal;

Em 2005, a C.M.O, consciente da necessidade de implementar projectos de reabilitação e dinamização do centro histórico de Ovar iniciados pelo G.T.L., em finais do séc. XX e, por outro lado, confrontada com um conjunto de oportunidades geradas pelo P.R.U.<sup>1</sup>, apresentou uma candidatura ao *Programa Política de Cidades Polis XXI.*, com financiamento assegurado pelo *Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro*, pelo qual foi aprovado o programa de acção *Ovar - Um Centro Urbano Criativo e Sustentável* , tendo como principais acções a desenvolver entre 2007/13:

- Aquisição do complexo industrial da *Fábrica de Papel do Casal* e desenvolvimento do projecto de reabilitação e criação da *Escola de Artes e Ofícios*, agregando o A.C.R.A. Processo iniciado em 2009, a concluir em 2013;
- Conservação e reabilitação do sistema de abastecimento de água oitocentista. Processo a concluir em 2013, iniciado em 2007, com a Fonte dos Combatentes, prosseguindo em 2009, com a Fonte Júlio Dinis e, em 2011, com as Fontes da Vila, Mota e Pelames;
- Ampliação e reabilitação do Museu Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense (M.J.D. - C.O.), imóvel classificado de interesse público, em 1984. Processo iniciado em 2002, a concluir em 2012;
- Reabilitação da Rua e Ponte do Casal. Processo iniciado em 2009, a concluir em 2011;
- Normalização dos cursos de água, reestruturação das margens do Rio Cáster e criação de um Parque Urbano. Processo, iniciado em 2002, a concluir em 2012;

---

<sup>1</sup> Ver <http://pru.cm-ovar.pt/>

- Reabilitação do Mercado Municipal. Processo iniciado em 2007, a concluir em 2012;
- Reabilitação de eixos viários e praças do centro histórico. Processo iniciado em 2003, onde se destacam os seguintes eixos, praças e largos: Largos Mouzinho Albuquerque e Bombeiros Velhos (2004), Rua Heliodoro Salgado (2005), Largo Família Soares Pinto (2006), Rua Elias Garcia e Gomes Freire (2007); Rua Manuel Arala (2008); Praça da República (2009), Rua do Casal (2011);
- Identificar, criar e desenvolver produtos culturais estratégicos que valorizem a identidade da comunidade e do património local, transformando o casco histórico num espaço urbano criativo e sustentável.
- Criar e implementar projectos âncoras que promovam a fixação de projectos com mais-valias que permitam a dinamização e revitalização constante da cidade de Ovar, tendo por base a participação directa da sociedade civil, sob o patrocínio público e privado, gerando pólos aglutinadores com valor acrescentado, com capacidade para promover o desenvolvimento sustentável económico, social e turístico.



Figs. 1 e 2 – Imagem esquerda: zona nascente do centro histórico da cidade de Ovar, registo obtido no sentido E/O, onde se destaca no topo o Rio Cáster e seu afluente, a Ribeira das Luzes, a demarcar o parque de estacionamento Sra. da Graça, com o edifício da Biblioteca Municipal. Imagem direita: zona poente do centro histórico da cidade de Ovar, registada no sentido O/E, onde se destaca, igualmente, no topo, o parque de estacionamento da Sra. da Graça, com o edifício da Biblioteca Municipal. Fotos de João Cunha, 1998. Acervo da B.M.O.

Neste contexto, o desenvolvimento deste trabalho tem como objectivo identificar e caracterizar potenciais recursos materiais e imateriais endógenos, analisar e propor acções, produtos e serviços adequados à actual conjuntura política, económica, social, cultural e turística, tendo como principais alvos o *Centro Histórico da Cidade de Ovar*, o *Museu Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense*, e a *Escola de Artes e Ofícios*, inseridos num conjunto de potenciais cenários regionais e, até, nacionais.

## **1. A construção de uma matriz de orientação no processo de desenvolvimento do projecto**

O processo de construção de uma matriz de orientação do projecto traduziu-se num instrumento determinante no desenvolvimento das diversas acções, sendo a sua estrutura definida e adequada aos objectos em estudo, integrando as seguintes fases:

- Sistematização da Informação;
- Definição dos alvos a valorizar;
- Definição de estratégias e programas;
- Sistemas de Monitorização.

### **1.1. Sistematização da informação**

O trabalho de sistematização da informação revestiu-se de extrema importância no desenvolvimento do projecto de investigação e apresentação de propostas, na medida em que permitiu identificar o panorama global das diversas acções e respectivos ambientes do objecto em estudo.

O processo de identificação, angariação, análise, tratamento e validação de informação decorreu da experiência profissional do mestrando, como funcionário na C.M.O., nomeadamente, no Serviço de Património Histórico Museus e Turismo (S.P.H.M.T.), da Divisão da Cultura, no qual exerce há 13 anos funções de Técnico Superior. A existência de estruturas consolidadas com parâmetros de optimização entre as diferentes áreas e equipas técnicas da C.M.O., permitiu desenvolver estudos interdisciplinares com contributos de especialistas-quadros de autarquias, universidades, museus, associações, empresas e comunidade local.

A sistematização da informação permitiu aferir indicadores essenciais para o desenvolvimento das propostas de acções a integrar no projecto de investigação, tendo por base a seguinte estrutura de orientação:

- a) Detecção e recolha de fontes documentais
  1. Publicações
    - 1.1. Monografias;
    - 1.2. Periódicos;

- 1.3. Postais;
- 1.4. Cartografia.
- 2. Registos
  - 2.1. Fotografia;
  - 2.2. Vídeo;
  - 2.3. Áudio.
- 3. Documentação
  - 3.1. Manuscritos;
  - 3.2. Projectos;
  - 3.3. Estudos.

b) Inventários e bases de dados<sup>2</sup>

1. Inventário<sup>3</sup>

- 1.1. Identificação do bem - designação, localização;
- 1.2. Identificação de proprietários - nome, residência e contacto;
- 1.3. Caracterização:
  - 1.3.1. Física - tipologia, função original; função actual, enquadramento, estado de conservação, descrição e caracterização dos componentes;
  - 1.3.2. Histórica - datação, contextualização histórica, evolução temporal e evolução da interferência do homem;
  - 1.3.3. Geográfica - geomorfologia, geologia, acessos, vias de comunicação;
  - 1.3.4. Arquitectónica - estilo e descrição.
- 1.4. Sistema de protecção - tipo, decreto e data;
- 1.5. Fontes documentais - monografias, periódicos, cartografia, fotografia, vídeo, processos de licenciamento, projectos, desenhos e estudos;
- 1.6. Referências - fontes, toponímia;
- 1.7. Situação do bem - público ou privado.

2. Carta de Património<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Cfr. Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro - *Lei Bases do Património Cultural Português*; e Lei n.º 11/87, de 7 de Abril - *Lei de Bases do Ambiente*.

<sup>3</sup> Ver art.ºs 19 e 61 a 63, da Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro - *Lei Bases do Património Cultural Português*; e normas de inventariação, cfr. art.ºs 15 a 25, da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto - *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*.

- 2.1. Áreas com interesse urbanístico e arquitectónico;
- 2.2. Imóveis de interesse patrimonial;
- 2.3. Áreas de protecção
  - 2.3.1. *Zona especial de protecção (ZEP)* - perímetro legalmente definido para imóveis classificados e áreas protecção classificada;
  - 2.3.2. *Zona automática de protecção (ZAP)* - perímetro de zona de protecção de 50 m de imóveis classificados ou em vias de classificação para os quais não esteja estabelecida ZEP;
  - 2.3.3. *Perímetro especial de protecção arqueológica (PEPA)* - áreas não incluídas nas alíneas anteriores e definidas com base em intervenções arqueológicas ou achados devidamente localizados;
  - 2.3.4. *Zona de potencial arqueológico (ZOPA)* - áreas não incluídas nas alíneas anteriores e definidas com base em referências documentais, toponímicas ou eventuais achados, cuja localização precisa se desconhece e ainda todos os edifícios religiosos não classificados e de construção anterior ao século XIX, com um perímetro envolvente de 50m;
  - 2.3.5. *Áreas históricas* - tecidos consolidados das cidades e reminiscências dos núcleos rurais primitivos que ainda conservam a estrutura e os elementos morfológicos iniciais com significativa representatividade urbanística e arquitectónica que interessa preservar e requalificar.
- 2.4. Espaços verdes com valor patrimonial
- 3. Património Classificado
  - 3.1. Classificação de Património Natural<sup>5</sup>
    - 3.1.1. Âmbito Nacional;
    - 3.1.2. Âmbito Regional;
    - 3.1.3. Âmbito Local.
  - 3.2. Classificação de Património Cultural (material e imaterial)<sup>6</sup>
    - 3.2.1. Interesse Nacional;

---

<sup>4</sup> Ver *Resolução do Conselho de Ministros* n.º 19/2006, de 3 de Fevereiro – *Revisão do Plano Director Municipal do Porto*.

<sup>5</sup> Ver art.º 29 da Lei n.º 11/87, de 7 de Abril - *Lei de Bases do Ambiente*.

<sup>6</sup> Ver art.º 15 da Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro - *Lei Bases do Património Cultural Português*.

3.2.2 Interesse Público;

3.2.3. Interesse Municipal.

3.4. Definição de Zonas de Protecção e Zonas Especiais de Protecção.<sup>7</sup>

4. SIG<sup>8</sup>

1. Aplicações

1.1 Gestão e actualização de cartografia;

1.2 Estudos e projectos;

1.3. Base de dados.

2. Informação gráfica e alfanumérica

2.1. Cadastro de processos de licenciamento;

2.2. PDM;

2.3. Equipamentos colectivos;

2.4. Toponímia;

2.5. Altimetria;

2.6. Sistemas de tratamento ou recolha de resíduos e efluentes;

2.7. Rede viária

2.8. Mobiliário urbano;

2.9. Rede de água e saneamento básico;

2.10. Carta de Património;

2.11. Espaços verdes;

2.12. Hidrografia;

2.13. Monumentos;

2.14. Caminho-de-Ferro;

2.15. Limites administrativos;

2.16. Locais de Culto;

2.17. Edificado;

2.18. Obras de arte e de passagem;

2.19. Ortofotomapas;

---

<sup>7</sup> Ver art.º 43 *Idem*;

<sup>8</sup> Ver GONÇALVES, Luísa; ROQUE, Isabel; SARAIVA, Sandra – *Desenvolvimento de Aplicações SIG de Âmbito Municipal*. Leiria: Instituto Politécnico, 2003; CAÇÃO, Rosa – *Carta de Património Cultural do Concelho de Ovar. Um instrumento de inventariação e gestão no SIG*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 10, n.º 10, 2010, pp. 77-86.

- 2.20. Área de Lazer;
- 2.21. Área natural;
- 2.22. Área agrícola;
- 2.23. Área industrial;
- 2.24. Área florestal;
- 2.25. Área Urbana

## **1.2. Definição dos alvos a valorizar**

A concepção de um projecto que proponha acções de gestão sustentável implica o estabelecimento de categorias de património e, dentro destas, explicitar os critérios de selecção dos alvos a valorizar, seguindo a seguinte estrutura de orientação:

### a) Definição de categorias de património<sup>9</sup>

#### 1. Património Cultural<sup>10</sup>

1.1. *Monumentos* - obras arquitectónicas, escultura ou pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

1.2. *Conjuntos* - grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

1.3. *Sítios* - obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza e as respectivas zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

#### 2. Património Natural<sup>11</sup>

2.1. *Monumentos Naturais* - constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

---

<sup>9</sup> As categorias descritas no artigo 15 da Lei n.º 107/01 de 8 de Setembro - *Lei Bases do Património Cultural Português*, são complementadas quando previstas no direito internacional.

<sup>10</sup> Ver art.º 1 da *Convenção de Paris, para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. UNESCO, 1972,

<sup>11</sup> Ver art.º 2 *Idem*.

2.2. *Formações Geológicas* - zonas fisiográficas e estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

2.3. *Locais de Interesse Natural* - estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

### 3. Património Misto<sup>12</sup>

3.1. *Paisagens Culturais* - são bens culturais que representam «obras conjugadas do homem e da natureza», nomeadamente:

3.1.1. *Paisagem claramente definida* - intencionalmente concebida e criada pelo homem, que engloba as paisagens de jardins e parques, criadas por razões estéticas que estão, muitas vezes, associadas a construções ou conjuntos religiosos.

3.1.2. *Paisagem essencialmente evolutiva* - resulta de uma exigência de origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma actual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Subdivide-se em duas categorias:

3.1.2.1. *Paisagem relíquia ou fóssil* - paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado;

3.1.2.1. *Paisagem viva* - paisagem que conserva um papel social activo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua.

3.1.3. *Paisagem cultural associativa* - paisagens associadas a fenómenos religiosos, artísticos ou culturais.

### 3.2. *Cidades e Centros Históricos*

3.2.1. *Cidades mortas* - testemunhos arqueológicos inalteráveis do passado que, geralmente, satisfazem o critério da autenticidade e cujo estado de conservação é relativamente fácil de controlar;

3.2.2. *Cidades históricas vivas* - que, pela sua própria natureza, foram e continuarão a ser levadas a evoluir sob o efeito de mutações socioeconómicas e culturais, o que torna mais difícil qualquer avaliação em função do critério de autenticidade e mais aleatória qualquer política de conservação;

---

<sup>12</sup> Conjugação dos art.ºs 1 e 2 *Idem*, e *Orientações para a aplicação da Convenção para o Património Mundial*. Comité do Património Mundial, 1976.

3.2.3. *Cidades novas do século XX* - organização urbana original contínua visível, bem como a sua autenticidade.

3.3. *Vias de comunicação* - via construída pelo homem. Pode possuir um valor universal excepcional do ponto de vista da história ou da tecnologia, intrinsecamente ou enquanto exemplo excepcional representativo desta categoria de bens culturais. A via de comunicação pode ser uma obra monumental, a característica distintiva de uma paisagem monumental linear, ou parte integrante de uma paisagem cultural complexa;

3.4. *Rotas do património* - compostas por elementos materiais que devem o seu valor cultural às trocas e a um diálogo multi-dimensional entre países ou regiões e que ilustram a interacção do movimento, ao longo de toda a rota, no espaço e no tempo.

b) Definição de critérios de selecção<sup>13</sup>

1. Critério de Selecção para o Património Cultural

1.1. *Técnico-Científico e Monumentalidade* - testemunhar uma troca de influências considerável durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens;

1.2. *Histórico-Cultural* - fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida;

1.3. *Estéticos e Autenticidade* - oferecer um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem, ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana;

1.4. *Sociais e Económicos* - constituir um exemplo excepcional de fixação humana ou de ocupação do território tradicionais representativos de uma cultura (ou de várias culturas), sobretudo quando o mesmo se torna vulnerável sob o efeito de mutações irreversíveis;

1.5. *Integridade e Exemplaridade* - está directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional.

---

<sup>13</sup> Os critérios descritos no art.º17 da Lei n.º 107/01, de 8 de Setembro - *Lei Bases do Património Cultural Português*, são complementados quando previstas no direito internacional. Ver *Orientações para a aplicação da Convenção para o Património Mundial*. Comité do Património Mundial, 1976.

## 2. Critério de Selecção para o Património Natural

2.1. *Geofísica* - exemplos excepcionais e representativos dos grandes estádios da história da terra, incluindo o testemunho da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;

2.2. *Ecobiológica* - exemplos excepcionais representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento de ecossistemas e de comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;

2.3. *Estética* - fenómenos naturais ou áreas de uma beleza natural e de uma importância estética excepcional;

2.4. *Raridade* - os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles onde sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

### **1.3. Definição de estratégias e programas**

Após a caracterização dos alvos a valorizar, definiram-se procedimentos, programas e estratégias políticas, tendo como objectivo promover o desenvolvimento e rentabilização sustentável das cadeias de valor existentes nos recursos, produtos, serviços e acções a propor, seguindo a seguinte estrutura de orientação

#### a) Estratégia

##### 1. Implementação de acções<sup>14</sup>

1.1. Preparação do terreno de acção e identificação dos meios

1.1.1. Estruturas;

1.1.2. Recursos humanos e técnicos.

1.2. Construção de parcerias

1.2.1. Autarquias;

1.2.2. Municípios;

---

<sup>14</sup> Ver <http://civitas.dcea.fct.unl.pt/> . Processo de preparação e implementação de um plano de acção estratégico com objectivo de aferir as prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.

- 1.2.3. Colectividades e associações;
- 1.2.4. ONG's;
- 1.2.5. Empresas;
- 1.2.6. Sindicatos;
- 1.2.7. Comerciantes;
- 1.2.8. Entidades de segurança
- 1.3. Determinação e descrição de acções
  - 1.3.1. Estabelecimento de objectivos a atingir;
  - 1.3.2. Definição de canais de comunicação;
  - 1.3.2. Indicação de prazos a cumprir;
  - 1.3.3. Criação de tabelas de indicadores para orientação ou validação.
- 1.4. Criação de Programa de Acção
  - 1.4.1. Indicação da(s) metodologia(s);
  - 1.4.2. Estabelecimento de Prazos;
  - 1.4.3. Criação de Plano Financeiro;
  - 1.4.4. Indicação de entidades responsáveis pela execução.
- 1.5. Monitorização – definição do sistema de gestão interna:
  - 1.5.1. Fornecimento de uma tabela com os indicadores;
  - 1.5.2. Identificar os sistemas humanos e técnicos.
- 1.6. Avaliação e Revisão - realização avaliações e revisões periódicas.

b) Implementação dos instrumentos de gestão do território e programas de reabilitação e conservação de património

1. P.D.M.

- 1.1. Carta de Património Cultural
  - 1.1.1. Imóveis e conjuntos edificados com interesse patrimonial;
  - 1.1.2. Áreas ou zonas com interesse ambiental;
  - 1.1.3. Zonas com potencial valor arqueológico.
- 1.2. Mecanismos de regulamentação
  - 1.2.1. P.P.;

- 1.2.2. Zonas de protecção de património classificado ou a classificar;<sup>15</sup>
- 1.2.3. Normas de intervenção do património edificado e natural: que serão objecto nos planos de urbanização e de pormenor e nos actos de gestão urbanística.

### 1.3. Condicionantes<sup>16</sup>

#### 1.3.1. Conservação de Património Natural

1.3.1.1. Recursos Hídricos;

1.3.1.2. Recursos Geológicos;

1.3.1.3. Áreas de Reserva e Protecção de Solos e de Espécies vegetais.

#### 1.3.2. Conservação de Património Edificado

1.3.2.1. Imóveis classificados;

1.3.2.2. Edifícios públicos.

#### 1.3.3. Protecção de infra-estruturas e equipamentos

1.3.3.1. Infra-estruturas básicas;

1.3.3.2. Infra-estruturas de transporte e comunicações;

1.3.3.3. Equipamentos

#### 1.3.4. Defesa Nacional e Segurança Pública

#### 1.3.5. Cartografia e planeamento

## 2. Regulamentos, Códigos e Posturas Municipais<sup>17</sup>

2.1. *Regulamentos Municipais de Urbanismo e Edificação* - regime jurídico do licenciamento municipal das operações de loteamento, obras de urbanização e das obras particulares para construção, reconstrução, ampliação alteração, reparação, conservação, limpeza, restauro e demolição de bens imóveis;

2.2. *Regulamento Municipal de ocupação da via pública* - definição das condições dos planos de ocupação da via pública com vista a garantir a segurança dos utentes da via pública;

2.3. *Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos* - estabelecimento de regras e condições relativas ao sistema de gestão da limpeza pública e dos resíduos sólidos urbanos equiparados, produzidos e recolhidos no concelho

---

<sup>15</sup> Ver art.º 43 da Lei nº 107/01, de 8 de Setembro - *Lei Bases do Património Cultural Português*

<sup>16</sup> Ver MOREIRA, Patrícia – *Servidões e Restrições de Utilidade Pública*. Coleção de informação 4. Lisboa: D.G.O.T.D.U., 1999.

<sup>17</sup> Regimes jurídicos que têm como objectivo regular, disciplinar, e fiscalizar actividades desenvolvidas na área do município.

2.4. *Regulamento Municipal de Publicidade* - estabelecimento de regras relativas à fixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, no âmbito da actividade comercial, industrial, artesanal ou liberal com vista à comercialização ou alienação de bens ou serviços.

2.5. *Código e Postura Municipal de Trânsito* – instrumento que regula e disciplina o tráfego num determinado conjunto de ambientes, nomeadamente: auto-estradas, bermas, caminhos, ciclovias, corredores, cruzamentos, eixos e faixas de rodagem, entroncamentos, tipologias de estacionamento, tipo de localidades, paragens de autocarro, parómetros, parques de estacionamento, passadeiras, passeios, pistas especiais, rotundas, ruas pedonais, tipos de automóveis, tipos de via.

### 3. Programas de incentivo para a preservação do património

#### 3.1. Programas de incentivo fiscal

3.1.1. Património Natural – implementação de sistema de taxas seguindo o princípio do utilizador-pagador e poluidor-pagador, promovendo a eficiência do uso dos recursos, a redução da poluição na origem e a angariação de meios financeiros para a gestão dos recursos;

#### 3.1.2. Património edificado - isenção de taxas

3.1.2.1. Emissão de alvará de licença ou autorização: obras de conservação, restauro, demolição, remodelação, ampliação, modificação, consolidação suporte;

3.1.2.2. Ocupação da via pública por motivos de obras: tapumes, resguardos e andaimes;

3.1.2.3. Pedidos de vistorias - para habitação, comércio e serviços;

3.1.2.4. Emissão de licenças de utilização e alteração de edifícios - para hotelaria e meio complementar de alojamento turístico.

#### 3.2. Programas de incentivo financeiro

3.2.1. Apoio à realização de candidaturas a fundos públicos ou comunitários;

3.2.2. Fornecimento de matéria-prima a custos controlados para obras de conservação, restauro, ampliação e remodelação;

3.2.3. Apoio na concepção de projectos de reabilitação e conservação.

#### 3.3. Simplificação desburocratização dos procedimentos de licenciamento

3.3.1. Facilitar ao munícipe a consulta de documentação;

3.3.2. Agilizar o processo de licenciamento;

- 3.3.3. Maior racionalização de recursos e serviços;
- 3.3.4. Redução no tempo de resposta e execução das decisões;
- 3.3.5. Aumento da qualidade e atendimento dos munícipes;
- 3.3.6. Redução das deslocações dos munícipes aos serviços;
- 3.3.7. Eliminar burocracias inúteis.

#### 4. Programas de financiamento para obras de intervenção, valorização ou manutenção de património público

- 4.1. Reabilitação e valorização de património público integrando espaços a concessionar;
- 4.2. Financiamento a obras de valorização de espaço público
  - 4.2.1. Aplicação de mobiliário a concessionar para publicidade
    - 4.2.1.1. *Outdoors*;
    - 4.2.1.2. *Muppis*;
    - 4.2.1.3. Taipais ou andaimes de obras.
  - 4.2.1. Angariação de apoios de privados ou entidades públicas
    - 4.2.2.1. Fornecimento de bens;
    - 4.2.2.2. Fornecimento de serviços;
    - 4.2.2.3. Apoio financeiro.
- 4.3. Financiamento de actividades de promoção cultural, animação, lazer e desporto
  - 4.3.1. Patrocínio através da publicidade
    - 4.3.1.1. *Outdoors*;
    - 4.3.1.2. *Muppis*;
    - 4.3.1.3. Lonas;
    - 4.3.1.4. Equipamentos;
    - 4.3.1.5. Fardas;
    - 4.3.1.6. Material de divulgação;
    - 4.3.1.7. Edições.
  - 4.3.2. Angariação de apoios
    - 4.3.2.1. Fornecimento de bens;
    - 4.3.2.2. Fornecimento de serviços.
  - 4.3.3. Angariação de donativos ao abrigo da Lei do Mecenato.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Ver Decreto-Lei N.º 74/99, de 16 de Março – *Estatuto de Mecenato*

## 5. Programas de sensibilização, divulgação e promoção do património

### 5.1. Promoção de actividades culturais e animação

5.1.1. Concertos;

5.1.2. Teatro;

5.1.3. Cinema;

5.1.4. Exposições;

5.1.5. Representações etnográficas

### 5.2. Promoção de actividades de lazer e desporto

5.2.1. Roteiros;

5.2.2. Cruzeiros;

5.2.3. Passeios;

5.2.4. Torneios;

5.2.5. Feiras.

### 5.3. Edição ou implementação de sistemas de divulgação

5.3.1. Roteiro;

5.3.2. Guias;

5.3.3. Sites;

5.3.4. Vídeos promocionais;

5.3.5. Publicidade nos meios de comunicação social.

### 5.4. Promoção e difusão de estudos de temática local

5.4.1. Monografias;

5.4.2. Revistas;

5.4.3. Artes e Letras;

5.4.4. Cinema.

### 5.5 – Estudo e implementação de sinalética para identificação de património

5.5.1. Sinalização Viária;

5.5.2. *Muppis*;

5.5.3. Sinalização de imóveis, sítios e conjuntos.

## 6. Gestão de equipamentos públicos e património natural

6.1. Reabilitação e rentabilização de imóveis, conjuntos ou espaços com interesse patrimonial, com a instalação de serviços públicos

6.1.1. Postos de Turismo;

- 6.1.2. Bibliotecas e Arquivos;
- 6.1.3. Museus, centros de interpretação;
- 6.1.4. Galerias de arte, ateliers;
- 6.1.5. Escolas;
- 6.1.6 Centros de Saúde, Centros de Dia, Infantários;
- 6.1.7. Mercados;
- 6.1.8. Tribunais,
- 6.1.9. Recintos desportivos;
- 6.1.10. Marinas;
- 6.1.11. Parques infantis e jardins.
- 6.2. Reabilitação e gestão de espaços naturais
  - 6.2.1. Parques urbanos,
  - 6.2.2. Parques de merenda;
  - 6.2.3. Jardins, relvados, canteiros;
  - 6.2.4. Lagos e rios;
  - 6.2.5. Praias;
  - 6.2.6. Florestas.
- 6.3. Estudo e ordenamento do sistema de mobilidade de bens e pessoas
  - 6.3.1. Vias para peões;
  - 6.3.2. Ciclovias;
  - 6.3.3. Sistemas de transportes públicos;
  - 6.3.4. Rede viária;
  - 6.3.5. Parques de estacionamento;
  - 6.3.6. Rede fluvial.

#### **1.4. Sistemas de monitorização**

Estudo e proposta de integração de mecanismos de monitorização nas estratégias e programas a propor no âmbito do projecto de investigação, tendo como objectivo garantir o acompanhamento constante das actividades, o apuramento do cumprimento dos objectivos e continuidade de uma adequada qualidade.

## 2. O Conceito de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável

A palavra sustentabilidade vem do latim *sustentare* que significa: suster, suportar, conservar em bom estado, manter, resistir.

O conceito de sustentabilidade tem implícito um procedimento sistémico e mecanicista de abordar a realidade, através da interdisciplinaridade, permitindo a interligação e dependência dos aspectos económicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana.<sup>19</sup>

O desenvolvimento sustentável tem como objectivo: estruturar o meio, a civilização e as actividades humanas; satisfazer e assegurar as necessidades da sociedade no presente; preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planeando e agindo de forma a atingir proficiência na manutenção indefinida desses ideais no tempo; garantir o desenvolvimento equilibrado do território; melhorar a qualidade do ambiente; promover a produção e consumo sustentáveis; evoluir para uma sociedade solidária e do conhecimento.<sup>20</sup>

Este tipo de desenvolvimento caracteriza-se pelos seguintes atributos:<sup>21</sup>

- *Adaptabilidade* – flexibilidade do sistema para encontrar novos níveis de equilíbrio;
- *Diversidade* – rede complexa de relações de que depende a estabilidade de um sistema, possibilitando a manutenção, em níveis favoráveis, dos benefícios proporcionados ao longo do tempo;
- *Equidade* – a capacidade do sistema de distribuir de forma justa os benefícios, produtos e serviços gerados, garantindo padrões mínimos de qualidade de vida ao nível intrageracional (disponibilidade de um sistema mais seguro para a sociedade) e intergeracional. (a satisfação das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de garantirem suas próprias necessidades);
- *Resiliência* – a capacidade do sistema de retornar ao estado de equilíbrio ou manter o potencial produtivo depois de sofrer perturbações graves;
- *Manutenção ou durabilidade* – a capacidade de conservação do sistema ao longo do tempo;

---

<sup>19</sup> Ver <http://pt.wikipedia.org>

<sup>20</sup> Ver <http://www.interreg-medocc.org>

<sup>21</sup> GOMES, Maria Leonor; MARCELINO, Maria Margarida; ESPADA, MARIA da Graça – *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Amadora: Direcção Geral de Ambiente – DSIA, 2000, pp. 9-14.

- *Interação* - a inter-relação e integração entre diferentes dimensões, como a social, a económica, a ambiental e a cultural.

Portanto, entende-se por desenvolvimento sustentável a manutenção de um sistema ao longo do tempo, sendo que essa durabilidade depende de quanto maior for a adaptabilidade, a diversidade, a resiliência, a equidade do sistema e a interação entre as diferentes dimensões: económica, ambiental, social e cultural.

Na actualidade o desenvolvimento sustentável coloca um conjunto de exigências e desafios aos responsáveis políticos, assim como aos sectores da sociedade global, nomeadamente, através<sup>22</sup> do acompanhamento da evolução tecnológica; da forma de pensar e reflectir sobre os objectivos sociais, económicos e ambientais; da forma de atingir os objectivos; da forma de conciliar os interesses diversos e a procura de soluções inovadoras, através da obtenção de consensos; da formação de parcerias, que nem sempre são fáceis de obter.

Conclusão: o desenvolvimento sustentável deverá ser ecologicamente correcto economicamente viável, socialmente justo, culturalmente aceite<sup>23</sup>, ou seja, "(...) *desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades.*"<sup>24</sup>

### **3. Ovar: memórias industriais de uma urbe**

O projecto "*Ovar: memórias industriais de uma urbe*" identificou elementos, permitiu sistematizar informação sobre a dimensão e potencialidades do patrimonial cultural do concelho, em especial o centro histórico da cidade Ovar, e respectivos agentes, recursos e produtos.

Foram consultados acervos documentais do A.M.O., com especial destaque o S.P.H.M.T., a S.H.L.R. da B.M.O., os centros de documentação da R.M.O.<sup>25</sup>, o A.D.A.; arquivos de unidades industriais, estabelecimentos de comércio, colectividades e associações do concelho de Ovar.

O processo de sistematização da informação permitiu definir e constituir uma grelha de indicadores essenciais para a concepção de recursos, produtos e serviços.

---

<sup>22</sup> Ver <http://www.futurosustentavel.org>

<sup>23</sup> Ver <http://pt.wikipedia.org>

<sup>24</sup> BRUNDTLAND, Gro Harlem - *O Nosso Futuro Comum*. World Commission on Environment and Development – ONU, 1987.

<sup>25</sup> M.O, M.E.V. e CENÁRIO.

### 3.1. Definição dos alvos a valorizar

#### 3.1.1. O centro histórico da cidade de Ovar

No início dos anos 80 do séc. XX, foram promovidos um conjunto de debates em Ovar, pela *Cooperativa Cultural Sem Margem*, tendo como objectivo discutir, clarificar, definir e valorizar a dimensão e o valor acrescentado do centro histórico. Em 1983, entre 24 e 26 de Junho, a Sem Margem promoveu o encontro “Ovar e O Urbanismo”,<sup>26</sup> onde intervieram os autarcas, munícipes e um conjunto de urbanistas, onde se destacaram os arquitectos Domingos Tavares e Sidónio Costa Pardal, o Eng. Joaquim Braga da Cruz e representantes da FADEPA (Federação das Associações de Defesa do Património Natural e Cultural), nomeadamente, o Arq. Vasco Massapina e o Dr. Silva Passos. Registaram-se as seguintes conclusões:

- O desenvolvimento de Ovar deveria assentar em ideais humanistas, estimulando o equilíbrio, a segurança e a sustentabilidade da vida comunitária;
- Necessidade de revisão do P.U. de Ovar, através da participação dos agentes culturais, sociais e económicos do concelho;
- Necessidade de medir as consequências da passagem de Ovar a cidade;



Fig. 3 – Cartoon “Tragicomédia em 3 actos – Ovar para onde vais?” publicado no *Terras de Ovar*, referente ao *Encontro Ovar e o Urbanismo*, em Junho de 1993

<sup>26</sup> Ver *Encontro Ovar e o Urbanismo de 24 a 26 de Junho* in *Terras d’Ovar*. N.º 10, Suplemento, 10 - 25 de Junho, 1983, pp I – VI.

- A melhoria do ambiente edificado pode reflectir na qualidade de vida, favorecendo o ressurgimento da identidade cultural e a regeneração social e económica;
- Deveria ser dado papel preponderante à reabilitação arquitectónica. O antigo e o moderno deveriam coexistir e respeitarem-se;
- A reabilitação arquitectónica não deveria constituir um obstáculo e deveria, até, contrariar as políticas de demolição;
- Deveria dinamizar-se o desenvolvimento de um movimento de opinião pública sobre o «Urbanismo e a construção da cidade e do campo»;
- Ovar (em 1983) mantinha uma grande homogeneidade urbanística, identidade e imagem de marca consistente, com especial destaque para o azulejo;
- Os sistemas produtivos, industriais e comerciais, com especial destaque para o sal, eram factores importantes para o crescimento e desenvolvimento de Ovar, entre os séculos XIX e XX.

O então Presidente da C.M.O., Dr. Raimundo Rodrigues, na sua intervenção, considerou preocupante o registo do crescente abandono de imóveis e, por outro lado, a explosão urbanística que exercia pressão sobre o preço do solo, principalmente na zona antiga da urbe de Ovar. O dito “Centro Histórico”, carecia de ser revitalizado, havendo entretanto, necessidade de



Fig. 4 – Postal da *Villa de Ovar* com perspectiva sul da urbe, sob o eixo nascente/poente, registado na primeira década do séc. XX. Edição Alberto Ferreira. Acervo B.M.O.

elaborar o P.D.M. e respectivos Planos Gerais de Urbanização para cada uma das freguesias do concelho.

Lançada a problemática sobre a existência de um “Centro Histórico”, com a elevação de Ovar a cidade, em 1984<sup>27</sup>, a autarquia, as associações, instituições e a comunidade local promoveram um conjunto de iniciativas culturais das quais se destacam a publicação “Ovar e seu Concelho”, organizada por José Maria da Graça e editada pela C.M.O., e a “A Feira das Antiguidades”, promovida mensalmente no Mercado de Ovar.

Em 1985, a C.M.O. apresenta uma candidatura ao P.R.U. <sup>28</sup>, que não foi aprovada.

Em 19 de Setembro de 1986, o então Presidente da C.M.O., José Guedes da Costa, recentemente empossado, reiterou nova candidatura ao P.R.U., com os seguintes pressupostos<sup>29</sup>:

- A cidade de Ovar é uma urbe com valor patrimonial, quer sob o ponto de vista da estrutura do tecido urbano, quer quanto à qualidade arquitectónica de alguns imóveis, em especial as fachadas revestidas a azulejo;
- A necessidade de salvaguardar, conservar e reabilitar o tecido urbano;
- A necessidade de implementar um P.R.U.;
- A necessidade da C.M.O. criar instrumentos e angariar meios que permitam respostas atempadas ao nível técnico e político, através de um G.T.L.;
- A autarquia encontra-se sobre pressão devido ao crescimento urbano.

No processo de instrução da candidatura ao P.R.U. foi definida a área de intervenção na malha urbana da cidade, indicando a forma de actuação das equipas e os objectivos a atingir, tendo sido integrados grandes sistemas tipomorfológicos, zonas de sensibilidade paisagística (ZP) e os elementos com valor lúdico e patrimonial, onde se integravam: zona monumental (ZP1), Lamarão (ZP2), S. Miguel (ZP3), Combatentes (ZP4). As zonas definidas reuniam consistência, continuidade e coerência tipológica, equilíbrio quer ao nível do edificado e espaços públicos, bem como uma estreita relação funcional entre as vivências da cidade e os bairros de origem. Por outro lado, houve preocupação em integrar zonas com índice elevado de degradação e ou apetência para transformações consideráveis, bem como rentabilizar infraestruturas existentes.

---

<sup>27</sup> Lei n.º 9/84, de 28 de Junho.

<sup>28</sup> No seguimento do despacho n.º 4/SEHU/8, publicado no Diário da República, 2.ª Série de 4 Fevereiro.

<sup>29</sup> Candidatura à DGOT para constituição de um GTL em Ovar, 19 de Setembro de 1986.



Fig. 5 – Planta síntese de 1986, com limites de acção na cidade de Ovar no âmbito do P.R.U., propostas a desenvolver pelo G.T.L. a criar pela C.M.O. Acervo do A.M.O.

A criação do G.T.L. deveria ter como objectivo prioritário promover e coordenar as acções constantes dum programa trienal que incluía acções que visavam o restauro, reabilitação, conservação dos conjuntos e espaços previamente definidos pelo executivo, bem como dinamizar e apoiar a participação da comunidade local, realizar levantamentos, inventários, estudos, pesquisas e definição e prossecução dos objectivos estratégicos. A candidatura, mais uma vez, não foi aprovada.



Fig. 6 – Pormenor de fotografia panorâmica da *Vila de Ovar*, com perspectiva do lado nascente, referente ao eixo Sul/Norte, registada em 1935, no topo da chaminé da *Companhia de Iluminação de Ovar*. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.

Nos anos 90, constatou-se a necessidade urgente de estruturar o espaço urbano da cidade de Ovar, quer a nível funcional, quer através de zonamento e de tratamento dos espaços livres públicos. Tendo como objectivo evitar o alastrar de abandono e degradação do tecido urbano existente, tornou-se necessário e prioritário criar princípios orientadores que promovessem o apoio técnico, auxílio e coordenação das actividades de recuperação e reabilitação urbana. Em 29 de Março de 1990, a C.M.O. apresentou uma nova proposta de criação de um G.T.L.<sup>30</sup>.

A partir de 1993 são promovidos um conjunto de eventos e iniciativas no âmbito das celebrações do *Dia Nacional dos Centros Históricos*.

Em 1994, a exposição e respectivo catálogo "*Memórias da Urbe*"<sup>31</sup>, edição da C.M.O., sob Coordenação da Dr.<sup>a</sup> Ângela Castro, despoletou uma enriquecedora discussão pública. Chega-se à conclusão que existe na população uma forte noção de centralidade na cidade, mas que o conceito se confunde entre zona monumental, espaços com identidade cultural e/ou vivências diárias. A delimitação espacial do centro histórico não foi consensual mas, contudo, proporcionou, mais tarde, em 1995 despoletar o início do processo de adesão da C.M.O. à Associação de Municípios com Centro Histórico.

Em 1996, a C.M.O. promoveu a criação da *Comissão de Património*<sup>32</sup> e, em 1997, instituiu o GTL<sup>33</sup> que, por sua vez, apresentou o *Plano de Pormenor de Reabilitação e Valorização do Núcleo Central da Cidade de Ovar* tendo como objectivo:

- Conservar, preservar e/ou reabilitar edifícios, conjuntos urbanos e espaços públicos relevantes para a preservação da imagem arquitectónica e reforço do seu sentido urbano;
- Definir condicionantes formais e funcionais a considerar em futuras propostas de intervenção no parque edificado que sustentem uma renovação equilibrada com o tecido urbano existente;
- Requalificar os espaços públicos existentes revitalizando-os com propostas de reconversão urbanística estruturadora da morfologia urbana;

---

<sup>30</sup> Candidatura à D.G.O.T. para constituição de um G.T.L. em Ovar, 29 de Março de 1990.

<sup>31</sup> CASTRO, Ângela – *Memórias da Urbe*. Ovar: Câmara Municipal, 1994

<sup>32</sup> A primeira reunião realizada em 7 de Outubro de 1996, teve como objectivo preparar o programa de acção do futuro G.T.L., bem como a definição da área de acção do gabinete e as acções a realizar entre as duas estruturas.

<sup>33</sup> Ver Programa Funcional do G.T.L. da C.M.O. de Abril de 1997.

- Reforçar o sistema de relações urbanas e mobilidade, criando percursos pedonais mais atractivos de ligação entre os diferentes espaços urbanos;
- Tratamento de percursos e espaços públicos com recurso a repavimentação de pisos, mobiliário urbano, arborização e iluminação valorativa para um adequado ambiente urbano.

Em 1997, a equipa do G.T.L., sob direcção do Arq. Victor Carvalho, definiu a delimitação do núcleo central, cingindo-se ao percurso viário entre as 5 Capelas dos Passos e respectivos quarteirões envolventes entre os Paços do Concelho e o Tribunal, ou seja, a zona monumental. Em 2001, foi apresentada proposta de *Plano de Pormenor de Reabilitação e Valorização do Núcleo Urbano Central* e respectivo regulamento, onde se definiam princípios e regras de intervenção tendo em vista a salvaguarda e reabilitação da zona alvo. O documento não foi aprovado<sup>34</sup>.

Entre 2001 e 2010, foram publicados um conjunto de estudos e artigos de opinião na revista anual *Dunas - temas & perspectivas*<sup>35</sup>, editada pela Câmara Municipal de Ovar, não ocorrendo, entretanto, consenso quanto à dimensão orgânica da urbe e respectivo valor patrimonial, bem como propostas definitivas de limites do casco do centro histórico de Ovar.

Certo é que a definição e delimitação específica do centro histórico de Ovar tem vindo a revelar-se difícil, facto decorrente do conceito de património com contornos extensos que, por vezes, parecem ilimitados. Por outro lado, agravado pela ausência de uma monumentalidade consistente, facilitadora do processo de reconhecimento. Aspectos que nos anos 80 do séc. XX foram objecto de grande dúvida da classe política, inserem-se hoje, inquestionavelmente, na categoria «património». Identificam-se zonas onde dominam os imóveis com traços tipicamente locais, de porta e janela, outras com exemplares de influência “torna-viagem” ou, então, destacadamente, os exemplares de arquitectura oitocentista abastada, ao lado de construções contemporâneas, paredes-meias com estruturas mais simples e funcionais, como as fontes e as pontes.

---

<sup>34</sup> Ver *Regulamento do Plano de Pormenor de Reabilitação e Valorização do Núcleo Urbano Central*, de 12 de Outubro de 2001, in A.M.O.

<sup>35</sup> Destacam-se os artigos de opinião de Rafael Salinas Calado (*Ovar, Museu vivo do Azulejo* – de 2001), Domingos Tavares (*Os Caminhos do Mar na Génese da Urbe* – de 2002; *A Urbe de Ovar e a sua Identidade* – de 2010), Rogério Paulo Pacheco (*Ovar: Reescrita(s) da Cidade* – de 2007), Jorge Ferreira Barbosa (*Ovar – Património e Identidade Territorial. Valores para além da sobrevivência da memória* – de 2008), Francisco Queiroz (*Em busca de uma identidade para o Centro Histórico de Ovar: da história urbana ao inventário do património arquitectónico* – de 2009).

O rio Cáster e as suas ribeiras surgem como elemento estruturante deste centro histórico. A fixação das populações surgiu nas zonas mais elevadas, constituindo as mais baixas, correspondentes ao leito de cheia, extensos campos agrícolas. As zonas urbanizadas estão unidas pelas vias de comunicação que obrigatoriamente atravessam Ovar, ligando a Ria e o mar ao interior da região.

Não havendo registo de vestígios arqueológicos anteriores ao período moderno, a maior parte da malha urbana data dos sécs. XVI/XVIII, com expansões relevantes entre o séc. XIX e meados do séc. XX. O surto de construção, a partir da década de sessenta do séc. XX, contribuiu em muito para a descaracterização e dissolução dos primitivos núcleos, introduzindo alterações substanciais que, nalguns casos, levou ao quase total desaparecimento das antigas construções. Por outro lado, teceu-se, então, o desenho urbano do actual centro histórico de cidade de Ovar.

Para além da arquitectura civil pública (por exemplo, os Paços do Concelho, Tribunal, pontes, estruturas ligadas ao abastecimento de água, jardins...) e privada (habitação e arquitectura industrial...), encontramos a arquitectura religiosa – Capelas dos Passos, Igreja Matriz, Capelas da Sra. da Graça, de Santo António, das Almas e de S. Miguel – e, ainda, perpassados por um património que não é óbvio: a memória, muitas vezes o elemento mais rico do lugar, decorrente de factos históricos, figuras notáveis, costumes e hábitos das populações, hoje já esquecidos ou bastante nebulosos.

Assim, urge promover uma melhor identificação e efectiva salvaguarda deste centro histórico que se traduziriam pela sua delimitação, definição e aplicação de regras de intervenção urbanística, acções de promoção/dinamização, a par de um inventário e respectivo registo.

### **3.1.1.1. Ovar e o seu enquadramento territorial**

A região de Ovar integra-se no maior segmento de costa baixa e lisa do país, que se estende desde Espinho até ao Cabo Mondego. Situa-se no extremo norte do delta do Vouga e cerca de 80% da sua área total é constituída por uma extensa planície aluvial, com terrenos arenosos de fixação dunar, recortada pela Ria, a Sul, e a Barrinha, a Norte, entre a costa atlântica a Poente e as primeiras elevações xistosas a Nascente.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> PEREIRA, Gabriel Rocha – *Notas para o estudo da arqueologia em Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 5, n.º 5, 2005, p. 106.

A zona mais elevada da região está situada numa faixa interior que percorre toda a parte Este, formada pelo complexo xisto-grauváquico ante-ordovício, esculpido a partir do final do Cenozóico, com as acções marinhas litorais e pela erosão provocada pelos pequenos cursos de água.<sup>37</sup> A longa planície aluvial e a Ria de Aveiro, há cerca de 20.000 anos, era preenchida pelo mar (que se encontrava a cerca de 130 metros abaixo do nível nos nossos dias) e pequenas ilhas. A formação deste território surge após as últimas glaciações<sup>38</sup> devido a um conjunto de factores, nomeadamente:<sup>39</sup>

- A subida das temperaturas permitiu o acesso das comunidades nómadas às terras altas dos vales do Douro e Vouga e levou à destruição da fauna e flora primitiva desprotegendo os solos, sendo estes facilmente removidos com a acção das chuvas, provocando a erosão das encostas;
- O aumento de volume de sedimentos nos rios transformou os estuários em grandes depósitos desse material;
- A subida do nível do mar, as correntes marítimas, as marés e a força dos ventos, formaram na costa litoral uma longa e larga faixa, de grandes dunas, que se dispunham em degraus, voltadas para o mar e sulcadas, por vezes, por alguns pequenos rios;



Fig. 7– Fotografia aérea sobre a freguesia de Ovar, com destaque o braço nascente da Ria, surgindo no extremo o Cais da Ribeira, e, no topo, a malha urbana do centro da cidade. No topo do lado esquerdo é visível o extremo do braço poente da Ria, com o Cais do Carregal, a costa atlântica, o corredor da Mata Nacional e a pista da Base Aérea de Maceda. Foto de João Cunha, 1998. Acervo da B.M.O.

<sup>37</sup> TEIXEIRA, C.; ASSUNÇÃO, C. T. - *Carta Geológica de Portugal notícia explicativa da folha 13-C, Ovar*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1963, p. 13.

<sup>38</sup> PEREIRA, Gabriel Rocha – *Ibidem*, p. 107.

<sup>39</sup> SOUSA, Ana Catarina – *Evolução da linha de costa na Barrinha de Esmoriz e zona costeira adjacente*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 3, n.º 3, 2003, pp. 52-55.

- O aumento de depósitos de sedimentos na costa litoral permitiu a formação de 2 cabedelos (um a Norte e outro a Sul) e o aparecimento, mais tarde, de um cordão litoral, de norte para sul (a partir de Espinho) originando um delta com ilhas de areia no seu interior.

Por volta de 1000 a.C., (encontrando-se, na altura, o nível do mar próximo do actual) formou-se a Barrinha de Esmoriz, a Norte e, mais tarde, no último milénio, a Sul, a Ria de Aveiro, da qual um dos canais se prolonga até à actual freguesia de Ovar, dividindo-se em numerosos braços - sendo um deles a foz do Rio Cáster, alimentado por pequenos cursos de água doce - que convergem actualmente no centro da cidade de Ovar.

Em meados do séc. XV, a Ria de Aveiro ficou completamente isolada do mar, continuando, contudo, a haver uma forte deposição de sedimentos levando à diminuição da profundidade dos canais. O homem tentou, por diversas vezes, colocar a laguna em contacto com o mar, mas só em 1808 se abriu e fixou, definitivamente, a barra no local actual.

O contacto permanente com o mar e o regime de marés reflecte na sua água um nível de salinidade variável, o que leva a uma diversidade de biótopos (ambiente natural de várias espécies de peixes, crustáceos, moluscos, algas e de aves).<sup>40</sup>

Em relação ao clima constata-se nesta região a ausência de grandes amplitudes térmicas ao longo do ano. O vento sopra, por vezes, com rajadas, normalmente da parte da tarde, nas características “*nortadas*”. As noites e madrugadas de Inverno podem atingir temperaturas baixas e o nível da humidade relativa elevado. Contudo, a amenidade climática prevalece.<sup>41</sup>

### **3.1.1.2. As origens da urbe**

Em tempos pré e proto-históricos, como nos revela a carta geológica, a costa litoral situava-se bem no interior do concelho, coincidindo o seu limite com o futuro traçado do Caminho-de-Ferro, sendo a freguesia de S. Cristóvão de Ovar uma zona marítima.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> GASPARG, João Gonçalves – *Formação da Ria e Povoamento da Região de Aveiro*. In *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, n.º 36, 1986, pp. 55-67.

<sup>41</sup> SOUSA, Ana Catarina. *Ibidem*, pp. 51, 52.

<sup>42</sup> GASPARG, João Gonçalves. *Ibidem*.



comércio e extracção de sal. No séc. X, o centro administrativo, situado na Villa de Cabanones, actual lugar de Cabanões, a cerca de 3 km do porto de Ovar, integrava as Villas de *Muradones*, *Sancto Donato*.<sup>47</sup>

Eventualmente, as primeiras edificações da urbe da *Villa de Ulvar* (Ovar), terão surgido em finais do séc X, construídas acima do nível das cheias dos rios, nas zonas mais elevadas das colinas, constituídas por cordões de dunas em forma de espinha.<sup>48</sup>

Quanto aos primeiros habitantes e suas habitações, o Pe. Miguel Oliveira aponta a hipótese de que «*a diversidade de ocupações talvez já indiciasse uma certa diferenciação entre as classes populares, visto tratar-se de actividades permanentes, entre as quais salientamos a exploração salineira, a pesca e a agricultura... Ocupavam lugar à parte os “cabaneiros” que, vivendo em “cabanas”, fora dos “casais agrícolas”, ganhavam a vida no trabalho rural como jornaleiros, ou exerciam outras actividades... os daqui, em fins do séc. XIII agrupavam-se na*

*aldeia de Ovar e as suas habitações já não eram tão primitivas, pois se chamavam “casarias”... o que distinguia os “cabaneiros” era serem homens livres, sem terra nem senhor, nem ofício, estabelecidos com economia separada e fora das terras dos proprietários ou dos colonos onde trabalhavam o que fazia deles um novo elemento social. O que importa para a história de Ovar é que nesse agru-*

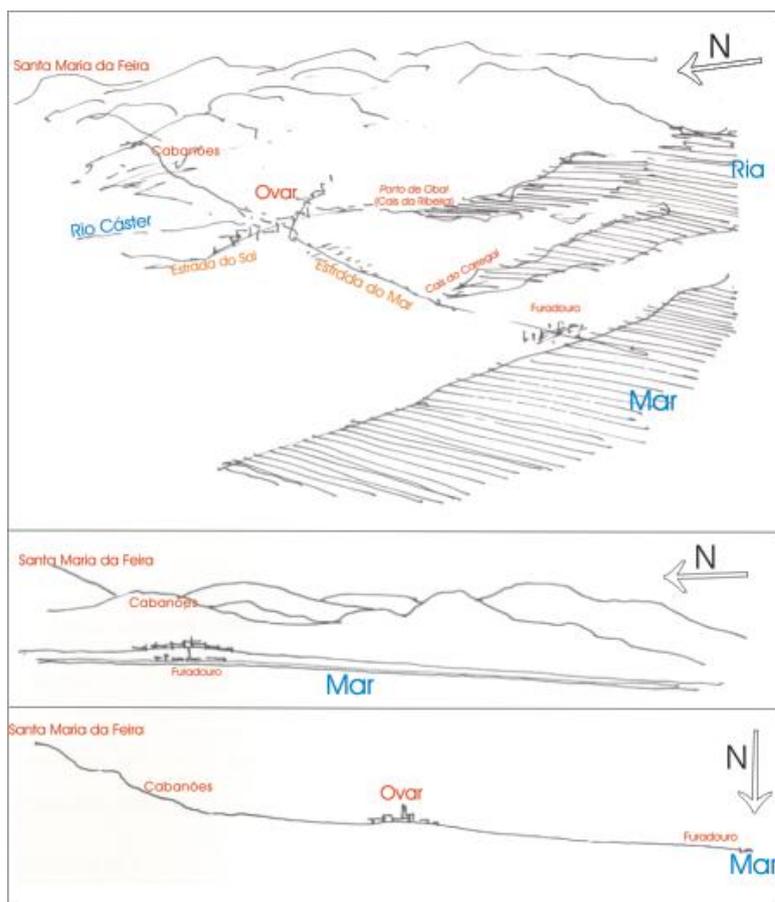


Fig. 10 - Implantação da *Villa* de Ovar. Desenho de TAVARES, André; RODRIGES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo - 1998

<sup>47</sup> LAMY, Alberto Sousa – *Ibidem*, p. 20.

<sup>48</sup> TAVARES, André; RODRIGUES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo – Ovar. *Teoria Geral da Organização do Espaço*. In u6. Porto: AE FAUP, 1998, pp. 14-16.

pamento de “cabaneiros” teve origem o núcleo urbano da vila”<sup>49</sup>.

Ao longo dos séculos XI, XII e XIII, o assoreamento do cordão litoral atlântico permitiu criar um canal de navegação segura na Ria, diminuindo o tempo de viagem das embarcações.<sup>50</sup> Contudo, a redução do caudal traduziu-se na diminuição da exploração do sal na zona de Ovar - deixando de existir no século XVII.<sup>51</sup> Constatou-se, entretanto, que a via terrestre entre Porto e Aveiro e a sua recente variante aquática de Ovar até Aveiro complementavam-se como importantes rotas comerciais na região, durante o período da Idade Média.<sup>52</sup>

A localização estratégica de Ovar condicionou o crescimento e organização do aglomerado urbano da *Villa* até e depois, do século XVI<sup>53</sup> tendo em conta que:

- Ovar não se define por um núcleo mas pelo fluxo e direcção das vias de comunicação onde estão edificadas todas as estruturas da vila. São principais eixos terrestres: no sentido SW/NE - a estrada do sal - a ligação da Ria à antiga estrada Porto-Aveiro, actual N109, e daí para o Porto ou o interior - do Cais da Ribeira, segue até à Capela de St.º António, atravessa a Praça da República em direcção à Ponte Nova/N109, pela Rua Dr. José Falcão, tendo como traçado

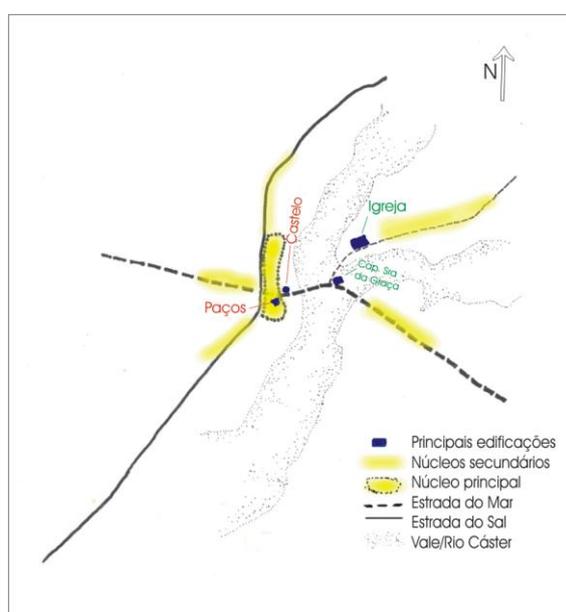


Fig. 11 – Proposta de implantação da *Villa de Ovar*, no séc. XVI. Desenho de TAVARES, André; RODRIGES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo – 1998.

complementar a Rua Alexandre Herculano; no sentido W/E - a estrada do mar - a ligação do mar com o interior - do Furadouro ao Cais do Carregal, segue pela Avenida da Régua em direcção à Rua Manuel Arala, atravessa a Praça da República e segue até à Capela

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Miguel de – *Ovar na Idade Média*. Ovar: Câmara Municipal, 1967, pp. 114-115.

<sup>50</sup> LAMY, Alberto Sousa – *A Ribeira e o seu Cais*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 3, n.º 3, 2003, pp. 71-78.

<sup>51</sup> CASTRO, Ângela – *Os caminhos do sal... por terras de Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 1, n.º 1, 2001, pp. 56.

<sup>52</sup> AMORIM, Inês de – *Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico*. Porto: Faculdade de Letras, 1996, pp.75-80

<sup>53</sup> TAVARES, André; RODRIGUES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo – *Idem, Ibidem*.

da Sra. da Graça. Na Capela da Sra. da Graça a estrada ramifica em duas vias: no sentido NE acedendo aos lugares S. João e Cabanões, em direcção a S. João da Madeira; no sentido E, pela Rua Visconde de Ovar, acedendo ao lugar de S. Donato, em direcção a Oliveira de Azeméis;

- O vale do rio Cáster surge como uma barreira natural, definindo o desenho e o sentido das vias terrestres. O eixo viário SW/NE acompanha o rio. O eixo N/S atravessa o rio ramificando depois em várias vias em direcção ao interior. As vias e as edificações ocupam as zonas



Fig. 12 – Cheias em Ovar. Esta imagem ilustra o leito de cheia e a preocupação de construir nas zonas mais elevadas – Foto de Mário Almeida, déc. 60. Acervo da B.M.O.

mais elevadas, tendo em conta a morfologia do terreno;

- A importância comercial da via define a forma de ocupação do espaço. Nas vias com maior fluxo comercial e económico regista-se um povoamento concentrado onde predominam grandes planos de fachadas com 2 tipos de edifícios de reduzida dimensão: dois pisos (a zona térrea, muitas vezes, para actividades económicas, e o 1º para residência); piso único (2, 5 metros de altura, com porta de verga curva, com uma a duas janelas de guilhotina, molduras de cantaria de verga, também curva). Geralmente, não ultrapassam os 5 metros de frente, por 13 metros de fundo, não excedendo para residência 3 compartimentos. O seu interior é pobre e frio, sendo o soalho,

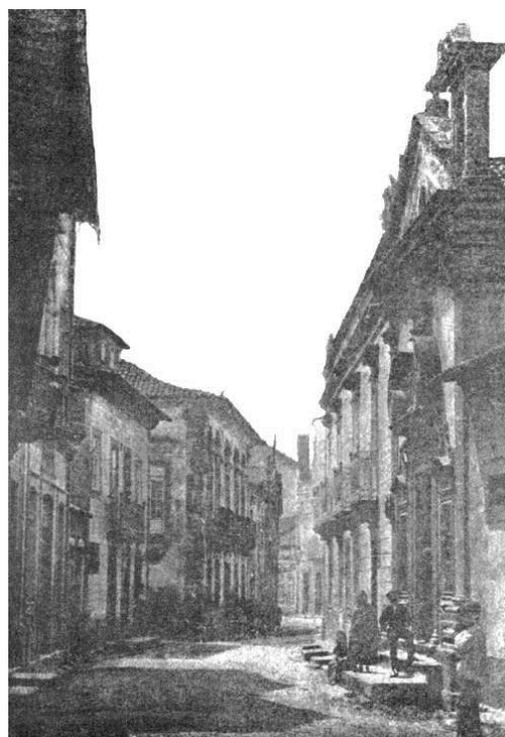


Fig. 13 – Pormenor da Rua José Falcão, em finais do séc. XIX, uma das vias com potencial comercial na urbe de Ovar. No lado esquerdo são visíveis no rés-do-chão as portadas das lojas e no piso superior a zona de habitação. Autor desconhecido. Acervo da B.M.O.

tecto e portas, de madeira de pinho. Estas casas têm, normalmente, associada uma estreita e alongada faixa de terreno que permitia a exploração de uma pequena horta; Nas vias com menor fluxo económico regista-se um povoamento mais disperso, predominando a casa de agricultor. A casa tem uma frente de 8 a 10 metros, por 3 a 4 m de fundo e 2 a 3 metros de altura, algumas com dois pisos; uma porta e várias janelas que abrem sobre quintais espaçosos. Para além da habitação, existe um conjunto de estruturas anexas que têm como objectivo armazenar as alfaias e produtos agrícolas e dar guarida aos animais;

- quanto à estrutura e organização da vila: a zona poente da vila (o cruzamento dos dois eixos viários) concentra o comércio, a produção de bens, os serviços administrativos e a maioria da “burguesia”; a zona central (vale do rio Cáster) com extensas áreas de exploração agrícola; na zona nascente predomina a agricultura, com as respectivas habitações e estruturas de apoio; nas periferias, principalmente na zona poente, surgem alguns bairros de pescadores que exercem actividade na ria e no mar (com maior expressão, a partir do séc. XVIII, com a Arte Xávega).

No séc. XVI, a *Vila de Cabanones*, com uma reduzida influência local, funde-se com Ovar, transitando assim o centro administrativo para a zona poente desta jovem e dinâmica urbe.<sup>54</sup>

### 3.1.1.3. A vila de Ovar do séc. XVI ao séc. XIX

A partir do século XVI, a vitalidade do Cais da Ribeira veio reforçar a posição estratégica da urbe de Ovar em toda a região, quanto ao transporte, armazenamento e distribuição de sal proveniente de Aveiro. Até ao último quartel do séc. XIX, grande parte do fluxo comercial e o transporte de passageiros, entre o Norte e Aveiro passava por Ovar. A

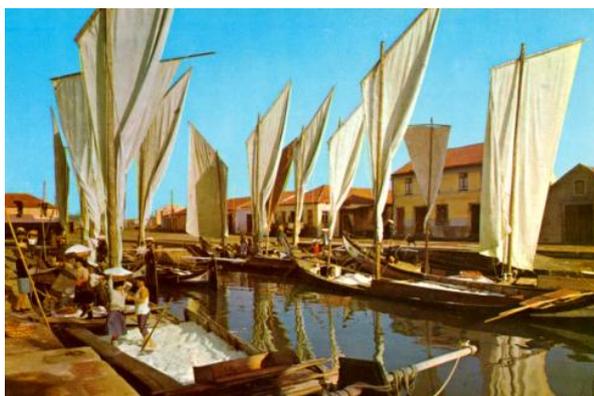


Fig. 14 – Cais da Ribeira - descarga de sal - déc. 60, séc. XX. Autor desconhecido. Acervo da B.M.O.

---

<sup>54</sup> LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar: Freguesias de São Cristóvão e de São João de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, 2001, vol. I, p. 20.

viagem de barco pela Ria, entre Ovar e Aveiro, era mais segura além de necessitar de menos tempo do que por terra.<sup>55</sup>

Em 1514, quando se consolidam as estruturas sociais e se acentuam as potencialidades económicas do aglomerado, D. Manuel concedeu foral a Ovar. O feliz enriquecimento da Vila já não era somente ditado pela rota comercial interna, mas pelas novas “tecnologias” ou capacidades que o comércio externo e a sociedade moderna possibilitavam.<sup>56</sup>



Fig. 15 – Igreja Matriz em finais do séc. XIX. Autor desconhecido. Acervo da B.M.O.

Entre os sécs. XVI e XVIII, a recolha de moliço na Ria (para fertilização das terras de uma vasta área circundante), a exploração da nova cultura do milho, o desenvolvimento da pesca fluvial e marítima, diversificaram as actividades laborais reflectindo-se paralelamente no crescimento populacional da urbe de Ovar.

Na última década do século XVI, surgiu uma nova igreja, fora do centro do núcleo da vila de Ovar, que rapidamente ganhou importância institucional relativamente à primitiva matriz situada em Cabanões<sup>57</sup>. A partir desta época, proliferou a construção de pequenos “palacetes de famílias” e instalaram-se vários cruzeiros e capelas. A consolidação deste sistema foi marcada pela fixação das Capelas dos Passos, no século XVIII. O percurso das procissões quaresmais entre as Capelas Passos e a Igreja Matriz clarificou a orgânica do miolo urbano da vila<sup>58</sup>

Em finais do séc. XVIII, a Vila apresentava um conjunto de centralidades definidas pelas praças da urbe<sup>59</sup>, interligadas pelos principais eixos e pontes, destacando-se: a Praça do Comércio (actual Praça da República), com o edifício dos Paços do Concelho, a nascente, a Cadeia, a norte, a Capela de Santo António, a sul, e o Pelourinho no centro da praça; o Largo Cruzeiro da Vila (actual Largo da Família Soares Pinto), onde se localizava a antiga Casa e o

<sup>55</sup> CASTRO, Ângela – *Idem, Ibidem*.

<sup>56</sup> AMORIM, Inês de – *Ibidem*.

<sup>57</sup> BASTOS, Manuel Pires – *História breve da Igreja Matriz de S. Cristóvão de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 1, n.º 1, 2001, pp. 27-28

<sup>58</sup> TAVARES, André; RODRIGUES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo – *Idem, Ibidem*

<sup>59</sup> CASTRO, Ângela – *Memórias da Urbe*. Ovar: Câmara Municipal, 1994.

Celeiro do “Castelo”, pertencente à Casa do Infantado dos Condes da Feira; o Largo de Santo António do Cruzeiro (actual Largos dos Bombeiros Voluntários); o Largo S. Miguel (actual Largo 1.º Dezembro); o Largo de S. Pedro (actual Largo dos Combatentes da Grande Guerra); o Largo do Mártir S. Martinho (actual Largo Almeida Garrett); o Largo dos Campos (actual Largo 5 de Outubro), tendo a poente a Capela das Almas; o Largo São Tomé (actual Largo Mouzinho de Albuquerque); a Rua de S. Miguel (actual Rua Visconde de Ovar); a Rua Direita ou das Almas (actual Rua Manuel Arala); a rua da Figueira (a actual Rua Dr. José Falcão); a Rua da Fonte (a actual Alexandre Herculano); a Rua da Graça (a actual Rua Elias Garcia); a Rua da Ribeira (a actual Rua Alexandre Sá Pinto).

No século XVIII, formou-se um núcleo piscatório, de actividade sazonal, no Furadouro, na costa litoral (tendo sido destruído o esboço original pelo maremoto, no terramoto de 1755). A ligação da urbe ao Furadouro ganhou importância estratégica, no século XIX, com o abastecimento e comércio do peixe para o interior do País. Apesar da migração da população piscatória da vila para o litoral, as comunidades de pescadores das periferias de Ovar consolidaram os bairros (como, por exemplo, o do Lamarão).<sup>60</sup>



Fig. 16 – Desenho da antiga Praça do Comércio, actual Praça da República, que vigorou entre a primeira metade do séc. XVIII e a última década do séc. XIX Reprodução de cenário do antigo Teatro Ovarense. Autor desconhecido. Acervo da B.M.O.

<sup>60</sup> TAVARES, André; RODRIGUES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo – *Idem, Ibidem*

No final do séc. XVIII, a necessidade de uma ligação rápida entre Aveiro e o Porto traduziu-se na realização de um projecto para um canal interior, que permitiria a comunicação entre Douro e a Ria<sup>61</sup>. A primeira representação do casco da vila data de finais do século XVIII “*A Planta da Villa de Ovar*”, comprova a importância do eixo norte/sul (Ribeira, Praça do Comercio, Ponte Nova), delimitado a este pelos leitos de cheia do Rio Cáster e Ribeira da Graça e o eixo poente/nascente (Furadouro, Campos, Praça do Comercio, S. Pedro, S. Miguel)<sup>62</sup>. Num dos estudos iniciados no reinado de D. José I surge o levantamento da região entre Douro e Vouga, executado entre 1777 e 1816, com o título “*Mapa Topographico do terreno que mêdea entre o Rio Douro e o lago, ou Ria d’Áveiro: e delineação de hum Canal de Navegação interior que nelle se pode abrir.*”<sup>63</sup>

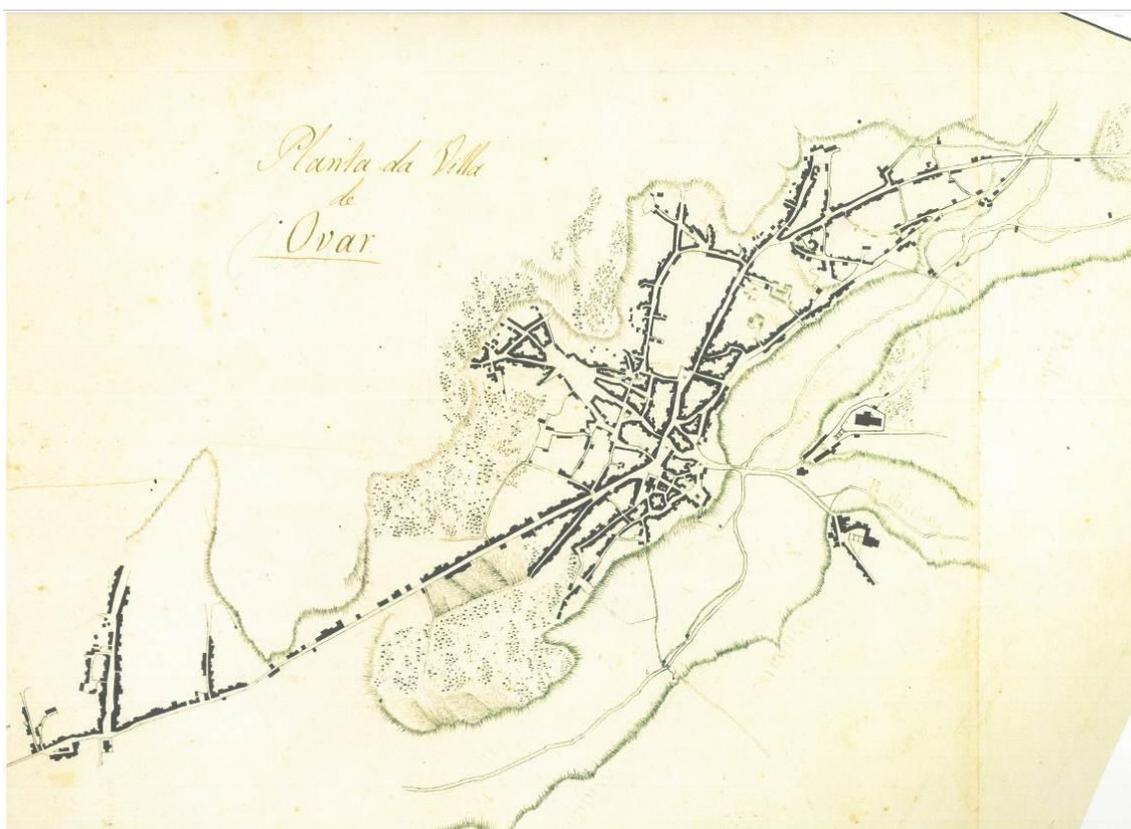


Fig. 17 – Planta da *Villa de Ovar* – finais do séc. XVIII. Reprodução B.M.O.

<sup>61</sup> AMORIM, Aire de – *Achegas para o Estudo da História Local*. Esmoriz: Comissão de Melhoramentos, 1989.

<sup>62</sup> PACHECO, Rogério Paulo – *Ovar: reescrita(s) da cidade*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 7, n.º 7, 2007, p. 114.

<sup>63</sup> LAMY, Alberto Sousa – *Ibidem*, pp. 277, 278.

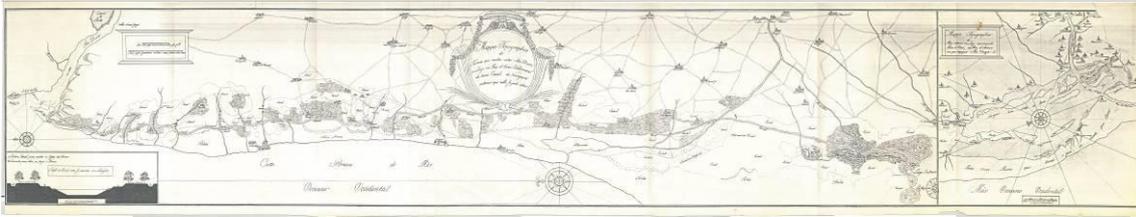


Fig. 18 – “Mapa Topographico do terreno que mêdea entre o Rio Douro e o lago, ou Ria d’Áveiro: e delineação de hum Canal de Navegação interior que nelle se pode abrir” concebido entre 1776 e 1816, cópia de José Sá de Ferreira. Reprodução B.M.O.

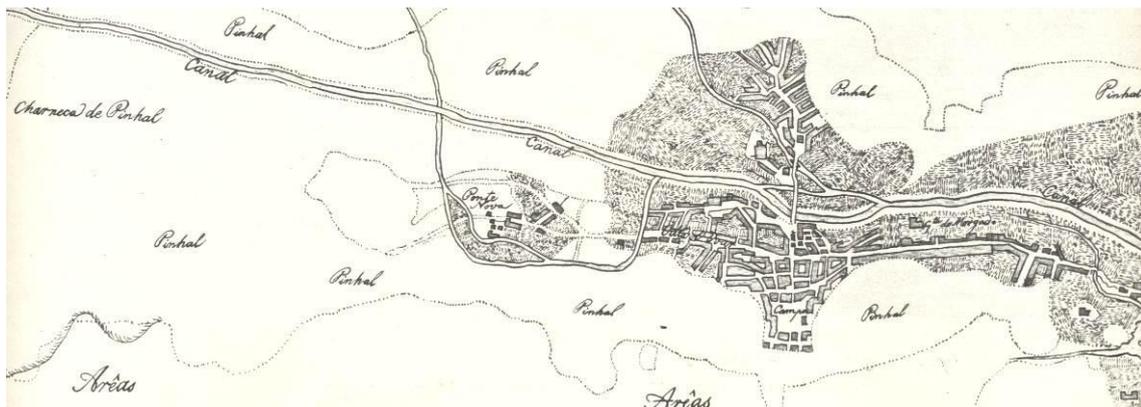


Fig. 19 – Pormenor do “Mapa Topographico do terreno que mêdea entre o Rio Douro e o lago, ou Ria d’Áveiro: e delineação de hum Canal de Navegação interior que nelle se pode abrir desenho do projecto do canal interior”, prevendo a passagem de umas canal navegável pela zona de leito de cheia do Rio Cáster e Ribeira da Graça, no centro da Vila de Ovar. Constata-se neste mapa a inexistência de rigor do levantamento cartográfico. Reprodução B.M.O.



Fig. 20 – Pormenor do “Mappa Topografico da Barra, Rios e Esteiros da Cidade de Aveiro, com parte do Rio Vouga e de toda a costa, para o Norte desde a dita Barra thé à do Porto, e para Sul da mesma Barra de Aveiro the defronte de Mira com os mayores Cais nos Rios Salgados” com referência à zona da Vila de Ovar. Levantamento realizado em 1778 pelo Sargento-mor Eng. Izidoro Paulo Pereira e ajudante Eng. Manoel do Souza Ramos. O mapa comprova a importância do eixo Cais da Ribeira/ Ponte Nova, que passa pelo centro da Vila, resultado do fluxo comercial/passageiros entre os transportes fluviais da Ria e a ligação terrestre para o Burgo do Porto. Verifica-se igualmente o crescimento da zona dos Campos, resultado da importância da ligação da Vila com a costa do Furadouro (afirmação da actividade piscatória da Arte Xávega), e, no lado oposto, a zona da Arruela, decorrente do fluxo transporte para o interior. Reprodução B.M.O.

Os levantamentos topográficos do séc XVIII apresentam Ovar como uma urbe consolidada, que integra uma rede de vias de comunicação terrestres importantes, apesar do Rio Cáster a dividir com o seu leito de cheia em duas zonas: a maior, a poente, e a menor, a nascente. Nas várias plantas não é representada a “estrada do mar” a partir do Largo dos Campos, mas é esclarecedora quanto à “estrada do sal” e a sua ligação ao Porto e ao interior.

Estão identificadas as principais vias, praças, largos, pontes e edifícios da urbe como: a Praça do Comércio e Praça das Galinhas; os Largos dos Campos, São Pedro, São Miguel, Cruzeiro da Vila, Sta. Catarina; as Ruas da Fonte, S. Miguel, Direita, Figueira, Graça e Ribeira; as pontes Graça, Pelames, Luzes, Casal, Ruela, Ponte Nova; os cais da Ribeira, Carregal e Puxadouro; os edifícios dos Paços do



Fig. 21 – Entrada da Vila de Ovar pela Ponte Nova - inícios do séc. XX.  
Autor desconhecido. Acervo da B.M.O.

Concelho, Celeiro e Casa do Infantado, Fonte do Hospital, a Quinta do Morgado (ou S. Tomé), a Igreja Matriz e as Capelas da Graça, Almas, Sto. António, S. Tomé, Sta. Catarina. Demonstra a importância do vale do Rio Cáster e das Ribeiras da Graça e Luzes na organização e estruturação da urbe, lendo-se, na zona central do vale, uma extensa zona agrícola. A rede viária e a respectiva edificação acompanham o rio e as ribeiras revelando a preocupação com a margem de segurança (indicação de ocupação das zonas mais elevadas)<sup>64</sup>. Comprova a preocupação na introdução de grandes manchas de pinhais, em toda a periferia da urbe, salvaguardando-a do avanço das areias e dos fortes ventos da costa. Verifica-se que a escolha da passagem do canal pelo centro de Ovar se deveu às condições hídricas e morfologias que permite a instalação de um porto fluvial (essencial para o fluxo entre a ria e o canal), permitindo uma ligação mais directa com as vias terrestres e uma maior consistência urbana entre os dois núcleos da vila.

Na 1.ª metade do séc. XIX, as invasões francesas, as guerras liberais e a independência do Brasil acabaram por impossibilitar a construção do canal. É interrompido um ciclo de crescimento da urbe de Ovar. A imagem do progresso passa pela emigração para o Brasil.

---

<sup>64</sup> Segundo Rogério Pacheco, a parte mais significativa do núcleo central de Ovar implanta-se a poente dos leitos de cheia, localizando-se a mancha urbana nos terrenos localizados acima da cota dos 8 metros. ver PACHECO, Rogério Paulo, *idem*.

Na última metade do século XIX, com o espírito liberal constitucionalista, testemunha-se novamente em Ovar um conjunto de iniciativas e obras, dando início a um segundo ciclo de crescimento que se prolongará até à 1.ª República.

A 7 de Maio de 1863, o escritor Júlio Dinis chegou a Ovar para uma curta estadia, acabando por ficar uns meses. Inspirou-se no ambiente da região e da Vila de Ovar para escrever um conjunto de obras como “*As Pupilas do Senhor Reitor*”, “*A Morgadinha dos Canaviais*” e o “*Canto da Sereia*”. Por outro lado, relata na sua correspondência as impressões que vai obtendo da vila e dos seus habitantes<sup>65</sup>: a sua viagem a cavalo entre Porto e Ovar, durante a qual confirma a dificuldade e o mau estado das vias “*tendo engolido muito pó pelo caminho, petisco de que, nem por isso, fiquei gostando (...)*”; a dinâmica e a importância da Arte Xávega na região “*ontem fui ao mar; mas não vi a pesca da sardinha. Estou receando que parta sem assistir a esse espectáculo. (...)*”; e a aparência e o ambiente da urbe “*A vila não me parece de todo feia (...) tenho convivido com gente com quem mal me entendo; sou obrigado a admirar tudo quanto querem que admire. As horríveis figuras dos judeus que estão nos Passos deram-me que entender. (...) O que seja Ovar em dias de chuva... passei-os eu verdadeiramente enclausurado, receando aventurar-me nos arquipélagos insidiosos em que se haviam transformado as ruas desta vila... (...). Tudo o que encontro seria muito novo para um museu de arqueologia e velhíssimo para um de história natural. (...) Tenho notado que em Ovar os tipos não degeneraram ainda. O médico é ainda aqui o antigo médico que se denuncia às primeiras palavras; o merceeiro apresenta todos os caracteres próprios da espécie; o padre é o padre tipo; o doutor em direito, ao qual se reserva aqui o nome de bacharel, conserva ileso a sua bacharelise... Ovar tem efectivamente mais que notar em quanto a homens do que em quanto a coisas. (...) Estou fatigado de tantas planícies... é uma monotonia afinal e, às vezes, chego a sentir desejo de exclamar, quando me mostram qualquer subúrbio da vila: - Uma montanha, pelo amor de Deus! (...) Ovar é uma vila e é uma aldeia. Pode-se aqui viver segundo as predilecções de cada um, uma vida de cidade pequena, ou uma vida de aldeia. No primeiro caso, frequentam-se os salões da localidade, discute-se o que faz a Câmara, o que disse o administrador, quanto custou o chapéu do Sr. F..., as dimensões do balão da Srª. C..., etc.,*

---

<sup>65</sup> DINIS, Júlio – *Cartas e Esboços Literários*. Porto: Livraria Civilização, 1989, pp. 29-98. Ver LAMY, Alberto – *Ovar: passagem de Júlio Dinis*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 1, n.º 1, 2001, p.p. 11-18.

*etc...; no segundo, assiste-se às lavouras, às ceifas, às regas; conversa-se com os jornalheiros sobre as novidades agrícolas, escuta-se o estalar das cascas nas fogueiras..., etc..., etc.”.*

O grande investimento do século surgiu então com a passagem da Companhia Real do Caminho-de-Ferro, a nascente da Vila, inaugurada oficialmente em 1864, que proporcionou a reestruturação da urbe, principalmente a zona nascente. Um conjunto de obras públicas surgiu por toda a vila, readaptando-a às novas necessidades. As pontes mais antigas foram restauradas ou reconstruídas (mais largas e seguras); Construíram-se de raiz um cemitério público e um hospital; ensaibraram-se os largos e calcetaram-se com calhau grande ou macadame as principais vias; reforçou-se a qualidade da rede pública de abastecimento de água com a detecção de novas nascentes; reconstruíram-se e/ou construíram-se novas fontes ou pontos de abastecimento. A Praça do Comércio foi reestruturada com o desmantelamento do Pelourinho, a formação de um pátio gradeado mais elevado e, mais tarde, a construção do novo Paço (1890/1900). No Largo do Cruzeiro da Vila foi demolida a Casa e o Celeiro do Castelo, dando lugar a uma praceta, sendo inaugurado, em 1877, o Chafariz de Neptuno. Reconstruíram-se os cais, dotando-os de melhores condições de atracagem para carga e descarga. Reforçou-se a área plantada de pinhal, protegendo-se melhor a vila do avanço das areias e dos fortes ventos.<sup>66</sup>

A “fertilidade” de ideias levou a um grande número de propostas (contraditórias muitas vezes entre si) até à República, como a construção de uma Avenida que ligasse a Estação ao centro ou, não sendo tipograficamente evidente a sua localização, a uma outra Avenida em frente à Praça do Comércio, ou a outro local qualquer. Em 1869/70 construiu-se uma estrada regular entre Ovar e o Furadouro, perpendicular ao mar, que se consolida junto à praia com a Avenida Central do Furadouro e com essa Avenida se compensou a que não foi possível construir em frente à estação de Caminho-de-ferro. Em 1876, surgiu um projecto privado para a construção de um transporte entre a Estação e o Furadouro, com passagem pelo novo Cais do Carregal, recentemente reconstruído, que implicava o desenvolvimento e modernização da vila, já que conjugava os transportes terrestre, marítimo e fluvial; consolidava os diferentes núcleos urbanos e compreendia a sobreposição de um eixo nascente/poente moderno, contra o velho eixo norte/sul. Este projecto, apesar de ambicioso, não teve o apoio das entidades públicas devido aos elevados custos para a sua concretização.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Ver TAVARES, Domingos – *Os caminhos do mar na génese da Urbe*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 2, n.º 2, 2002, p.p.21-28.

<sup>67</sup> *Idem, Ibidem*.

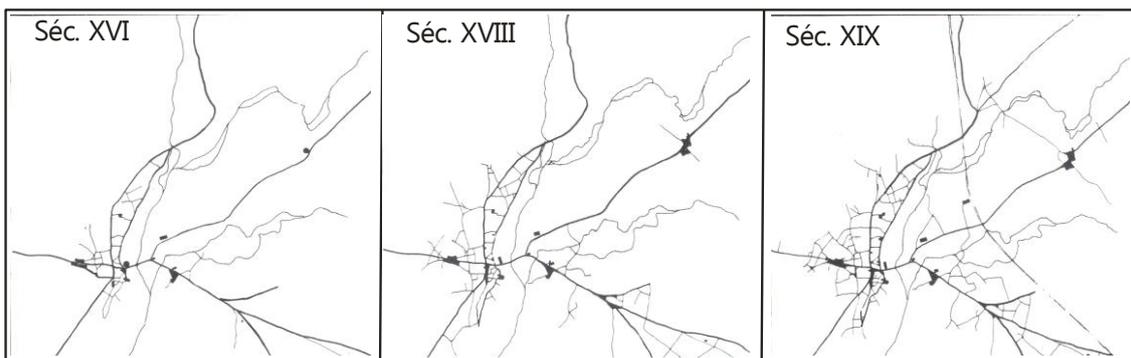


Fig. 22 - A evolução da Vila de Ovar entre os sécs. XVI a XIX- Desenho de TAVARES, André; RODRIGES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo - 1998

A iniciativa pública requalificou a urbe, mas foi o investimento do cidadão comum que consolidou a transformação da paisagem urbana, dando uma nova imagem ao Centro de Ovar. No último quartel do séc. XX, os “torna-viagem” do Brasil regressaram a Ovar ostentando a “riqueza e a sorte” das Américas e vontade de investir na remodelação das suas casas (na maioria de porta e janela), aplicando azulejos pré-industriais nas fachadas, acrescentando pisos e platibandas ornamentadas com vasos e imagens míticas de porcelana; também construíram novas habitações, copiando e misturando gostos ao “estilo brasileiro”. O choque urbano protagonizado pelos “torna-viagem” levou, por contágio, muitos residentes a aplicar nas singelas fachadas - pintadas a ocre, a óxido de ferro ou caiadas de branco - o inovador azulejo pré-industrial. Esta “epidemia” traduziu-se na transfiguração radical da urbe, na qual poucas serão as fachadas sem um painel de azulejo. Este fenómeno desenvolveu capacidades de “animação” das fachadas ao reflectirem a luz que recebem criando “ruas de cerâmica”, com um valor estético que transformou a paisagem urbana<sup>68</sup>.

O Caminho-de-Ferro, interligado com o crescimento das actividades da pesca no mar (Arte da Xávega) e o aumento da produção de arroz na Ria, motivou a burguesia local a investir nas actividades transformadoras (conservas, olaria, tanoaria, cordoaria, descasque de arroz, etc.) instalando-se oficinas (principalmente, nos Largos da Estação e Almeida Garrett) e grandes armazéns.

Apesar da concorrência do comboio, grande parte do sal continuou a ser transportado pela Ria<sup>69</sup>, no mercantel, sendo depois distribuído pelos carreteiros, para o interior do País ou

<sup>68</sup> CALADO, Rafael Salinas – *Azulejo de “torna-viagem”*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 1, n.º 1, 2001, pp. 41-48

<sup>69</sup> CASTRO, Ângela - – *Os Caminhos do Sal... por terras de Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 1, n.º 1, 2001, pp. 55-72.

então para a própria Estação de Ovar. No último quartel do séc. XIX, os cais da Região de Ovar registaram um aumento de movimentos de embarcações e de transporte de mercadorias. Em 1888, um conjunto de empresários torna-viagens, estabelecidos na região, apresentaram em Lisboa uma proposta de construção de linha férrea entre Furadouro, Cais do Carregal, Vila de Ovar, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e S. Pedro do Sul, tendo como objectivo estabelecer uma ligação à Ria.<sup>70</sup>

O rápido crescimento da população colidiu com a consolidação existente do espaço urbano, havendo necessidade de espaço para a Vila crescer. A dependência da urbe da dinâmica dos fluxos dos principais eixos não incentivou a sua evolução para as periferias. A conquista de terreno ao Rio, no interior do centro urbano, é tida como prioritária. Consolidou-se a ligação das duas margens, entre a Capela e a Ponte da Sra. da Graça e o Chafariz do Neptuno - a actual Rua Elias Garcia - conquistando uma área agrícola existente, bastante sensível às variações hidrográficas. Recorrendo-se à técnica da estacaria e de arcadas, foram construídas casas ao longo de todo este espaço e elevada a cota da via. Esta revolução urbana obrigou à demolição da primitiva Capela da Sra. da Graça, sendo a nova construída bastante acima da cota original.

A dinâmica urbana e social da vila (pré-industrial) proporcionou um conjunto de iniciativas de carácter social (Bombeiros, Banda Filarmónica) e cultural (Teatro e Cinema) permitindo reforçar a identidade do centro histórico.

#### **3.1.1.4. O séc. XX: da vila à cidade**

Nos primeiros anos da República na Vila de Ovar o espírito revolucionário e evolucionista promoveu um conjunto de iniciativas que visavam o debate e a evolução urbana e social da vila.

---

<sup>70</sup> Ver *“Caminhos de Ferro de via reduzida. Ovar ao Furadouro e Ovar a Oliveira de Azemeis ou S. João da Madeira, em direcção a Cãmbra e S. Pedro do Sul – exposição – Lisboa 18 de Março 1988”*- Arquivo de Dr. Guilherme Oliveira Santos de S. Vicente Pereira, em Ovar. O projecto justifica a construção da linha com a localização estratégica e crescimento urbano da Vila de Ovar, a ligação à linha do norte, o aumento de fluxo de embarcações na Ria e a importância de estabelecimento e um eixo estratégico à futura linha do Vouga.

A *Planta Topográfica da Villa de Ovar*, de 1911, aprovada em 1913, surgiu como um documento de intenções mas não regulamentava nem programava. Expressava vontades, numerosas ideias e expectativas geradas desde o final do séc. XIX, integrando planos de alinhamentos e arruamentos topograficamente impossíveis. Desejava-se progredir, mas não se



Fig. 23 - *Planta Topográfica da Villa de Ovar* 1911 - aprovada em 1913. Acervo A.M.O.

sabia como. Contudo, a planta permitiu definir a dimensão da urbe na altura e identificar os equipamentos públicos, âncoras e motores de transformação e de desenvolvimento local.

Durante a 1.<sup>a</sup> metade do séc. XX, surgiu um conjunto de intenções de construções de imóveis públicos levando, pela primeira vez na história da Vila de Ovar, a questionar a localização e influência dos equipamentos no desenvolvimento local, envolvendo a sociedade e o poder central e local num debate público.

No final do regime monárquico uma comissão, designada em Abril de 1910, encarregou-se de “*adquirir o conhecimento das bases que presidiram a construção do mercado analogo da cidade de Aveiro*”<sup>71</sup>. Prepararam-se, assim, as bases que permitiram conceber um mercado de modo a “*ter o desafogo e a capacidade precisas à populozíssima e operosa rejeão que a ele tenha de vir fazer compras, vendas, permutas*”<sup>72</sup>, onde duas questões de fundo serão alvo de debate na época:

1. O mercado não deverá ocupar nenhuma praça pública
2. Seria preferível uma iniciativa municipal a uma iniciativa privada.

A construção de novos equipamentos representou um problema económico: a disponibilidade municipal é escassa, pretende-se recorrer ao empréstimo e à comparticipação do estado mas a parte mais significativa do investimento vem do município. Este drama fez surgir um conjunto de propostas para a liberalização da construção, por concessão, livrando o município de encargos directos e entregando o equipamento a quem o queira e possa explorar, como foi o caso a *Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção de Ovar* inaugurada em 1 de Dezembro de 1913.<sup>73</sup>

A escolha do local para o novo mercado foi um dos exemplos mais emblemáticos, que se traduziu num conjunto de propostas para a sua construção, por exemplo, no Alto Saboga (lugar com cota alta, de onde partia a “*estrada do mar*”, pretendendo-se a expansão da Vila até ao Oceano, seguindo o modelo da cidade verde inglesa), na Rua Alexandre Herculano (opção que lançava a abertura de uma outra Avenida, que veio a ser feita nos anos 60), no Jardim dos Campos (pretendia-se um mercado coberto), na Praça da Família Soares Pinto (não ocupava a praça pública; não feria os sistemas de comércio já instalados; não exigia grandes expropriações

---

<sup>71</sup> In *A Pátria* 07/04/1910

<sup>72</sup> *Idem* 14/4/1910

<sup>73</sup> LAMY, Alberto – *Dicionário da História de Ovar. Freguesias de S. Cristóvão e São João de Ovar*. Vol. II. Ovar: Câmara Municipal, 2009, pp. 187-188.

e podia estender-se até ao rio para ter água em abundância), na Praça da República (em frente à Câmara, o que seria muito dispendioso e esforçado).

Este debate perdurou até 1934, com a apresentação da proposta da empresa OPCA (solicitada pela C.M.O.), para o local definitivo, junto à Capela da Sra. da Graça<sup>74</sup>. O estudo salientava a importância da arquitectura no espaço público e a necessidade de reconhecer o sentido do lugar para o qualificar ajustadamente. Por ser o objecto principal da nova dinâmica urbana que se pretendia criar, o problema da centralidade do equipamento ditou as novas relações dos núcleos periféricos com o centro, condicionando a própria expansão da cidade. A resolução do problema da localização do mercado não foi resultado nem de discussão pública nem de acumulação de um saber local, mas sim da integração de vários factores que determinariam a forma e a localização.

Em 1935, o semanário republicano “O Povo de Ovar” promoveu o debate público centrado no tema da localização. O primeiro artigo faz um balanço das motivações e projectos anteriores; define as causas que fazem fracassar o projecto (o capital e o local); e procura ajustar a “forma”. Essa forma é caracterizada pela dimensão, uso, programa, relação de uso/extensão com o exterior, possibilidade de ampliação futura e “feição caracteristicamente portuguesa”<sup>75</sup>. O sintoma mais evidente deste artigo é a falta de informação. O projecto já estava feito, o local escolhido e definido, mas não é feita nenhuma referência a tal facto. O projecto municipal já não era uma “obra colectiva” como o próprio jornal pretendia que fosse.

O segundo artigo incide no problema da localização como sendo um problema de ordem económica: mais difícil que conseguir o financiamento é escolher o lugar para a construção do mercado. É fundamental que este viesse a ser central, não ocupasse espaços públicos e não obrigasse a expropriar terrenos centrais. A solução apontada é construir entre a “praça da hortaliça”<sup>76</sup> e o rio, já que construir na Praça em frente aos Paços do Concelho seria a solução mais indicada mas mais dispendiosa. O momento era oportuno pela possibilidade de recurso ao fundo do desemprego.

O terceiro artigo é a transcrição de uma carta de Manuel Godinho. O discurso é claro e eficaz, defende-se nas questões de ordem técnica e propõe modelos internacionais. O problema do lugar só poderia ser resolvido pelo cumprimento de *“exigências de ordem técnica e*

---

<sup>74</sup> LAMY, Alberto – *Ibidem*, Vol II, pp. 277.

<sup>75</sup> In *O Povo de Ovar*, 4/4/1935

<sup>76</sup> *Idem* 2/5/1935

*urbanística*”. “*Em qualquer caso, o terreno escolhido deveria possuir área suficiente, acessos fáceis para peões, carros, etc., com livre circulação interna, possibilidades de expansão ocasional e futura, água em abundância e saída desembaraçada dos resíduos e águas sujas. A vizinhança de uma praça e a facilidade de poder prever um sub solo para armazenamentos, construção de câmaras frigoríficas etc., seriam elementos também a atender*” <sup>77</sup>.

Após a eficácia da técnica como argumento irrefutável, o jornal ainda insiste referindo a tradição do mercado ao ar livre nas imediações dos Paços do Concelho e pretendendo garantir a manutenção dos “direitos adquiridos” do comércio da zona. Na Vila, a decisão do lugar do mercado passou a ser um mero acto administrativo e já não uma decisão definidora da sua estrutura e espaço urbano. Momento em que o debate público, afastado pelo temor da técnica, se defende com problemas administrativos.

A resolução do problema da localização do mercado não foi resultado nem de discussão pública nem de acumulação de um saber local integrador de vários factores que determinariam a forma e a localização. Em 1932, foi encomendado o projecto à OPCA e foi nesse contexto específico que se resolveu o dilema do lugar. O técnico moderno, que discutia temas humanistas no café da Brasileira, foi chamado à pequena Vila para impulsionar o seu progresso. O desejo, municipal era claro: “*Já há muitos anos se sente a falta de um mercado fechado na vila, do qual esta, pela sua categoria, não pode prescindir.*” E a escolha do lugar foi confiada ao engenheiro Manuel Godinho que contou com a colaboração de um “colega” da OPCA ou da Brasileira, que poderá ter sido o seu irmão, Januário Godinho, ou Rogério de Azevedo que vêm a assinar o projecto.

Em 1947, o ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich, visitou Ovar e o lugar proposto para a construção do Mercado Municipal. Após estas diligências, em Abril de 1948, foi encomendado ao Arq.º Januário Godinho o projecto definitivo para o mercado.

Como já acontecia no projecto de 1934, no projecto de 1950, Januário Godinho apresentou um esquema de dinâmica comercial urbana, em pleno centro cívico, que então vingava em Ovar. Recriou a noção de espaço social, com a montagem e sequência de espaços significantes com circuitos de ligação, principais e alternativos, com hierarquias internas e formas identificáveis, espaços livres, cheios e vazios. Consolidou as ruas Gomes Freire e Elias Garcia através da organização de quatro corpos separados funcionalmente: carne/hortaliça/peixe/fruta. Entre eles, as estruturas de ligação articulam os volumes por forma

---

<sup>77</sup> *Idem* 23/5/1935

a obter passagens cobertas entre as funções. O frigorífico ocupa o ponto de ligação entre o corpo da carne e do peixe e associa-se ao acesso para cargas e descargas, a sul. A cobertura ondulante para as flores marca formalmente o espaço da praça relacionando as escadas de acesso à venda de pão e a passagem coberta entre o sector da horta e o da carne<sup>78</sup>. O mercado de Ovar foi inaugurado em 1955, permitindo a consolidação do centro histórico através de uma solução inovadora: *“a situação privilegiada do terreno, limitado por duas artérias importantes, sugeriu a ideia dum mercado-parque, isto é, agrupar por entre árvores os diversos pavilhões”*<sup>79</sup>.

Entretanto, entre 1942 e 1946, a iniciativa privada da construção do Cine-Teatro foi envolvida em grande polémica. Contra a vontade do Pároco de Ovar e da Diocese do Porto, o Cine-Teatro foi edificado quase paredes meias com a Igreja Matriz, gerando polémica ao constatar-se, durante a sua construção, que o brilho do imponente templo ia ficar ofuscado pela “torre” que ali nascia. Ao iniciar as obras para o novo cinema, os proprietários garantiram ao pároco de Ovar que a construção seria relativamente baixa e que não “ensombraria” a Igreja. Todavia, em fins de 1943, a obra tinha tomado proporções que contrariavam ostensivamente a promessa feita à paróquia. A partir daqui, o pároco formou uma comissão para zelar pelos interesses da Paróquia, apresentando ao Bispo do Porto uma exposição bastante sintética, na qual era exposto o problema, pediam-se providências. A consequência imediata foi a nomeação de um novo pároco, um sacerdote de reconhecida experiência. A sua primeira preocupação foi mostrar a inconveniência da construção do cinema naquele local, conseguindo embargar as obras. No entanto, a Sociedade empenhada no empreendimento também não cruzou os braços procurando solucionar o problema a seu contento, sensibilizando os religiosos naturais do concelho. Numa visita guiada ao local, com o Bispo do Porto e uma comitiva da empresa, verificaram ser tarde demais travar a obra porque tinha atingido tais dimensões sendo impossível qualquer ideia de retrocesso, concluindo o Bispo: “a Igreja não pode impedir o progresso”<sup>80</sup>.

O processo algo conflituoso da construção do Cine-Teatro de Ovar e a necessidade de enquadrar o novo mercado obrigou o executivo da C.M.O. a reflectir sobre a forma de planeamento, regulamento e fiscalização urbanística de Ovar. Em 1945, sob a presidência de

---

<sup>78</sup> In *Notícias de Ovar* 15/9/1949 - Januário Godinho, neste número, faz a apresentação das ideias gerais do futuro projecto.

<sup>79</sup> Cit. GODINHO, Januário - *Memória Descritiva do Projecto de Arquitectura Mercado Municipal*

<sup>80</sup> In *João Semana* 15/06/1983.

Manuel Polónia, a C.M.O. contratou o Eng.º Miguel Rezende para a elaboração do *Plano de Urbanização da Vila*. Em 1946, correspondendo à mudança de estrutura governativa no Estado Novo do pós-guerra, António Coentro de Pinho sucedeu a Manuel Polónia na presidência da Câmara Municipal. Ainda em Novembro desse ano, criou uma Repartição de Obras Públicas com o objectivo de dirigir e fiscalizar as obras municipais. O Ante-Plano de Miguel Rezende só foi aprovado em 1954<sup>81</sup>. Este projecto integrou um estudo contemporâneo que incluiu outros planos encomendados a Januário Godinho. A ideia de desenvolvimento da cidade passou a residir na evolução do tecido urbano, numa visão mais compreensiva das reais capacidades e das potencialidades levantadas através da construção dos equipamentos. Concentraram-se esforços na localização precisa e na forma do equipamento para uma consolidação determinante do carácter dos espaços públicos: síntese entre Plano de Urbanização e Plano de Embelezamento. No Ante-Plano de Miguel Rezende o mercado surgiu como peça fundamental na estrutura da



Fig. 24 - *Ante-Plano de Urbanização da Vila de Ovar* do Eng.º Miguel Rezende aprovado em 1956. Acervo A.M.O.

---

<sup>81</sup> TAVARES, Domingos - *Os Caminhos do mar na génese da urbe*. In *Dunas. Temas & Perspectivas - revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, n.º 2, 2002, pp. 21-26.

Vila, permitindo a desmultiplicação do centro cívico: Jardim dos Campos a poente, núcleo administrativo ao centro e centro comercial a nascente. Interpretou a estrutura urbana como a folha de uma árvore, estrutura orgânica em que as ruas são as nervuras e nas suas bifurcações se concentram as estruturas de serviço. É uma leitura do território que compreende os pequenos desníveis da morfologia do terreno: fixação do sistema de dunas atravessadas por dois ribeiros que se unem no centro.

A composição urbana foi complexificada com a construção linear ao longo de ruas que consolidam as linhas de cumeeira das elevações. Esta estrutura de construção, predominantemente horizontal, organiza áreas de cultivo nas bandas inundáveis para as quais se voltam as “traseiras” do edificado. Fecham-se as artérias, abre-se o espaço interior que confina com o leito do ribeiro e aproximam-se as zonas verdes da envolvente urbana. A estrutura da cidade que se adapta não é a do “cinturão” verde das Cidades-Jardim, mas uma aproximação à estrutura corrente das vilas da tradição do litoral português, em que as ruas se desdobram em forma de estrela. Essa compreensão não obriga a negar a existência de um “jardin” agrícola nas penetrações verdes que vão quase até ao centro urbano. O mercado será o limite de uma dessas penetrações, espaço de transição que oferece uma frente urbana não deixando de tomar perceptível a continuidade do espaço: a passagem coberta junto à entrada principal deixa entrever o miolo do espaço central.



Fig. 25 – Perspectiva poente do Cine Teatro a ensombrar a Igreja Matriz, em inícios anos 60. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.



Figs. 27 a 29 – Perspectivas do Mercado de Ovar em finais anos 50, sendo visível na 1.ª imagem o Cine Teatro. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.

Chegamos, assim, à segunda metade do século XX, com uma vila de povoamento concentrado, de ruas mais ou menos estreitas e enoveladas desembocando nas modestas praças e largos, caracterizada por uma cêrcea baixa e fachadas com azulejo policromáticas. Poder-se-á afirmar, contudo, que esta tranquila “arquitectura de continuidade” tinha sofrido, a partir dos anos 40/50 e, sobretudo, nos anos 60 do século XX, alguns sobressaltos que marcaram então e até hoje, indelevelmente, o centro da vila. Veja-se o enorme Cine-Teatro a ensombrar, desde 1944, a velha Igreja Matriz; o enquadrado Mercado Municipal, inaugurado em 1955, ou o imponente edifício do Tribunal, de 1966, ambos com traço do consagrado Arquitecto Januário Godinho.



Fig. 30 - Tribunal de Ovar em finais anos 60. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.

Entre os anos 30 e 60, o aumento do transporte de mercadorias por estrada justificou um conjunto de intervenções para regularizar o trânsito, melhorando o acesso das viaturas motorizadas ao centro da vila. Alargaram-se as ruas e, quando possível, construíram-se passeios para os peões. A Praça da República e os largos foram redesenhados para facilitar a circulação e

aparcamento automóvel. A versatilidade do veículo motorizado sentenciou o fim da estrada do sal com a diminuição drástica de movimento de embarcações no Cais da Ribeira. O caminho-de-ferro, que até aos anos 40 foi conectado como motor do desenvolvimento urbano e económico, começou a perder protagonismo, acompanhando a queda progressista das indústrias no Largo da Estação. Os pinhais, junto à N109, passaram estrategicamente a ser convertidos em zonas industriais para receber as grandes indústrias existentes no centro.

Na década de 60, a qualificação das ligações viárias reforçou a circulação automóvel aumentando a densidade da vida urbana e proporcionando a expansão da Vila.

Com a orientação do Plano de Urbanização da Vila, conquistaram-se os terrenos centrais do vale do Rio Cáster, consolidando-se definitivamente o centro. Rasgaram-se duas novas artérias e respectivas pontes: a Avenida Ferreira de Castro (anunciada pela construção do Cine-Teatro), e a Rua Aquilino Ribeiro (implantadas no que fora, até então, uma enorme quinta no coração da vila) fazendo esquecer o sonho da grande Avenida da Estação. Regularizou-se o rio e criou-se o Jardim do Cáster, reforçando-se o diálogo do centro com o rio. As novas vias rapidamente foram inseridas nos hábitos culturais dos residentes do centro, com a alteração do percurso da mais importante manifestação processional associada à Quaresma, a procissão dos Terceiros e, principalmente, o cortejo do Carnaval, que passam a ter como passagem obrigatória a Avenida Ferreira de Castro.

A qualificação dos principais eixos viários - a ligação ao Furadouro, à Ria, à zona industrial, à N109 -, valorizou as zonas periféricas dominadas por dunas e pinhais, onde se projectaram urbanizações. Surgiram novos núcleos urbanos que se consolidaram com o tempo. Por outro lado, a necessidade de espaço e melhores acessos transferiram para as periferias alguns equipamentos como o novo hospital, a nova zona escolar (mais tarde, incluindo a piscina municipal), servindo de extensões da centralidade original, integrando as novas urbanizações, concebendo assim a dimensão da futura cidade.

Com o 25 de Abril surgiu um período de incertezas, conturbado e dominado pelo oportunismo e a inexistência de planos e regulamentos. Os novos loteamentos surgiram como cogumelos nas quintas e terrenos agrícolas ainda existentes na zona contígua ao centro da cidade. Nas dunas e pinhais limítrofes do centro histórico são construídos blocos de edifícios em altura, formando grandes bairros sociais, como resposta à necessidade de realojamento das populações dos bairros oitocentistas sobrelotados. Entre os anos 70 e 80, surgiram as primeiras cooperativas de habitação, constituídas inicialmente pelas classes média e média-baixa, como

resposta aos problemas da exploração construtiva. São edificados pólos urbanos de grande dimensão em terrenos de cultivo ou pinhais, confiscados durante o período revolucionário a grandes proprietários. Esta febre construtiva provocou um processo de desertificação da malha urbana do centro histórico. A construção vertical, de pequenas dimensões, feita com cimento e tijolo, passa a ser a opção para a maioria da população porque esta tipologia proporciona alguma qualidade de vida com um baixo custo e, por outro lado, não existe vontade nem capacidade financeira para sustentar uma habitação antiga, com pomar ou terreno agrícola, que necessita de manutenção e dedicação permanente.

Em 1984, Ovar é elevada a cidade, como consequência do crescimento das duas últimas décadas.

Entre a década de 80 e 90, com a forte pressão imobiliária a ocupar cada centímetro do centro da cidade (principalmente na Avenida Ferreira de Castro e na Rua Aquilino Ribeiro), elevaram-se as cérceas e invadiu-se, quando necessário, os cursos de água, criando-se junto ao Jardim do Cáster a zona comercial por excelência da cidade. No Jardim da Estação, os conjuntos residenciais em altura substituem as velhas fábricas em ruínas. Nos Largos dos Combatentes, Campos, Soares Pinto, surgem algumas torres solitárias, sem contexto, quebrando a harmonia existente. A expansão a poente, realizada através do somatório de consecutivos loteamentos, apresentava-se descaracterizada e desintegrada relativamente ao centro histórico.

Em 1993, com a aprovação do PDM, os estudos urbanísticos de pormenor e respectiva regulamentação permitiram ordenar o crescimento da cidade, apesar da forte especulação imobiliária no centro histórico.

Com a necessidade de controlar o fluxo automobilístico, foi remodelada a Avenida Sá Carneiro que, de norte para sul, une a zona industrial, escolar e desportiva ao centro, e foi aberta a passagem desnivelada da Madria, que constitui o acesso sul ao dito centro, incluindo uma passagem desnivelada sobre o caminho-de-ferro.

Em sequência do acelerado crescimento da malha urbana, surgiram as primeiras vozes críticas em defesa da preservação do património histórico. Em 1982, Rafael Salinas Calado, após uma visita à zona antiga da cidade, escreveu o artigo *“Ovar e os seus azulejos”*, na revista *“Escola Democrática”*. Rafael Salinas Calado destaca o azulejo de “torna-viagem” como um património de grande valor estético, presente em grandes planos de fachadas por todo o casco velho, transformando e definindo o centro histórico num eloquente “Museu vivo de Azulejo”. Em

1984, a C.M.O. reagiu à crescente consciencialização da opinião pública quanto à necessidade de preservar o património azulejar com a publicação do edital n.º 37/84, o “Código de Posturas” em cujo capítulo X, art.º 59, se refere que “*nos edifícios cujas obras não possibilitassem a preservação dos azulejos existentes, qualquer que seja o valor aparente dos mesmos, só será concedida a licença de demolição ou de remodelação após ficar garantida a cedência gratuita ao Município de um painel de dezasseis azulejos (quatro por quatro) ou, no caso de formarem desenhos ou figuras, do número de azulejos necessários para completar uma composição decorativa.*” A postura tentava salvaguardar as fachadas ou o azulejo, mas passou a ser a regra permissiva para a demolição de algumas edificações, ao ser garantido o depósito do conjunto de azulejos exigido. Por outro lado, a reacção do poder local e dos populares instituiu o slogan “Ovar - Museu do Azulejo”, promovendo a localidade e consciencializando a população da existência deste património e, fundamentalmente, de um “provável” centro histórico e a necessidade da sua preservação.

Entre meados dos anos 80 e inícios de 90 surgiu um conjunto de “movimentações” em defesa (ou não) da existência de um centro histórico. Como reacção a esta ambiguidade, apareceram, então, um conjunto de contributos, onde se destaca a exposição e respectivo catálogo “*Memórias da Urbe*”, sob a direcção de Ângela Castro, que reuniu textos e fotografias dos finais do séc. XIX até meados do século XX, tentando, pela 1.ª vez, uma definição e delimitação do Centro Histórico. Esta exposição permitiu uma enriquecedora discussão pública levando, mais tarde, à adesão de Ovar à Associação de Municípios com Centro Histórico.

Em 1997, na génese da Divisão da Cultura, Biblioteca e Património Histórico da C.M.O., foi criada a Área de Património Histórico e Museologia, tendo como objectivo registar, intervencionar/salvaguardar o património histórico. Ocorreu a *Comissão de Património*, constituída por técnicos da Câmara e individualidades locais com vista à definição de um conjunto de prioridades daqui resultando, em 1997, a criação do G.T.L. Este gabinete avançou com uma proposta de delimitação do Centro Histórico, cingindo-se ao percurso viário entre 5 Capelas dos Passos e respectivos quarteirões envolventes (entre a Câmara Municipal e o Tribunal). Mais tarde, foi apresentado o *Programa de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Ovar*, propondo um conjunto de intervenções como: controlo e redução da circulação automóvel; acentuar a centralidade urbana dos largos e das ruas, como locais de referência; reforçar a sua vivência com correcções do espaço pedonal; remodelação dos equipamentos; correcção dos pontos críticos.

Entretanto, alguns novos edifícios cortaram, definitivamente, na transição para o séc. XXI, com a tradição, sendo exemplo disto, mais uma vez, um equipamento público: o edifício da Biblioteca Municipal (1997), com uma linguagem arquitectónica contemporânea, que transformou uma zona degradada e desinteressante do ponto de vista urbano, num espaço de uso público colectivo, muito concorrido, criando uma verdadeira nova centralidade, reforçada com a construção do Centro de Arte (2009). Esta requalificação integrou também o parque de estacionamento Sra. da Graça, de grandes dimensões, aliviando a pressão automobilística existente no “casco velho”.

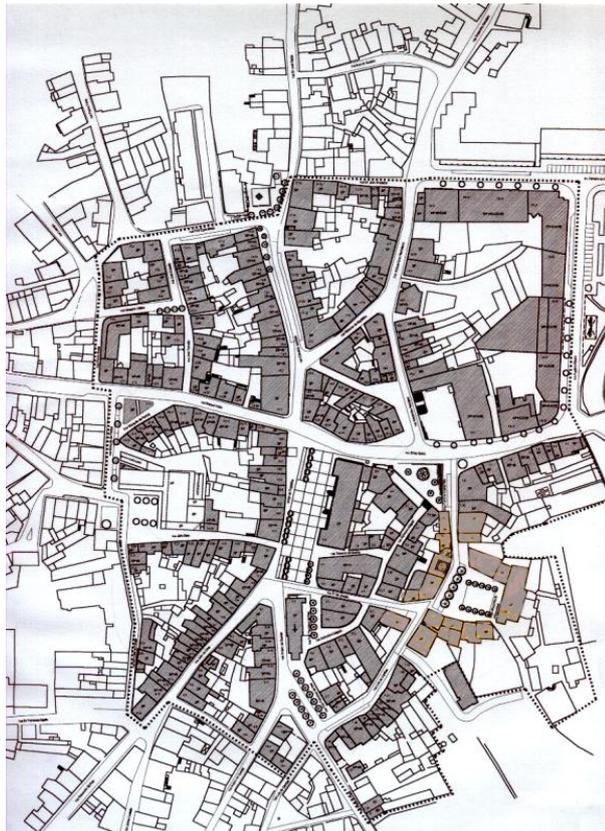


Fig. 31 - Proposta do GTL para delimitação do Centro Histórico – 1998.  
Acervo do A.M.O.

Consolidou-se o desenho urbano desta península, erguendo-se no vértice Sul uma nova estrutura, em 2001, da autoria do Arq. Hélder Ventura, inicialmente para apoio à restauração/lazer (actualmente alvo de reestruturação), delimitando a intervenção humana, abrindo a cidade ao vale do Rio Cáster, em direcção à Ria, anunciando o futuro Parque Urbano, actualmente em construção, através da consolidação das margens (2010) em direcção ao Casal, e definição de percursos pedestres, integrando o complexo Industrial da Fábrica do Papel do Casal, adquirida pela autarquia em 2008.

Em 2000, foi criado o Atelier de Conservação e Restauro de Azulejo (A.C.R.A.), da C.M.O., tendo como objectivo intervir no casco antigo com a preservação, “in situ”, do azulejo “torna-viagem”, consolidando alguns dos objectivos decorrentes da criação da Área de Património Histórico e Museologia, atrás referida.

Em 2006, a C.M.O. apresentou uma candidatura inscrita no Eixo 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais, do Programa Operacional Regional do Centro (POR-C) e, ao abrigo do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 e a Comunidade

Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga, a C.M.O., tendo como objectivo promover um conjunto de intervenções de valorização conservação e divulgação do património edificado no centro histórico da cidade de Ovar. O Instrumento de Política “Património Cultural” inscrita no Eixo 3, identifica como objectivos “(...) melhorar as condições de salvaguarda, de valorização e de animação do património cultural (móvel, imóvel, material e oral) numa perspectiva de transmissão para o futuro dos bens culturais, de forma a manter a sua existência e assegurar a sua fruição com respeito pela sua identidade específica, nela considerando os valores de originalidade aliados aos da respectiva integridade patrimonial”. Face ao exposto, esta candidatura inseriu-se nas seguintes tipologias de operações:

- Realização de programas de animação do património cultural, criação de circuitos ou roteiros de património associados a redes de cooperação e organização de bens patrimoniais culturais em rede;
- Valorização, sensibilização, divulgação e promoção do património cultural móvel, imóvel, imaterial e oral que contribua para o acréscimo de públicos;
- Divulgação de “boas práticas” de conservação, restauro e valorização do património cultural.

Tendo como objectivo consolidar o processo de requalificação e valorização do centro histórico iniciado em 2004, com os projectos do G.T.L., foram apresentadas, em 2007, um conjunto de operações integradas no Programa de Acção “Ovar – Um Centro Urbano Criativo e Sustentável”, objecto de candidatura aprovada no âmbito do Programa Específico “Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana”, que veio a potenciar as intervenções num vasto conjunto de espaços públicos com valor patrimonial da cidade, bem como a difusão cultural veiculada por actuações em diferentes domínios, considerando diversos sectores da sociedade tendo em vista proporcionar o aumento da qualidade de vida e do índice de satisfação dos munícipes e dos turistas.



Figs. 32 e 33 – Obras de requalificação do centro histórico de Ovar, desenvolvidas no âmbito do P.R.U. – imagem da esquerda, Rua Gomes Freira em 2008, e à direita Praça da República, em 2009. Fotos de António França. Acervo A.M.O.

### 3.1.2. A Fábrica de Papel do Casal

A Fábrica de Papel do Casal encontra-se implantada num espaço paisagisticamente privilegiado da cidade de Ovar, edificado junto às margens do Rio Caster e adossado à ponte oitocentista do Casal.

A unidade papelreira foi uma iniciativa empresarial arrojada e demonstradora do espírito empreendedor, inovador e dinâmico das gentes de Ovar, entre as Grandes Guerras.

A C.M.O., perante o abandono deste património industrial, adquiriu, em 2009, a totalidade do complexo no âmbito do P.R.U., visando a reabilitação do edificado e a criação de uma *Escola de Artes e Ofícios de Ovar*.

#### 3.1.2.1. As origens

Desde o séc. XVIII regista-se na cartografia a existência, no Lugar do Casal, de vários engenhos de moagem de milho, arroz e rega, ao longo das margens do Rio Cáster. Na 1.<sup>a</sup> década do séc. XX, Manuel Gomes Netto, proprietário da Casa e Quinta de São Tomé, encetou esforços junto das autoridades locais e regionais para o licenciamento e construção de uma “Fábrica de Electricidade”, prevendo no seu projecto a ampliação da casa do moinho do Casal e a instalação de uma turbina, tendo como objectivo o fornecimento de energia eléctrica à Vila de Ovar. A iniciativa não se concretizou devido ao surgimento do projecto republicano para a criação da *Companhia Portuguesa de Iluminação e Tracção d’Ovar*, inaugurada em 1913.



Fig. 34 - O moinho primitivo e a Ponte do Casal na 1.<sup>a</sup> década do século XX. Autor desconhecido. Acervo A.M.O.



Fig. 35 - O açude que alimentava a levada do moinho da Ponte do Casal, na 1.<sup>a</sup> década século XX – do lado esquerdo é perceptível a dimensão do telheiro que envolvia a entrada da ruína do 1.<sup>o</sup> moinho do Casal, integrada na nora oitocentista. Autor desconhecido. Acervo A.M.O.

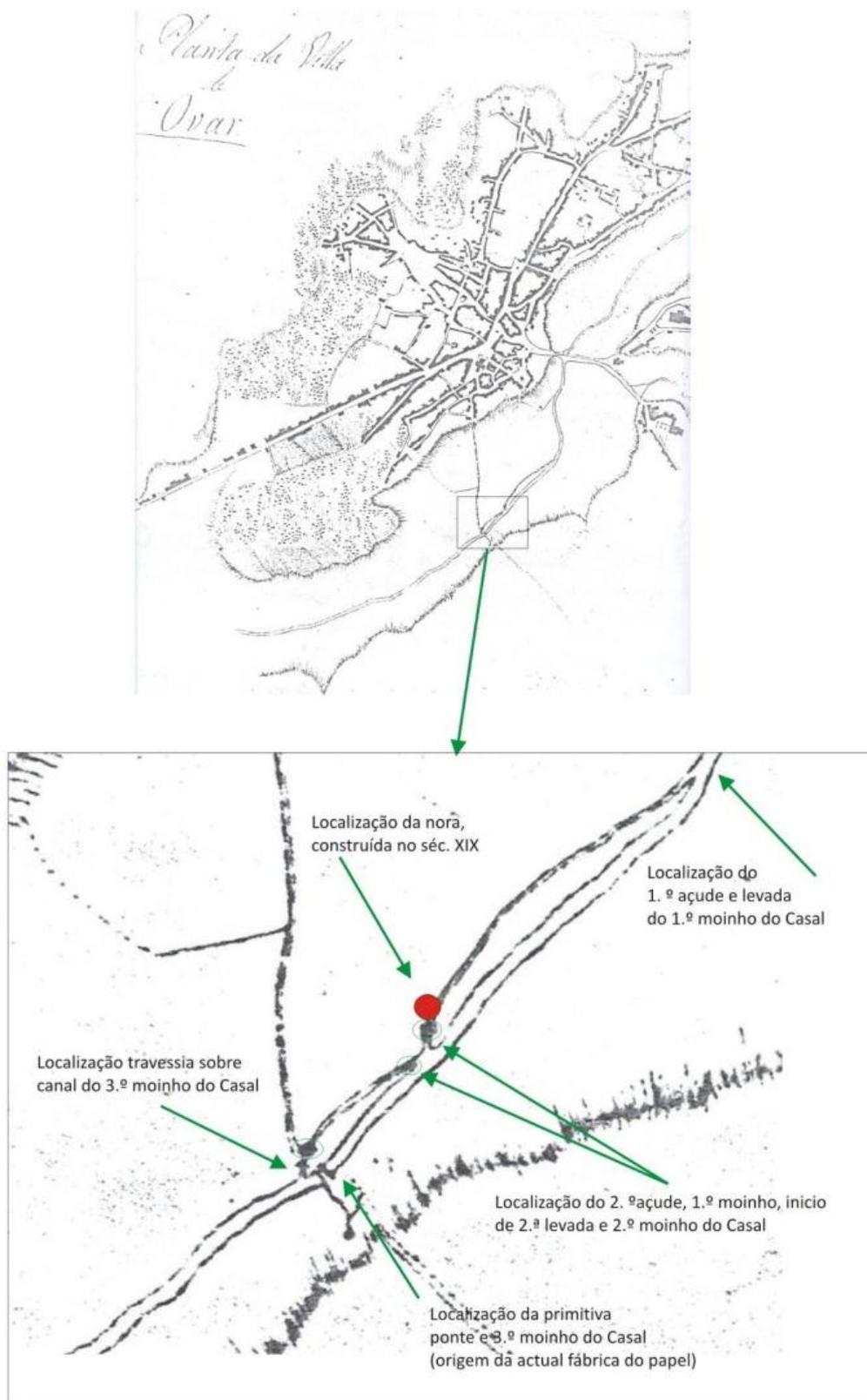


Fig. 36- Extracto da *Planta da Villa de Ovar*, referente ao Lugar do Casal, de finais do séc. XVIII, com a localização de 3 engenhos e respectivas infra-estruturas. A Ponte do Casal, de menor envergadura que a actual, de 1820, não abrangia o curso da levada dos moinhos que, por sua vez, era transposta por uma 2.ª ponte. Implantação de António França.

Em inícios de 1933, Manuel Gomes Netto inaugurou a Fabrica do Papel. O início de laboração foi destacado nos periódicos da época<sup>82</sup>

O primitivo complexo industrial, edificado sobre o moinho de cereal, compreendia um edifício de duas naves, com rés-do-chão,



Figs 37 e 38 - À esquerda nora oitocentista; à direita, fachada principal do 2.º moinho setecentista. Fotos de António França, 2009.

vocacionado para a produção, e a zona do “espande” para secagem e corte de papel.

Em inícios de 1943, as instalações foram alugadas a Lino Pereira de Sousa, de S. Paio de Oleiros, vindo este a adquirir meses mais tarde o imóvel, com o falecimento do fundador<sup>83</sup>.

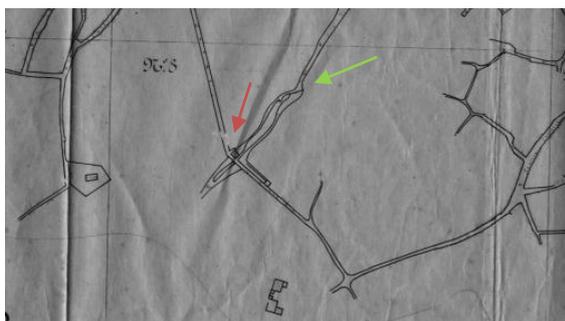


Fig. 39 - Extracto da *Planta Topográfica da Villa de Ovar*, de 1911. Na zona assinalada a vermelho é perceptível a localização do 3.º Moinho, a actual Ponte do Casal e a primitiva Fonte Júlio Dinis (reconstruída na déc. 40 do séc. XX). Entretanto, na zona assinalada a verde, foi somente assumido o açude. Acervo A.M.O.

A fábrica laborou ininterruptamente até 1971, ficando, entretanto, as instalações encerradas cerca de uma década.

Nos inícios da década de 80, quatro sobrinhos de Lino Pereira de Sousa, os irmãos Ramiro, Abel, Francisco e António Silva, também naturais de S. Paio de Oleiros e proprietários da “*Fábrica e Seca de Papel da Madria*”, adquiriram as instalações reactivando a produção de papel.

Em 1990, o sistema de produção passa a ser exclusivamente alimentado pela energia eléctrica fornecido pela rede nacional.

Em 1991, as instalações foram vendidas a Adelino Nascimento Carvalho que procedeu à cimentação dos pisos. A fábrica deixou de produzir papel e cartão passando a laborar nas áreas da cartonagem, impressão e corte de papel para embrulho, até 2007.

Em 21 de Março de 2001, o rés-do-chão da fábrica foi alagado pelas cheias do Rio Cáster, registando-se uma subida do nível de água de cerca 120 cm de altura.

<sup>82</sup> LAMY, Alberto – *Dicionário de História de Ovar. Freguesias de S. Cristóvão e São João de Ovar*. Vol. II. Ovar: Câmara Municipal, 2010, p. 19.

<sup>83</sup> COSTA, João – *Fábrica de Papel do Casal*, in *Reis. Ovar: JOC-LOC*, 1995, p.40.

Em inícios de 1943, as instalações foram alugadas a Lino Pereira de Sousa, de S. Paio de Oleiros, vindo este a adquirir meses mais tarde o imóvel, com o falecimento do fundador<sup>84</sup>.

A fábrica laborou ininterruptamente até 1971, ficando, entretanto, as instalações encerradas cerca de uma década.

Nos inícios da década de 80, quatro sobrinhos de Lino Pereira de Sousa, os irmãos Ramiro, Abel, Francisco e António Silva, também naturais de S. Paio de Oleiros e proprietários da “*Fábrica e Seca de Papel da Madria*”, adquiriram as instalações reactivando a produção de papel.

Em 1990, o sistema de produção passa a ser exclusivamente alimentado pela energia eléctrica fornecido pela rede nacional.

Em 1991, as instalações foram vendidas a Adelino Nascimento Carvalho que procedeu à cimentação dos pisos. A fábrica deixou de produzir papel e cartão passando a laborar nas áreas da cartonagem, impressão e corte de papel para embrulho, até 2007.

Em 21 de Março de 2001, o rés-do-chão da fábrica foi alagado pelas cheias do Rio Cáster, registando-se uma subida do nível de água de cerca 120 cm de altura.

### 3.1.2.2. A orgânica da Fábrica de Papel

A unidade industrial integrou de origem um sistema de energia híbrido, constituído por um mecanismo hidráulico, agregando um complexo sistema de correias, conciliado a um segundo engenho, para produção eléctrica, gerada por uma turbina.



O interior do primitivo moinho de cereal foi adaptado para zona de escritório, tendo sido removidos os engenhos e respectivos caboucos. Na década de 40, a área correspondente ao 1.º piso foi estruturada para casa do inquilino.

Fig. 40 - A Fábrica de Papel do Casal, em 1935. Na zona assinalada a vermelho é perceptível o telheiro da Nora. Foto de Mário Almeida. A.M.O.

<sup>84</sup> COSTA, João – *Fábrica de Papel do Casal*, in *Reis*. Ovar: JOC-LOC, 1995, p.40.

Até aos anos 70, do séc. XX, a fábrica congregou estruturas e infra-estruturas edificadas com materiais da região, recorrendo a técnicas tradicionais, destacando-se a construção dos alicerces assentes em estacaria de madeira, paredes principais edificadas com xisto e saibro, sendo as divisões, revestimentos, pisos, portadas e escadas em madeira de pinho. Os muros de sustentação da margem e levada, de origem setecentista, foram reconstruídos com xisto da região, aplicado em forma de cunha, inclinado para o interior, com alicerces assentes sobre estacaria enterrada a 1 metro de profundidade.



Fig. 41 - Maquinaria original para produção do papel, finais dos anos 70. Autor desconhecido. Acervo A.M.O.

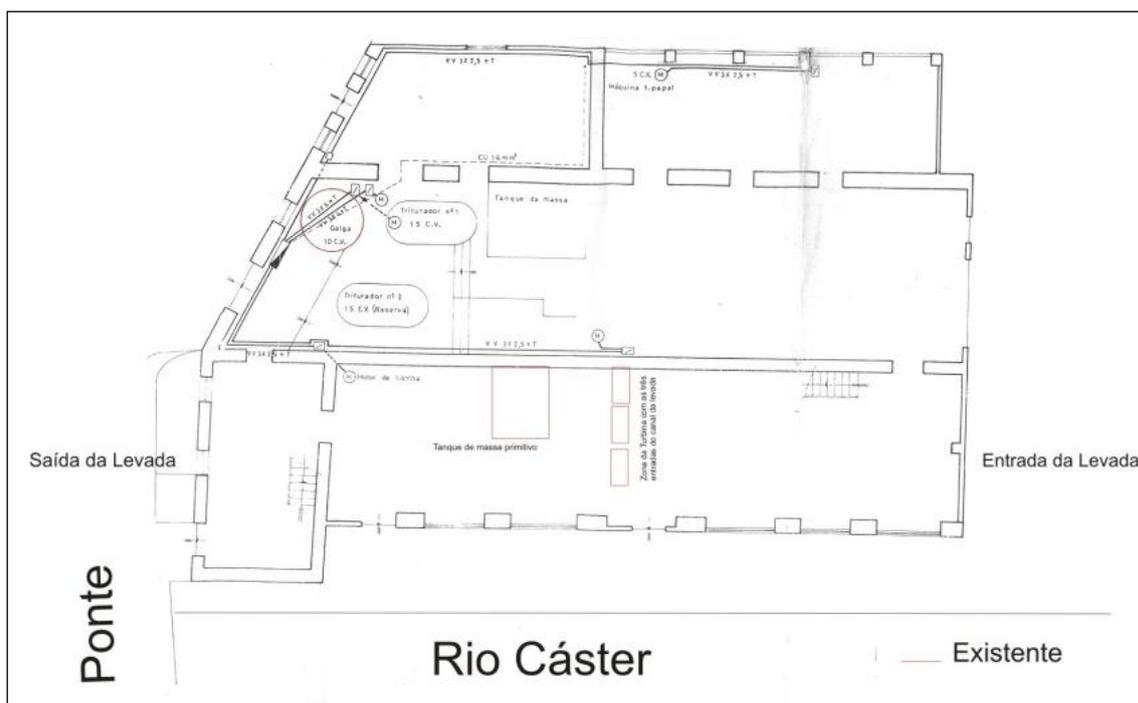


Fig. 42 - Levantamento do edificado e estudo para reestruturação do processo de fabrico e instalação eléctrica da Fábrica de Papel do Casal, datado de Maio de 1981. Sinalizadas a vermelho as infra-estruturas originais de 1933. Acervo da B.M.O.

As estruturas, construídas a partir dos anos 80 do séc. XX, foram edificadas com técnicas e materiais da altura, tendo por base o betão. Não existe registo de entrada de processo de licenciamento na C.M.O., apesar da existência de uma planta com levantamento do edificado e estudo para adaptação dos espaços

A estrutura primitiva, dos anos 30, está assente em estacaria respeitando a orientação da levada. Entre as paredes divisórias do r/c foi criado um sistema de passagens tendo como objectivo, em caso de cheia, a livre circulação de água no interior e respectivo escoamento. O

sistema de passagens foi barrado, entre as décadas de 80 e 90, com a construção dos novos módulos.



Figs. 43 a 48 – Superior da esquerda para a direita: alçado Poente; destaque da 3.ª nave; fachada principal, virada a Sul, indicando, a azul, a zona da casa do moinho primitivo. Inferior da esquerda para a direita: o avanço da Ponte do Casal, indicando a vermelho as duas arcadas que permitem o escoamento das mós primitivas; alçado Nascente, indicando a vermelho o muro de sustentação da margem; alçado Norte, indicando a preto as 3 naves que compreendem o espande, sendo as primitivas as duas à esquerda. A rematar as 3 naves destaca-se o remate do 4.º corpo, em betão, ultima fase de construção. Fotos de António França, 2007



Figs. 49 a 51 - Sistema de circulação de água. Da esquerda para a direita: entrada da levada no edifício; aberturas entre os pilares, para acesso à levada; saída da levada, entre antiga casa do moinho e ponte, sendo perceptível as antigas entradas dos caboucos Fotos de António França, 2007

O rés-do-chão da fábrica foi cimentado nos anos 90 pelo último proprietário, tendo sido elevado nas naves poente e central, cerca de 40 cm. O piso original da casa do moinho foi preservado em madeira, bem como a estrutura do alçapão que permite aceder ao interior do sistema da levada

Na nave Nascente foram mantidas algumas estruturas da fábrica original, nomeadamente, o tanque, o acesso à zona da turbina e as escadas de acesso ao 1.º piso.



Figs 52 a 55 – Da esquerda para a direita: nave Poente; nave central; nave Nascente; “Casa do Moinho”. Fotos de António França, 2009.



Figs 56 a 60 - Da esquerda para a direita: acesso à zona da turbina; canal da levada, sob o edifício, com indicação a vermelho, da entrada dos caboucos (da esquerda para a direita: desvio para o rio, alimentação do tanque de massa de papel primitivo e alimentação da turbina); pormenor das 3 entradas; pormenor da 2.ª entrada, vista do r/c; pormenor da 3.ª entrada com grade para retenção de detrito (eventual existência no seu interior do mecanismo original). Fotos de António França, 2009.

Na nave central destaca-se a preservação da estrutura e elementos mecânicos do moinho de papel de galgas.



Figs 61 e 62 – Da esquerda para a direita: moinho de papel com sistema de galgas; pormenor do engenho. Fotos de António França, 2009.

No 1.º andar, as zonas do espande com piso de madeira (naves nascente e central), apresentam a configuração original. Na zona da “Casa do Moinho” a estrutura apresenta um elevado grau de degradação. Os panos de janelas de crivo, em madeira, apresentam falhas, conservando-se alguns exemplares originais. A estrutura de sustentação do telhado apresenta a configuração primitiva.



Figs 63 e 64 – Da esquerda para a direita perspectivas das naves da zona do espande: nave Nascente; nave Central e nave Poente. Fotos de António França, 2003

Maria José Santos, directora do Museu do Papel de Paços de Brandão, no seu artigo “*Procura de um espaço perdido: a Fábrica do Papel de S. Cristóvão*”, publicado na revista *Dunas – temas & perspectivas*, editada pela Câmara Municipal de Ovar em 2003, traça da seguinte forma o retrato do edifício da Fábrica do Papel do Casal: “[...] *Uma fábrica belíssima, com um*



Fig. 65 - Fábrica, açude, levada e nora - levantamento topográfico, finais da déc. 80, séc. XX. Atendendo a que a cobertura da nora tinha já sido removida, foi efectuada somente o levantamento da estrutura. Implantação António França.

*enorme espande de secagem de papel – onde a luz, de tão dourada, torna ainda mais mágico um espaço em decadência que urge preservar - situada junto de uma ponte terminada em 1825 e fonte imortalizada por Júlio Dinis. Um lugar com história, no centro de Ovar. Como se todo este ambiente não fosse bastante, a Fábrica do Papel do Casal nascera sobre um moinho, repetindo-se um processo comum na História da Indústria do Papel, ao longo de todo o séc. XIX: a adaptação de um moinho de cereal a um moinho papeleiro. E, de facto, assim foi. Mas não em meados do séc. XIX como chegamos a admitir, somente no início dos anos trinta do séc. XX. [...]"*

### **3.1.3. O Museu Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense**

O M.J.D. – C.O., propriedade e tutelado pela C.M.O. está instalado numa habitação tradicional característica da região de Ovar, onde Júlio Dinis – cujo pai era daqui - esteve hospedado durante um curto período de tempo. O convívio com as gentes de Ovar terá contribuído para a criação de personagens de algumas das suas obras, designadamente “As Pupilas do Senhor Reitor”, “A Morgadinha dos Canaviais” e “O Canto da Sereia”.

Trata-se de um museu monográfico dedicado à figura de Júlio Dinis, ao mesmo tempo que se enquadra tipologicamente na figura da Casa-Museu, através da preservação, interpretação e valorização de uma construção arquitectónica tradicional e do ambiente que a caracterizava

Desde 2001 estão a ser encetados esforços no desenvolvimento de projecto de reabilitação e ampliação das instalações de acordo com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

### 3.1.3.1. A “Casa Vareira”, Júlio Dinis e o Museu

*«...As Pupilas são a crónica exacta da vida de Ovar de há sessenta anos, que não mudou, essencialmente, apesar do grande desenvolvimento material que experimentou.*



*O cenário é o mesmo. Reconhecêmo-lo, ainda hoje, não obstante as naturais transformações que o progresso local lhe foi imprimindo.*

*A casa onde viveu Júlio Dinis conserva-se na mesma. Em frente, ainda está o mesmo Largo dos Campos, com a Capela das Almas no topo, donde lhe chegavam ecos de ladainhas das beatas.*

*Era naquele largo que, às vezes, dançavam as raparigas bailes populares.*

*Adentro do prédio não encontramos já o laranjal onde cantava o rouxinol. Mas era ali que ele se esquecia a architectar os seus romances e a juntar os elementos estudados na conversa e na convivência dos aldeãos...»<sup>85</sup>*

O espaço onde se encontra o M.J.D. – C.O. corresponde à habitação onde viveu o escritor, de Maio a Setembro de 1863, após o aparecimento dos primeiros sintomas de



Figs. 68 a 70 - Aspecto geral da casa, nos inícios da década 90, séc. XX. Fotos de António Vinhas. Acervo Biblioteca Dinisiana

<sup>85</sup> In MONIZ, Egas - *Júlio Dinis e a sua obra*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1924. Vol. 2, pág

tuberculose. Era a casa de uma sua tia paterna (D. Rosa Zagalo Gomes Coelho), constituindo um exemplar da arquitectura popular tradicional do concelho. O escritor estará para sempre ligado a Ovar por laços familiares (pela família do lado paterno) e pelas personagens de obras como *As Pupilas do Senhor Reitor* e *A Morgadinha dos Canaviais* que, segundo a opinião de vários autores, foram inspiradas em *personagens* com as quais o escritor conviveu durante a sua estadia na então vila. Se a isto associarmos o facto de na cidade onde nasceu e morreu Júlio Dinis (Porto) todos os vestígios materiais da sua passagem terem já sido destruídos fica, desde logo, justificada a existência deste Museu.

Uma Casa Ovarense: por mais singelas que sejam as casas, na sua pequenez de piso térreo, variando entre a porta e a janela e as duas portas e janelas corridas, todas se enobrecem com a cantaria granítica, vulgarmente, enquadrando a policromia azulejada (*não sendo o caso...*) que tanto encanta os visitantes. As vidraças, constituídas por harmoniosas quadrículas de madeira, deixam perceber, à transparência, cortinados de renda, bordados ao serão.

As portas, sobranceiras na sua robustez, têm cravadas belas ferragens - *trinquetas* e *espelhos* – curiosamente trabalhadas.

As divisões pequenas, muitos delas interiores, são acompanhadas por um longo corredor, da rua ao quintal; se a sala ostenta a riqueza possível, a cozinha é a verdadeira alma da casa.

A casa foi considerada Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto-Lei de 1984<sup>86</sup> e doada pela Família Bonifácio à C.M.O., em 1989<sup>87</sup>.

O imóvel encontrava-se em muito mau estado de conservação, além de exigir algumas correcções para voltar ao seu aspecto original. Os trabalhos de conservação e restauro estruturais foram antecidos pela investigação histórica, tendo como referência algumas casas datadas entre os finais do século XVIII e meados do séc.



Fig. 71 - Fachada da casa na déc. de 80 séc. XX. Foto de António Vinhas.

Acervo Biblioteca Dinisiana

<sup>86</sup> Diário da República, I Série, n.º 145, de 25 de Junho.

<sup>87</sup> Acta de Reunião de Câmara datada de 24 de Outubro de 1989, na qual é feita a referida doação do edifício e do seu recheio por parte da família Bonifácio à Câmara, tendo como objectivo a criação de um museu.

XIX, que respeitassem o tipicismo vareiro da «porta e janela».

Assim, recolheram-se fotografias do início do século; textos publicados que, de alguma forma, descrevessem o interior e exterior da habitação; testemunhos orais de algumas pessoas mais idosas; entrevistaram-se estudiosos dinisianos e historiadores; procedeu-se ao levantamento de todos os elementos que se encontravam visivelmente em mau estado de conservação e/ou não respeitassem a época em que ali viveu Júlio Dinis.

Após a recolha e análise destes elementos essenciais para o lançamento da obra de recuperação, recorreu-se a uma equipa interdisciplinar para apoio à concepção do projecto da autoria do Arq. Fernando Távora que garantisse, com o máximo rigor possível, a exequibilidade da ocupação daquele espaço.

O projecto de conservação e restauro determinou que o beiral do alçado principal fosse uniformizado, criando um contínuo prolongamento em toda a extensão desta fachada. Também no alçado principal, em estrutura anexa, em meados da segunda metade do séc. XX, foi construída uma garagem, demolindo-se a fachada então existente no local. Com o recurso a fotografias do edifício, do início do séc. XX, reconstruiu-se o alçado original, com padieira e janelas idênticas.

Da análise das patologias que se encontraram nas paredes - interiores e exteriores - concluiu-se pela remoção de todas as argamassas em mau estado de conservação, padecendo de grandes problemas de humidade; aplicaram-se argamassas de fabrico tradicional; recuperaram-se as paredes de tabique que se encontravam ainda em razoável estado de conservação. Parte do travejamento de madeira do telhado encontrava-se em muito mau estado devido à forte concentração de humidade, pelo que foi removido e substituído por um novo, com a madeira já tratada, para uma melhor conservação. A telha original – telha de “Regedoura” (Válega) – foi removida, sendo efectuada a respectiva limpeza e substituição, em alguns casos, peça a peça, pelo recurso a telha de estruturas em demolição, da mesma época. No interior, alguns dos elementos característicos da casa - como a lareira e o forno - encontravam-se em ruína, pelo que



Fig. 72 - Aspecto da fachada, em 1996, após a intervenção de restauro. Foto de António Vinhas. Acervo Biblioteca Dinisiana

foram intervencionados. Parte da casa da eira - construção anexada à casa principal, em meados deste século - foi reestruturada, criando-se uma divisão independente de apoio ao museu - pequena livraria e W.C. Removeram-se todas as instalações eléctricas existentes no interior e exterior do edifício, tendo sido aplicada uma nova instalação, com sistemas de tubagem interna nas paredes, pisos e tectos. Nas divisões em que os tectos estavam em bom estado sofreram apenas pequenas intervenções de conservação; noutras foram removidas as estruturas que se encontravam com graves problemas de conservação e substituídas por novas, respeitando o mesmo tipo de travejamento de madeira. Nos tectos, portas, janelas, rodapés e mobílias da sala e do quarto principal, com frisos de madeira decorados com marmoreados, efectuou-se a remoção da sujidade com óleo de linhaça, fixando-se a pigmentação. Devido ao elevado grau de humidade e à existência de xilófagos, os pisos encontravam-se em muito mau estado, tendo sido substituídos todos os elementos estruturais danificados por novos, respeitando a mesma qualidade de madeira e dando-lhes o respectivo tratamento. As caixilharias dos vãos das portas e janelas foram restauradas, tendo-se substituído os vidros quebrados por novos, de aspecto e espessura idênticos aos originais. As ferragens e seus respectivos espelhos foram restauradas, sendo, em alguns casos, produzidas réplicas.

O processo de conservação e restauro da casa e instalação museológica foi acompanhado pela *Comissão de Instalação*, que além do Arq. Fernando Távora, integrou o Dr. Fernando Baptista Pereira (Director do Museu de Setúbal) e a Dra. Ana Duarte (Câmara Municipal de Setúbal), além de personalidades locais como Manuel Cascais de Pinho e a Dra. Adelaide Chaves e as técnicas da Divisão da Cultura, Biblioteca e Património Histórico, da C.M.O., Dra. Ângela Castro e Dra. Daniela Ferreira.

O M.J.D. – C.O. abriu ao público em Março de 1996, após décadas de encerramento e ruína.

Desde o início da sua abertura ao público, continuaram-se a detectar, em vários locais do edifício, elevados níveis de salitre e humidade. Com a pluviosidade do Inverno constatou-se o alagamento dos interiores o que obrigou, como medida preventiva, a colocação de barreiras nas entradas da fachada principal (em vidro com 50 cm de altura) e na cozinha (em granito, com 30 cm de altura). No Largo dos Campos, também conhecido por *lagoa*, as cheias foram, ao longo dos séculos, um fenómeno frequente. Segundo testemunhos locais, nos anos 60 do séc. XX, as obras de reestruturação do largo fragilizaram aquele imóvel, elevando em cerca de 50 cm a cota do exterior, em relação ao interior.

Em finais de 1999, os níveis elevados de humidade registados na sala de recepção, loja e Biblioteca Dinisiana obrigaram, como medida de prevenção, à transferência do fundo documental para a S.H.L.R. da B.M.O. A sala, de reduzidas dimensões, passou a acolher um conjunto de exposições temporárias, subordinadas a temáticas oitocentistas. No pequeno átrio do acesso ao sanitário foram instalados os serviços de recepção e loja.

Apesar da tentativa do controlo das patologias detectadas no imóvel, o chuvoso Inverno de 2001 trouxe efeitos desastrosos do museu, tendo como pico a cheia de 21 de Março, durante a qual ocorreu a subida anormal do nível de água (que ultrapassou a barreira de vidro), provocando o alagamento do interior do Museu e a penetração de resíduos na caixa-de-ar do pavimento, reduzindo o espaço livre existente. Esta situação alterou o ambiente do interior do imóvel, aumentando desmesuradamente os níveis de humidade. No final do Verão desse ano, registou-se o agravamento do seu estado de conservação, surgindo patologias nos elementos construtivos e aceleração descontrolado da degradação. Em finais de 2001, uma equipa técnica da Divisão de Obras e Conservação da C.M.O. concluiu que a resolução dos problemas implicaria a substituição das madeiras contaminadas e a impermeabilização exterior de todo o imóvel. Ou seja, uma intervenção de conservação e restauro no imóvel implicaria a consulta do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), e a adjudicação dos trabalhos a empresas especializadas, um orçamento avultado e o encerramento prolongado dos serviços.

Perante este cenário iniciou-se, então, o estudo para um projecto de restauro do Imóvel Classificado, a reestruturação e ampliação das dependências para a instalação dos serviços necessários e o cumprimento das normas estabelecidas pelo Instituto Português de Museus (IPM), de forma a reunir as condições para uma eventual adesão à Rede Portuguesa de Museus (RPM).

Em finais de 2001, a C.M.O. apresentou a candidatura de adesão do M.J.D. - C.O. à R.P.M. tendo como objectivo a avaliação do existente e apoio na concepção do projecto de reabilitação do imóvel e reestruturação dos serviços.

No âmbito do processo de adesão à R.P.M. decorreu, em Março de 2002, uma reunião no M.J.D. – C.O. entre os técnicos da R.P.M. e da C.M.O. com o objectivo de proceder ao levantamento, análise e avaliação do imóvel, colecção, estrutura museológica e contexto museográfico para posterior apresentação da respectiva proposta de projecto reestruturação. Em Julho de 2002, a R.P.M. apresentou o “Relatório de Apreciação”, no qual salientou a necessidade da C.M.O. dar cumprimento às “recomendações expressas” de forma garantir a

adesão do M.J.D. – C.O. à R.P.M., ou seja, que *“o projecto de reabilitação e de ampliação do Museu deverá contemplar uma renovada área de acolhimento, uma nova área de exposições temporárias, uma área destinada ao serviço educativo, bem como um auditório, por forma a ampliar e a imprimir novas dinâmicas aos serviços disponibilizados ao público”*.

No último trimestre desse ano, atendendo às restrições do espaço existente, *a priori* propriedade da C.M.O., e seguindo as recomendações da R.P.M., deu-se início aos trabalhos, nomeadamente: levantamento topográfico da “propriedade”<sup>88</sup>; estudo do programa museológico sugerido pela R.P.M., execução do projecto de arquitectura de reabilitação e ampliação do museu, trabalho desenvolvido por um arquitecto estagiário na C.M.O. Na Reunião de Câmara de 18 de Setembro de 2003, foi aprovado o *“Ante-Projecto de Arquitectura para a Recuperação e Reabilitação do MJD-CO”*. Em 9/12/2003, o I.P.P.A.R. emitiu o parecer *“favorável condicionado”*, colocando reservas quanto à abertura de um vão na fachada.

Tendo em conta o seu mau estado de conservação – com risco até para os visitantes – e a inexistência de um equilíbrio mínimo aceitável do ambiente (temperatura/humidade) procedeu-se, em inícios de 2004, ao encerramento do Museu, transferindo-se o espólio para o depósito do P.C.R.M.O. dando-se início aos procedimentos de conservação preventiva e ao inventário das colecções.

Decorrente do *“Projecto de Arquitectura de Recuperação e Reabilitação do MJD-CO”* foi adjudicado, em Novembro de 2003, à empresa “Codio – Projectos, Coordenação e Direcção de Obras, Lda.”, a execução do Projecto de Especialidades. Em Agosto de 2004, a R.P.M., informou a C.M.O. que *“não foi aprovada a sua integração na R.P.M. por se verificar a manutenção da insuficiência de alguns requisitos apontados no Relatório de Apreciação, de Julho de 2002”*. Para reiniciar o processo de adesão, a C.M.O. deveria ter em conta as recomendações da R.P.M. para a execução do projecto de arquitectura, elaborar um programa museológico para sustentar o projecto final, assim cumprindo o estabelecido na nova Lei-Quadro dos Museus Portugueses<sup>89</sup>. Após várias reuniões técnicas, em Fevereiro de 2005, verificou-se ser necessário ampliar e reestruturar as áreas projectadas para garantir o cumprimento mínimo do “Relatório de

---

<sup>88</sup> Levantamento topográfico da área do artigo rústico original, do qual foi doada somente a casa pela empresa Bonifácios & Saramago, em 1989, ou seja 100 m<sup>2</sup>. Para além da casa a propriedade deveria compreender dependências, logradouro, eira, poço e quintal, ou seja, mais 302 m<sup>2</sup>.

<sup>89</sup> Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto.

Apreciação”, recomendado em Julho de 2002 pela R.P.M. A C.M.O. concluiu, então, ser necessário executar um novo projecto, face a todas as alterações necessárias.

Assim, em meados de 2005, foi adjudicado à empresa J.A. Lopes da Costa a elaboração de um novo Projecto de Arquitectura. Em Outubro, foram concluídos o novo *Ante-Projecto de Requalificação e Ampliação do M.J.D. - C.O.*, assim como o *Programa Museológico*, concebido pela A.P.H.M., tendo sido efectuados os adequados ajustes, conciliando as indicações da R.P.M., a *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* e as especificidades técnicas e físicas da casa. Em Janeiro de 2006, a RPM, no parecer sobre o *Ante-Projecto de Requalificação e Ampliação do M.J.D. - C.O.* e



Fig. 73 – Vista Norte do *Projecto de Requalificação e Ampliação do M.J.D. - C.O.* do Arq. Lopes da Costa. Implantação e 3D do autor do projecto de 2009.

sobre o *Programa Museológico* salienta, mais uma vez, o que já afirmara no *Relatório de Apreciação* de candidatura do Museu à adesão à R.P.M., em Junho de 2002: “*é da maior importância ponderar a ampliação do Museu com vista à sua potencialização global...*”.

Em 31 de Março de 2006, decorreu uma reunião no M.J.D. - C.O., entre um arquitecto da R.P.M., a empresa de arquitectura responsável pela execução do Ante-Projecto e a C.M.O., com o objectivo de analisar, no local, o Ante-Projecto e Programa Museológico. Em Abril, a R.P.M. no seu parecer recomenda “*resolver as questões levantadas, de modo a dar a resposta adequada às exigências funcionais e ambientais que se colocam na instalação desta entidade museológica*”, nomeadamente, espaços próprios para as “Exposições Temporárias” e “Serviços Educativos” (previsto no Ante-Projecto, no desdobramento funcional entre a Sala Polivalente e as zonas de acolhimento e apoio), o “reforço das zonas de trabalho” e a tomada de “medidas adequadas para o problema do nível freático elevado e controlo de temperatura e humidade” das zonas expositivas.

Na Reunião de Câmara de 18 de Outubro de 2007, foi aprovado o Projecto de Arquitectura. No âmbito do Instrumento de Política “*Património Cultural*” inscrito no Eixo 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais, do Programa Operacional Regional do Centro (POR-C) e ao abrigo do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global

entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga, a C.M.O. apresentou uma candidatura para o Programa Integrado de Beneficiação do M.J.D. – C.O. e Beneficiação da Ponte do Casal, espaços de elevada importância numa perspectiva da valorização do património cultural concelhio, localizados na cidade de Ovar. A candidatura pretende não só recuperar e reabilitar um Imóvel Classificado de Interesse Público – a “Casa de Júlio Dinis” –, restituindo-lhe e reforçando as valências enquanto espaço museológico, como também um elemento edificado inserido num conjunto mais vasto – a Rua e Ponte do Casal, garantindo, através da implementação de um programa de animação, a sua interactividade e contribuição para a valorização do património construído, natural e imaterial da cidade de Ovar.

A Rua da Fonte do Casal, com topónimo designado em 1975, inicia na Rua Trindade Coelho (desde 1991, Rua Moisés Lamarão) e termina na Rua Camilo Castelo Branco.

Alberto Lamy, na artigo “*Ovar à passagem de Júlio Dinis*”, publicado na *Revista*



Fig. 74 – Vista Norte da Ponte do Casal e Fonte Júlio Dinis, em 1935. Foto de Mário Almeida. Acervo da B.M.O.

*Dunas - Temas & Perspectivas*, de 2001, sublinha que fruto das várias passagens de Júlio Dinis, por Ovar, entre 1863 e 1866, o escritor transportou para os romances *As Pupilas do Senhor Reitor* e *Morgadinha dos Canaviais* o ambiente romântico de Ovar destacando o Lugar do Casal, com a reprodução de cantares, costumes e linguagem dos populares que este escutava do alto do banco da Ponte do Casal descrita pelo escritor romancista como “*uma ponte de pedra de dois arcos, construção já antiga, mas bem conservada ainda*”, tendo reproduzido nas *Pupilas do Senhor Reitor* uma cena de diálogo em poesia, junto a uma ponte (Ponte do Casal), entre Pedro e Clara (ambas de sabor tipicamente Ovarense): “*Ó rio das águas claras/ Que vais correndo pró mar.*”

Até ao séc. XVII a passagem do Rio Cáster, na zona do Casal, era assegurada por duas obras: a primeira, uma ponte de pequena dimensão, que correspondia à levada do moinho localizado a montante e a segunda, uma ponte de maior dimensão, que correspondia à largura

do rio sendo o elo de ligação a margem entre levada e o rio. Nos inícios do séc. XVIII, ambas as pontes foram parcialmente arrasadas por uma cheia, tendo sido construída uma nova ponte, que compreendia as primitivas, que foi inaugurada em 1825. Em 1879, a ponte foi novamente arrasada por uma cheia. No processo de reconstrução foi integrado na extremidade nascente um depósito de água, com função de receptor da Fonte do Casal (actual Fonte Júlio Dinis) ligando-a à rede de abastecimento (criada entre as décadas de 70 e 80 do séc. XIX) e que tinha como objectivo o fornecimento de água aos chafarizes e fontes do casco urbano da Vila de Ovar.

A ponte apresenta tabuleiro horizontal, ligeiramente rampeado do lado Oeste, assente sobre quatro arcos desiguais de volta perfeita separados em dois pares pelo pilar central, mais largo. Aparelho isódomo de silhares de granito nos pilares, contrafortes, arcos e guarda do pilar central; alvenaria nas restantes partes. Aduelas dispostas ao comprido, estreitas e com extra dorso regular. Pilares reforçados com contrafortes triangulares a montante e a jusante; o central, a jusante, tem contraforte de secção semicircular a que corresponde, no tabuleiro, varanda de bancos corridos. Os arcos mostram cavidades para apoio dos cimbres da construção. As guardas são rebocadas e pintadas de branco e o pavimento é em paralelo. Na entrada Oeste, do lado jusante, tem um padrão, rematado de pequena urna mostrando na face, sob as armas do reino unido de Portugal e Brasil.

Entre Julho de 2010 e Junho de 2011, a Rua e Ponte do Casal foram alvo de obras de reabilitação. Em Julho, foi dado início à obra de reabilitação da Fonte do Casal.

Em Abril de 2011, concluído o processo de expropriação e posse administrativa do terreno foi iniciado o processo de obras da empreitada de requalificação e ampliação do M.J.D. – C.O., adjudicado à empresa *Traço de Massa – Construção e Recuperação de Espaços Lda*.



Figs. 75 e 76 – Perspectivas das obras de reabilitação e ampliação do M.J.D. – C.O. em Outubro de 2001. Fotos de António França

### **3.2. Definição de estratégias e programas**

O turismo é uma área económica de extrema importância, uma vez que é um dos principais sectores que poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável da região Norte e do país.

A valorização do património e difusão cultural deverá ser veiculada por actuações em diferentes domínios, considerando diversos sectores da sociedade proporcionando a criação de valor acrescentado que aumente a qualidade de vida e do índice de satisfação dos munícipes e dos turistas do concelho de Ovar.

A definição de estratégias de desenvolvimento económico e turístico e programas de acção cultural deverão, em princípio, potenciar a fruição dos imóveis e espaços públicos do centro histórico de Ovar, bem como alertar para a necessidade da sociedade contribuir de uma forma mais activa na preservação do património.

Assim, procurou-se introduzir a observância de princípios adequados às políticas de protecção e valorização do Património Cultural material ou imaterial, veiculadas pela *Lei de Bases do Património Cultural* – Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, pela Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, *Lei-Quadro dos Museus Portugueses* e Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, que estabelece o *Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* vertidas, nos seus princípios gerais, nas orientações do *Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro* (PROTC) e no *Programa Territorial de Desenvolvimento para a sub-Região do Baixo Vouga*, de âmbitos regional e sub-regional. Ou seja, deverão ser alavancados os recursos e agentes locais, destacando-se os produtos com componentes patrimonial, social e económica que potenciem a fruição dos espaços públicos e privados intervindo, assim, de uma forma activa nas vivências do centro histórico da cidade.

#### **3.2.1. Proposta de definição e delimitação do centro histórico de Ovar**

Até à data, não foi apresentada uma proposta consistente e sustentada que delimite o centro histórico de Ovar. Certo é que a definição e delimitação do centro histórico se revela difícil, facto decorrente dos inúmeros conceitos e da completa ausência de monumentalidade. Aspectos que outrora foram objecto de grande dúvida, inserem-se hoje, inquestionavelmente, na categoria «património». Identificam-se zonas onde dominam os imóveis com traços tipicamente





Fig. 78 - Proposta para delimitação do centro histórico de Ovar, tendo por base os limites do levantamento planta topográfica de 1911. Implantação António França.



Figs. 79 e 80 – Carta Militar de 1998, com a implantação da proposta para delimitação do centro histórico de Ovar, baseada nos limites do levantamento de 1911. Implantação António França.



Fig. 81 - Foto satélite da cidade de Ovar, em 2002 (*in* www.googlemaps.com), com a implantação da proposta para delimitação do centro histórico de Ovar, baseada nos limites do levantamento de 1911. Implantação António França.

*O adensamento fez-se para poente daquele traçado principal. A linha mais importante do trânsito veio a ser aquela que vem de nordeste para sudeste, da Rua José Falcão, atravessando a Praça do Município e que segue até ao Cais da Ribeira, até à Ria. A par da primeira, como traçado complementar, a descair para o rio e concorrendo ao largo, há a antiga Rua da Fonte, hoje Alexandre Herculano. A concentração desta zona pelo número e importância de casas, pela multiplicidade e enovelamento de ruas e ponto de irradiação do aglomerado faz-se na região da Praça da República, indo ao largo de S. Tomé, ao dos Campos e à praça do Cruzeiro.*

*Para nascente daquela linha, no triângulo formado pelo Ribeiro das Luzes, levantada em breve morro de xistos ante-câmbricos, está a Igreja, no começo duma zona de altura, que se estende para nascente, mas de fraco povoamento antigo.*

*Para sul do mesmo ribeiro estende-se a zona de sudoeste, com a capela do Calvário e o Hospital Velho...»<sup>90</sup>*

---

<sup>90</sup> GONÇALVES, A. Nogueira - *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Aveiro. Zona do Norte*. Lisboa: Ed. Academia Nacional da Belas Artes, Vol. X., 1981.

Rafael Salinas Calado, por sua vez, acrescentou, em 1981,<sup>91</sup> que «...as ruas, de inúmeras casinhas cobertas da cor e da variedade dos motivos dos seus azulejos, fazem de Ovar um magnífico museu exposto à privilegiada luz da Ria... É uma lição de prazer estético o deixarmos passear pelas praças e ruas da cidade, encharcando os olhos nas mais variadas descobertas, sempre renovadas. Fachadas de cerâmica singelamente enriquecidas pela cor e pelo brilho a que eloquente sabedoria popular conseguiu - à custa de um modesto material - fazer ganhar, através de enfeitiçantes reflexos, uma escala monumental. Também por isso, Ovar é, toda ela, um monumento.»

Assim, pode-se caracterizar o centro histórico de Ovar como:

- um aglomerado urbano resultante do cruzamento de vias de comunicação, cortado pelos terrenos do vale do Rio Caster, sendo os limites periféricos definidos a Norte pelas Cooperativas de Habitação S. Cristóvão e Habitovar, zona escolar e pinhal, a Este pela linha de Caminho-de-Ferro e a Avenida Sá Carneiro, a Sul pelos terrenos ainda lavrados, e a Oeste pelo Hospital e Bombeiros;
- a sua malha urbana, de forma tentacular, estrutura-se ao longo dos eixos, com uma volumetria baixa e contínua, em que as fachadas, em banda, delimitam os percursos ondulados, sem pressupostos de ordem e alinhamento geométricos;
- a sua estrutura urbana prolonga-se por um conjunto de espaços com unidades tipológicas distintas e identidades próprias que podemos definir como “bairros”, que vão sendo absorvidos pela unicidade urbana;
- morfologicamente equilibrado;
- um tecido urbano que apresenta sucessivos espaços públicos;
- o azulejo de “torna-viagem” destaca-se como o elemento estético dominante;
- tem uma identidade cultural de raízes históricas que está na base de formas de expressão e de práticas culturais diferenciadas, com manifestações colectivas de espaços públicos relevantes, sobretudo, procissões Quaresmais e Carnaval;
- o vale do Rio Cáster apresenta-se como o núcleo central e o elo de ligação entre as duas margens, consolidados com a Rua Elias Garcia (séc. XIX), Cine-Teatro e Mercado (1.<sup>a</sup> metade séc. XX) e a Av. Ferreira de Castro (2.<sup>a</sup> metade séc. XX).

---

<sup>91</sup> CALADO, Rafael Salinas, *Ibidem*

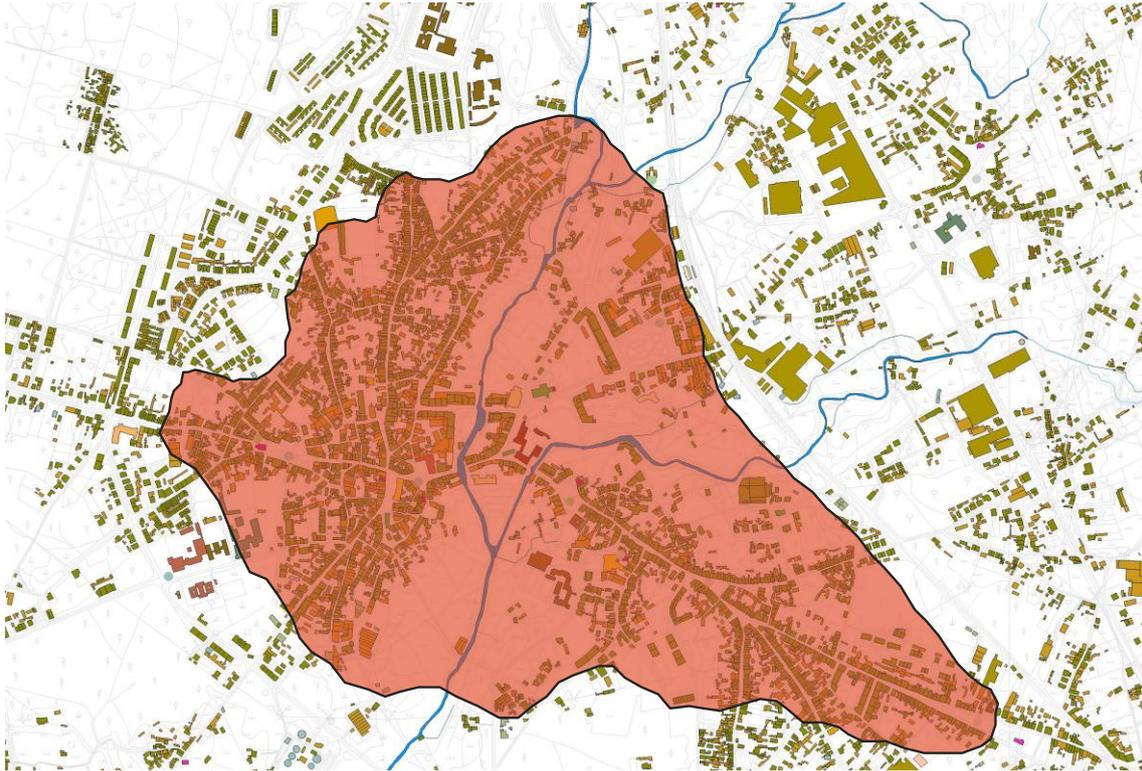


Fig. 82 – Cartografia S.I.G. – C.M.O. com a implantação da proposta para delimitação do centro histórico de Ovar, baseada nos limites do levantamento de 1911. Implantação António França

O centro histórico proposto é uma área da cidade com maior dinamismo do que poderia parecer à primeira vista. Formado por partes que podem contrastar em idade, morfologia, arquitectura e funções é, na actualidade, afectado por processos diferentes que, mais ou menos intensamente, acabam por modificá-lo.

Estando em execução ou em projecto novos acessos a criação de zonas verdes e a implementação de serviços e equipamentos, supomos consensual que dada a inevitabilidade de acertar o passo ao séc. XXI, se relacionem cordialmente com o designado património construído e natural - seja a Igreja Matriz, uma simples casa de fachada azulejada oitocentista, a B.M.O. e o C.A.O., a ponte do Casal, o Rio Cáster, ou o pequeno curso de água da ribeira da luzes - não se perdendo, definitivamente, a alma da velha urbe vareira no turbilhão do fenómeno imobiliário e urbanístico globalizante. As características naturais do espaço onde o centro histórico se implantou condicionaram, em boa medida, a sua evolução. Mas as intervenções religiosas, sociais, económicas e políticas que se foram sucedendo estruturaram, adaptaram e definiram espaços que traduzem a evolução da própria urbe e as formas de cultura que as sustentaram. Cada fase produziu o seu impacto - maior ou menor - por exemplo, no estilo arquitectónico ou no traçado das ruas. Assim, no mesmo centro histórico, o visitante pode identificar zonas com

referências monumentais, com identidade e impacto ou, ao contrário, zonas urbanas sem dimensão ou referência patrimonial.

### **3.2.2. Proposta da missão e programa da Escola de Artes e Ofícios**

A Escola de Artes e Ofícios de Ovar tem como missão preservar memórias do património cultural material e imaterial no concelho de Ovar, potenciando de forma criativa os valores históricos, culturais, sociais e económicos de uma região, através da realização de actividades de formação num compromisso permanente entre o passado, o presente e o futuro. Tem igualmente o dever de criar condições para a inovação tecnológica e o registo de novas memórias, investindo numa política cultural que responda às expectativas da iniciativa privada e que, simultaneamente, constitua uma proposta de modernidade face à heterogeneidade de interesses do público que o visita.

De um modo específico e sistemático, a Escola de Artes e Ofícios de Ovar deverá dar consecução aos seguintes objectivos:

- Implementar e dinamizar uma política cultural que permita articular a preservação da identidade industrial local com a inovação, habitats de experimentação e criatividade.
- Promover e orientar o estudo, o inventário, a salvaguarda, a preservação, a valorização, o ensino e a divulgação do património, com especial destaque para:
  1. “A Fábrica de Papel do Casal”, “Nora e Moinhos”, “Sistema de rede de abastecimento de água oitocentista”, “Ponte do Casal” – imóveis com identidade a potencializar através de acções de valorização do património;
  2. O artesanato e as indústrias do concelho de Ovar;
  3. O azulejo de fachada;
  4. A formação no âmbito das indústrias criativas.
- Promover mecanismos de aproximação entre a C.M.O., as universidades e institutos de formação da região, as escolas, os artesãos e empresários do concelho.
- Responder às necessidades de formação visando a reciclagem e a integração de mercado de trabalho.
- Definir políticas de aquisição, gestão, inventariação, conservação e divulgação dos acervos patrimoniais no âmbito das artes e ofícios.

- Apoiar uma política de investigação científica e editorial, versando temas de História Local e Regional, de acordo com as ditas especificidades temáticas.
- Colaborar com organismos culturais, instituições, fundações e associações, promovendo contactos e a celebração de protocolos.
- Colaborar com as diversas instituições no âmbito da investigação científica, nomeadamente ao nível da classificação, inventariação, conservação do acervo, investigação, formação do pessoal, qualificação dos serviços, produção de eventos e edições.
- Desenvolver uma política de intercâmbio a nível regional, nacional e internacional.
- Desempenhar um papel activo na vida cultural, científica e educacional do concelho e da região, contribuindo para uma consolidação da identidade cultural da comunidade.
- Enriquecer o património do município através da aquisição de objectos de interesse para a História e Arqueologia Industrial, bem como de arquivos familiares e empresariais, de acordo com a política de incorporações a definir.

Pretende-se assim, criar valor acrescentado através da constituição de um centro de recolha e investigação sistemática essencial para o processo de salvaguarda, renovação e valorização das artes e ofícios, e, por outro lado, potenciar a promoção e competição no sector, implementando acções sustentáveis de marketing, desenvolvimento e inovação de produtos, formação e gestão do conhecimento.

A Escola de Arte e Ofícios deverá integrar o A.C.R.A., criado em 2000, tendo como objectivo desenvolver acções e medidas de salvaguarda e preservação do património azulejar do Concelho de Ovar, nomeadamente, promover a investigação no âmbito do uso de materiais e técnicas tradicionais.

O programa funcional do edifício e espaços subjacentes da Escola de Artes e Ofícios deverá assegurar as seguintes valências:

- Interior - serviços/áreas a disponibilizar ao público: hall de entrada e zona de recepção; balcão de atendimento, loja, bengaleiro, wc's, sala de exposição permanente (introdução e contextualização sobre a fábrica e a envolvente; história da indústria no concelho de Ovar); salas de serviços educativos (salas polivalentes, multifacetadas e preparada para o desenvolvimento de todo tipo de actividades educativas e formação de acordo com a missão da escola); sala polivalente (exposições temporárias, auditório, ou seja todo tipo

de eventos adequados às condições físicas do espaço); centro de documentação e zona de cafetaria;

- Exterior - serviços/áreas a disponibilizar ao público; complexo arqueológico constituído por levada, represa, engenho e moinho; sistema de rede de abastecimento de água oitocentista (que integra a Fonte Júlio Dinis; Fonte dos Combatentes e Chafariz Neptuno) e Ponte do Casal;
- Interior - serviços/áreas técnicas: A.C.R.A.; Banco de Azulejo; zona de serviços administrativos e técnicos; WC/Balneários; Zona de recepção de materiais e equipamento e arrumo temporário; monta-cargas/elevador.

O programa de acção e imaterial da Escola de Arte e Ofícios deverá promover o desenvolvimento de um pólo cultural aglutinador no centro histórico de Ovar, através da implementação de um conjunto de instrumentos culturais que visam atrair recursos e agentes e respectivos segmentos de públicos, proporcionando assim a criatividade, o estudo, a concepção e o consumo de novos produtos e serviços ou seja, pretende-se:

- Constituir um cardápio de património cultural e industrial com valor acrescentado interessante para o desenvolvimento sustentável do concelho de Ovar;
- Identificar recursos culturais e industriais endógenos que possam constituir valor acrescentado;
- Atrair públicos diversificados;
- Posicionar o património cultural e industrial na base das actividades do turismo cultural do concelho de Ovar;
- O estudo de meios de divulgação e sinalização especializada;
- Desenvolvimento comercial de produtos e serviços com potencial industrial e turístico;
- Aferir a *capacidade de carga* que o concelho reúne em termos de indústria e identificação dos produtos consistentes a valorizar no âmbito do desenvolvimento sustentável da comunidade cultural;
- Criar produtos e um espaço cultural com identidade e referência sustentável inovador, competitivo e estratégico;
- Criar estratégias de comunicação, comercialização e venda dos produtos e serviços prestado na Escola de Arte e Ofícios;
- Criação de programas de actividades que integram a Escola de Arte e Ofícios e espaços industriais do concelho promovendo visitas guiadas, percursos temáticos, ciclos de

cinema, dança, teatro, congressos, exposições, festas, tradições, recriações históricas, recriação de artes e ofícios em extinção;

- Implementar e dinamizar uma política cultural global que permita à Escola de Artes e Ofícios de Ovar articular a preservação da identidade com a inovação, *habitats* de experimentação e criatividade;
- Promover e orientar o estudo, o inventário, a salvaguarda, a preservação, a valorização, o ensino e a divulgação do património industrial através de uma política de parcerias com as universidades, institutos de formação, escolas, artesãos, empresários e comunidade local.

### **3.2.3. Proposta de programa imaterial do M.J.D. – C.O.**

O M.J.D. – C.O. tem como missão valorizar a passagem de Júlio Dinis por Ovar, com destaque para a influência na sua obra literária, preservação a casa e seu acervo, e salvaguardar e divulgar a herança cultural da comunidade vareira, principalmente referente ao séc. XIX, criando condições museológicas adequadas às especificidades das memórias colectivas, com vista ao contributo para o desenvolvimento cultural da Região.

De um modo específico e sistemático, o programa museológico a implementar na nova estrutura deverá dar consecução aos seguintes objectivos:

- Implementar e dinamizar uma política museológica global que permita ao M.J.D. – C.O. assumir-se como centro activo de divulgação cultural.
- Promover e orientar a salvaguarda, a preservação, a valorização e a divulgação, nomeadamente:
  1. “Casa Vareira” - Imóvel Classificado de Interesse Público;
  2. Acervo (essencialmente peças originais da época);
  3. Fundo documental e Biblioteca- Dinisiana.
  4. Património histórico e cultural da região - de acordo com as especificidades temáticas deste museu.
- Definir uma política de aquisição, gestão, inventariação e conservação da colecção do M.J.D. – C.O.

- Apoiar uma política de investigação científica e editorial, versando temas de História Local e Regional, de acordo com as ditas especificidades temáticas.
- Colaborar com organismos culturais, instituições, fundações e associações, promovendo contactos e a celebração de protocolos.
- Colaborar com as diversas instituições no âmbito da investigação científica e da Museologia, nomeadamente ao nível da classificação, inventariação, conservação do acervo, formação do pessoal, qualificação dos serviços, produção de eventos e edições.
- Promover autonomamente acções de formação nas diferentes áreas da Museologia, Conservação, Património, Literatura, História Local e outras áreas científicas enquadradas na temática do Museu.
- Desenvolver uma política de intercâmbio a nível regional, nacional e, até, internacional.
- Desempenhar um papel activo na vida cultural, científica e educacional do concelho e da região, contribuindo para uma consolidação da identidade cultural da comunidade.

O programa funcional do edifício e espaços subjacentes deverá assim assegurar as seguintes valências:

- Na zona de acesso ao museu deverá integrar um painel informativo com conteúdos introdutórios sobre a história do local, Júlio Dinis, Ovar e missão do projecto.
- Na zona de atendimento e recepção de visitantes, para além do controlo de ingresso de visitantes ao museu, deverá assegurar o acesso dos utilizadores à Biblioteca Dinisiana e Reservas e agregar um espaço de loja para venda de publicações, produtos de “merchandising” e outros produtos adequados ao projecto.
- A “Casa Vareira” composta por cozinha, corredor, despensa, sala, dois quartos secundários, e quarto principal, deverá compreender a exposição permanente de acordo a tripla vertente temática:
  1. Júlio Dinis, a sua passagem por Ovar e pela casa, apontamentos sobre a vida e obra literária do escritor;
  2. A interpretação da “Casa Vareira” com a recriação de alguns espaços com acervo original e da época, nomeadamente, a sala, quarto principal, onde dormiu o escritor e a cozinha, destacando com apontamentos aspectos particulares da construção e vivências quotidianas;

3. O Séc. XIX em Ovar através da apresentação de réplicas de trajos e acervo da época.

- Na sala polivalente deverá ser assegurado uma programação diversificada e objectiva compreendendo exposições temporárias, conferências, acções de formação e ateliers, promovidas pelos serviços de extensão educativa do museu.
- A Biblioteca Dinisiana deverá compreender o fundo documental constituído pela obra, estudos e referências a Júlio Dinis, bem como um centro de documentação especializado sobre a “A Casa Vareira”, arquitectura tradicional, o projecto museu, e história local.
- A cafetaria e zonas de estar exteriores e interiores deverão oferecer espaços de para usufruto e lazer.
- As zonas técnicas deverão assegurar o funcionamento e administração do equipamento cultural bem como uma oficina de conservação, reservas e áreas de apoio logístico.

O acervo do museu é constituído por um conjunto de peças da casa e colecções adquiridas em finais do século XX que abrangem a literatura portuguesa, artes decorativas do séc. XIX e história e etnografia local. As temáticas incidem essencialmente sobre o ambiente social e rural do séc. XIX em Ovar e a casa vareira e a sua orgânica interna, assim como sobre a vida e a obra de Júlio Dinis. O estudo e contextualização do acervo resulta de um conjunto de trabalhos de investigação que inclui a recolha de registos fotográficos, textos publicados sobre o imóvel e a envolvente, testemunhos orais, bem como entrevistas a investigadores dinisianos e historiadores.

A componente museográfica e a política programática do M.J.D. – C.O. deverão ser complementadas pelos registos imateriais e bens imóveis com interesse patrimonial, existentes no centro histórico alvos de processos de reabilitação do P.R.U. em desenvolvimento, onde se destaca a Rua, a Ponte e a Fonte do Casal, também conhecida com Fonte Júlio Dinis.

As acções integradas no programa imaterial do museu deverão incluir os seguintes domínios:

- Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;
- Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;

- Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo;
- Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.

As actividades a desenvolver deverão respeitar as diferentes dimensões e valores patrimoniais dos bens materiais e imateriais, nomeadamente:

- O monumento “Casa”, “Fonte” e “Ponte”, como obras arquitectónicas com elementos com valor do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos urbanos do Largo dos Campos e o lugar do Casal, constituídos por grupos de construções concentradas ou isoladas que, em virtude da sua morfologia, arquitectura, unidade ou integração na paisagem, reúnem traços comuns com identidade, reportando períodos e correntes artísticas, neste caso, o Romantismo e a Revolução Industrial e o séc. XIX, com valor do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
- O futuro parque da cidade integrado no Rio Cáster, como zona natural implantada no miolo do centro histórico de Ovar, constituída por formações físicas e biológicas com valor do ponto de vista estético, que constituem habitat de espécies animais e vegetais com beleza natural.
- A paisagem do lugar do Casal resultado de um processo orgânico que conjugou a acção do homem e da natureza. O ambiente romântico inspirou Júlio Dinis, com a criação da cena da Ponte e as lavadeiras no rio, transcrita no romance “As Pupilas do Sr. Reitor”. No século XXI, a paisagem de cariz rural foi alvo de “urbanização”, reintegrando o espaço natural na cidade, processo intimamente associado ao modo de vida e lazer da comunidade;
- O centro Histórico de Ovar mantém um casco com um traçado singular, que congrega registos intemporais e inalteráveis com identidade que satisfazem critérios de autenticidade, com valor acrescentado, patentes na arquitectura civil, religiosa e pública. Na orgânica da urbe destacam-se os elementos decorativos e os materiais de construção pré-industriais, com relevo para o azulejo de fachada, o ferro fundido e forjado, a cantaria, a telha, a escultura decorativa, entre outros.

A reabertura e programação do museu deverá integrar os agentes públicos e privados e rentabilizar os recursos e produtos disponíveis, de forma a criar valor acrescentado que garanta a formação e fidelização do consumidor e subsequente sustentabilidade do projecto tendo por base a implementação de seguinte programa de acção bianual, com potencial financiamento por fundos comunitários:

- Concepção de site - com o objectivo de divulgar o museu, valorizar a passagem de Júlio Dinis por Ovar, com destaque para a influência na sua obra literária, a preservação da casa e seu acervo e a salvaguarda e divulgação da herança cultural da comunidade vareira, principalmente referente ao séc. XIX, promover exposições, os serviços educativos, a Biblioteca Dinisiana e outros tipos de eventos e acções. Entre inúmeras valências técnicas e pedagógicas, deverá integrar uma página dedicada ao público infanto-juvenil, com linguagem e conteúdos próprios e a integração de um modelo com visita virtual ao museu e às exposições a conceber. Deverá ser criado acesso ao Catálogo gerido pela B.M.O. e acessos ao fundo documental digitalizado da Biblioteca Dinisiana. A informação do site deverá ser em formato bilingue – Português/Inglês – dotado com funcionalidades que vão ao encontro às necessidades dos utilizadores com acessibilidade reduzida. O produto deverá estar *online* aquando da inauguração do M.J.D. – C.O.. A conceber por empresas de especialidade, deverá ser coordenado e promovido pela C. M.O., com o apoio técnico da R.M.O e investigadores Dinisianos. O processo de sistematização e concepção do site deverá decorrer com 9 meses de antecedência em relação à data prevista de inauguração. As acções a desenvolver deverão ser alvo de monitorização direccionada sendo efectuados inquéritos de avaliação junto do fornecedor, promotor e funcionários.
- Exposição temporária “M.J.D. – C.O.: Projecto e Obra” - a inaugurar na reabertura do museu, tem como objectivo retratar o processo de evolução do *Projecto de Reabilitação e Ampliação do M.J.D. – C.O.* identificando as diferentes etapas evolutivas desde o estudo, a concepção, a obra e a implantação das estruturas de sustentação dos Programas Museológico e Museográfico. O evento deverá ser organizado pela C.M.O., com o apoio técnico do gabinete de arquitectura responsável pelo projecto de reabilitação e membros da R.M.O. A exposição deverá estar patente na sala polivalente,

retratando o processo evolutivo da obra através de ilustração de desenhos, fotografias e elementos físicos recolhidos no decurso dos trabalhos. Na Casa Ovarense será dado destaque à orgânica do imóvel reabilitado, revelando pormenores da estrutura, evidenciando as técnicas de construção e materiais usados, bem como a decoração e o equipamento mobiliário que integra a casa. A exposição deverá integrar catálogo, guia analógico e áudio/vídeo, com leitor MP4, tendo como objectivo reforçar os instrumentos de difusão com complemento de informação de pormenor técnico e histórico de forma a suscitar a curiosidade pelo detalhe através da reprodução de vídeos recolhidos no processo de reabilitação. O processo de sistematização e concepção da exposição decorrerá durante as obras de reabilitação. O evento estará patente ao público por um período de 4 meses, onde serão promovidos serviços educativos direccionados para a comunidade escolar com a temática “Casa Típica Vareira”, através do desenvolvimento das seguintes acções: desenho, método construtivo e recriação de vivências. As acções integradas no evento deverão ser alvo de monitorização direccionada (de acordo o público ou actividade desenvolvida) sendo efectuados inquéritos de avaliação junto do público, promotores e funcionários com base em indicadores pré-definidos.

- Roteiro “Ovar Romântico” - o roteiro deverá ter como ponto de partida o *Programa Museográfico* do M.J.D. – C.O. estabelecendo percursos pelo centro histórico, tendo por base o património cultural integrado na temática “Ovar Romântico” com ligação à zona nevrálgica do Lugar do Casal e com passagem obrigatória pela rua, fonte e ponte do Casal destacando-se as seguintes 4 temáticas:
  1. *Júlio Dinis e Ovar* – percurso que pretende recriar a passagem e as vivências do escritor pelo património ovarense, destacando-se as peças com que contactou, os edifícios que visitou, as casas que frequentou e as pessoas com quem se relacionou.
  2. *Património arquitectónico e artístico de influência torna-viagem* - percurso que pretende revelar o traçado urbano oitocentista, destacando registos arquitectónicos e artísticos construídos sob o patrocínio dos torna-viagem evidenciando elementos decorativos pré-industriais, nomeadamente, os gradeamentos em ferro forjado e o azulejo.

3. *Património religioso* - percurso centrado no traçado das procissões quaresmais demarcado pelas Capelas dos Passos, de gosto setecentista, Imóveis Classificados de Interesse Público, que evolui esteticamente para um conjunto de registos do séc. XIX, onde se destacam a fachada da Igreja Matriz e a Casa da Ordem Terceira.
4. *Artes e ofícios* – Percurso que pretende destacar espaços com actividades económicas tradicionais no centro histórico realçando artes e ofícios que perduraram no tempo mantendo características e identidade típicas do universo empresarial Ovarense do séc. XIX, onde se destaca a fotografia, a ourivesaria, a olaria, a moagem e o Pão-de-Ló de Ovar.

Como diz José-Augusto França, «*O romantismo trazia a revelação da paisagem dos “países” e no “país”. A ideal paisagem italiana torna-se nacional, na Inglaterra, o cenário mítico, na Alemanha; em Portugal, ela seria ocasião de pitoresco e de discreto sentimentalismo. O pitoresco era garantido pelos costumes dum país fechado ao progresso, onde ainda então se viajava de liteira, pelos difíceis caminhos do interior.*<sup>92</sup>» A mentalidade romântica revelou a valorização do indivíduo, o gosto pelo distante, pelo inalcançável, pelo fantástico, pelo anormal, pela história e pela natureza como reflexo do estado de alma, e isto será reflectido em todos os domínios artísticos desse período. Júlio Dinis insere-se na fase final deste período e considera-se já um romântico em transição para o realismo. Dai que os 4 percursos deverão destacar as potencialidades da paisagem oitocentista ovarense, realçando as considerações, sentimentos e manifestações do escritor e romancista. Os 4 percursos deverão ser apresentados num evento na 2.<sup>a</sup> semana após a inauguração da exposição temporária “M.J.D. – C.O.: Projecto e Obra”, e ser dinamizados sequencialmente, de 5 em 5 meses. Este projecto tem como objectivo promover percursos enquadrados na temática “Ovar Romântico” que incluem pontos de interesse histórico, cultural e paisagístico, com acções direccionadas para o público em geral. O roteiro deverá ter guias analógicos e guias áudio vídeo (leitor MP4) para cada percurso, com informação em formato bilingue – Português/Inglês - de pormenor técnico e histórico com reprodução de vídeos e imagens e indicação GPS dos itens patrimoniais, divididos em cinco temáticas organizadas na seguinte sequência: 1.Introdução/generalista; 2. Júlio Dinis e Ovar; 3. Património

---

<sup>92</sup> FRANÇA, José-Augusto – *A Arte em Portugal no Século XIX*. Vol. I. Lisboa: Bertrand Editora, 1990. p. 254

arquitectónico e artístico de influência torna-viagem; 4. Património Religioso; 5. Artes e Ofícios. O roteiro deverá ser editado em 5 fascículos, disponibilizados em conjunto ou em separado, complementados por produtos de *merchandising*, nomeadamente, marcadores de livros, postais e mini-Cd promocional, com informação útil, fotos e um pequeno vídeo. Tendo como objectivo a orientação do público e a definição das tipologias dos percursos, deverá ser colocada sinalética na rede viária e nos imóveis a destacar nos roteiros. Os roteiros deverão ser organizados pela C.M.O., com o apoio técnico das instituições integradas na R.M.O. e entidades académicas e especialistas. O processo de sistematização, organização e implementação deverá decorrer com 6 meses de antecedência. Deverão ser desenvolvidas acções de monitorização através da realização de inquéritos de avaliação junto do público, promotores e funcionários.

- Seminário “Construções Tradicionais: identificação e estudo” - o evento deverá decorrer na fase final da exposição temporária “M.J.D. – C.O.: Projecto e Obra”, com o objectivo promover a discussão sobre a problemática relativa ao conceito de “Construção Tradicional” e os métodos de identificação e estudos desenvolvidos pelo universo académico e entidades públicas, com responsabilidade na gestão e identificação dos bens culturais. Acção direccionada para o público em geral, a organizar pela C.M.O., com o apoio técnico de universidades da região e membros da R.M.O.. O seminário deverá decorrer num fim-de-semana na sala polivalente e integrar intervenções de académicos, técnicos de organismos públicos com responsabilidade na gestão do património cultural e especialistas. Na manhã do segundo dia deverá ser proporcionada uma visita guiada tendo como objectivo conhecer exemplares de construção típica, nas várias freguesias do concelho. As comunicações e conclusões deverão ser publicadas na Revista “Dunas Temas & Perspectivas”, editada pela C.M.O.. O processo de sistematização, organização e divulgação do evento deverá decorrer com 6 meses de antecedência. Deverão ser desenvolvidas acções de monitorização através da realização de inquéritos de avaliação junto do público, intervenientes, promotores e funcionários.
- Workshop “Processos de identificação e inventariação de bens culturais - o evento deverá decorrer na Sala Polivalente, após o encerramento da exposição temporária “M.J.D. – C.O.: Projecto e Obra”, tendo como objectivo promover a reunião de grupos

de trabalho interessados em desenvolver processos de identificação e inventariação de bens culturais de acordo com a Lei Base do Património Cultural Português, motivando a discussão e/ou apresentação prática. Acção aberta ao público em geral com duração de 5 dias. Workshop a organizar pela C.M.O., com o apoio técnico de universidades da região e membros da R.M.O. O processo de sistematização, organização e divulgação do evento deverá decorrer com 6 meses de antecedência. Deverão ser desenvolvidas acções de monitorização através da realização de inquéritos de avaliação junto do público, formadores, promotores e funcionários.

- Exposição temporária “Júlio Dinis: Ovar e a sua Obra” - a exposição tem como objectivo retratar a passagem de Júlio Dinis por Ovar, destacando o eventual impacto da sua estadia na construção de algumas personagens da sua obra literária. Em 1863, Júlio Dinis viu-se obrigado a abandonar o concurso para o lugar de demonstrador da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. O seu estado de saúde não lhe permitia prosseguir os seus projectos. A conselho do seu primo Bernardo de Oliveira Ramos, decidiu tentar um período de convalescença em Ovar, ficando hospedado na casa da sua tia, irmã do pai, D. Rosa Zagalo Gomes Coelho. Na época, Júlio Dinis tinha 23 anos e já escrevia regularmente desde 1857 (nessa altura tinha na gaveta o texto de “Uma Família Inglesa”). A viagem do Porto a Ovar foi atribulada, tendo sido registada a experiência num trecho da obra “As Pupilas do Sr. Reitor”. Nos quatro meses que passou em Ovar teve tempo para tudo. Tempo para se aborrecer, como confidenciou, em 11 de Maio, em carta ao seu amigo Custódio Passos: *«tenho ainda por aqui as minhas horas do célebre incómodo nervoso (...) nesses momentos sinto vontade de retroceder para o Porto, tão aborrecido me vejo com todos e com tudo»*; e tempo para viver, observar e descrever os caracteres de uma sociedade rural que, pouco a pouco, o foi, cada vez mais, interessando. Na tranquilidade da casa da tia, onde se recolhia com o pretexto do repouso necessário a um convalescente, Júlio Dinis «transformou» em literatura toda a sua experiência de vida. Em Ovar, inspirou-se para o romance “As Pupilas do Senhor Reitor” e o conto “O Canto da Sereia”, redigiu cartas e poemas, esboçou “A Morgadinha dos Canaviais”. Júlio Dinis, pseudónimo literário de Joaquim Guilherme Gomes Coelho, integra, inegavelmente, a galeria dos grandes autores clássicos da literatura portuguesa. Apesar da morte precoce (1839-1871) a sua vasta obra abarca campos tão

diversificados como a poesia, o teatro ou o romance. Foi, aliás, através deste último, que se celebrou porque, como escreveu o Prof. Egas Moniz, Júlio Dinis retrata «...*cenar da nossa terra e da nossa casa que fazem parte integrante do nosso ser!... É, portanto, uma obra que não envelhece*». A exposição deverá decorrer após um mês do encerramento da exposição temporária “M.J.D. – C.O.: Projecto e Obra”, será organizada pela Câmara Municipal de Ovar, com o apoio técnico de investigadores Dinisianos. Na Casa Ovarense deverá ser dado destaque ao espólio original proveniente do recheio oitocentista da casa, manuscritos, 1<sup>as</sup> edições autografadas e objectos pessoais do escritor, familiares ou ovarenses que conviveram com o romancista. A exposição deverá integrar catálogo, guia analógico e guia áudio/vídeo, com leitor MP4, tendo como objectivo reforçar os instrumentos de difusão com complemento de informação de pormenor técnico e histórico de forma a suscitar a curiosidade pelo detalhe através da reprodução de vídeos recolhidos no processo de reabilitação. O processo de sistematização e concepção da exposição deverá decorrer durante as obras de reabilitação. O evento deverá estar patente ao público por um período de 9 meses, onde serão promovidos serviços educativos direccionados para público escolar com as temáticas “Júlio Dinis e Ovar” e “Júlio Dinis e a Obra” através do desenvolvimento da escrita, leitura, desenho e a recriação das vivências da casa. As acções integradas no evento serão alvo de monitorização direccionada (cfr. publico ou actividade desenvolvida) sendo efectuados inquéritos de avaliação junto do público, promotores e funcionários.

- Seminário “Júlio Dinis: Ovar e a sua Obra” - o evento deverá decorrer no 1 mês após a inauguração da exposição temporária “Júlio Dinis: Ovar e a sua Obra”, tendo como objectivo promover a discussão sobre o curto período de passagem de Júlio Dinis por Ovar e a influência na sua produção literária, bem como a dimensão da obra do escritor no contexto nacional, através da apresentação de comunicações de académicos e Dinisianos. Acção direccionada para o público em geral. Seminário a organizar pela C.M.O. com o apoio técnico das universidades da região. O seminário deverá decorrer em 2 dias (quinta e sexta-feira), a desenvolver na Sala Polivalente. O processo de sistematização, organização e divulgação do evento deverá decorrer com 6 meses de antecedência. Deverão ser desenvolvidas acções de monitorização com a realização de inquéritos de avaliação junto do público, intervenientes, promotores e funcionários.

- Recriação Histórica “Júlio Dinis em Ovar” - o evento deverá decorrer num Domingo à tarde, após a inauguração da exposição temporária “Júlio Dinis: Ovar e a sua Obra” e tem como objectivo encenar a recriação da estadia do romancista em Ovar, através da participação das associações e da comunidade local. Recriação Histórica a organizar pela C.M.O., com o apoio técnico dos grupos de teatro, membros da R.M.O. e grupos etnográficos do concelho de Ovar. A recriação deverá ter como palco principal o Largo dos Campos e a Casa Ovarense, sendo retratada a chegada do escritor à Vila, as vivências e ambiente urbano oitocentista, conjugando algumas cenas da obra “As Pupilas do Sr. Reitor”. O processo de sistematização, organização e divulgação do evento deverá decorrer com 6 meses de antecedência. Deverão ser desenvolvidas acções de monitorização através da realização de inquéritos de avaliação junto do público, intervenientes, promotores e funcionários.
- Recriação Histórica “As Pupilas do Sr. Reitor” - o evento deverá decorrer num Domingo à tarde, 5 meses após a inauguração da exposição temporária “Júlio Dinis: Ovar e a sua Obra”. A recriação tem como objectivo a reprodução de cantares e costumes dos populares que o Júlio Dinis presenciava e escutava do alto do banco de pedra da Ponte do Casal e a interpretação do trecho do romance *As Pupilas do Senhor Reitor* referente a cena de diálogo, em poesia, junto a uma ponte (Ponte do Casal), entre Pedro e Clara (ambas de sabor tipicamente ovarense). Recriação Histórica a organizar pela C.M.O., com o apoio técnico dos grupos de teatro, membros da R.M.O. e grupos etnográficos do concelho. A acção deverá ter como palco principal o Lugar do Casal, com destaques na Rua da Fonte e na Ponte do Casal, com a apresentação de cenas da obra “As Pupilas do Sr. Reitor”, as vivências e ambiente urbano oitocentista, conjugando a presença constante da figura de Júlio Dinis. O processo de sistematização, organização e divulgação do evento deverá decorrer com 6 meses de antecedência. Deverão ser desenvolvidas acções de monitorização com a realização de inquéritos de avaliação junto do público, intervenientes, promotores e funcionários.
- Registo, recolha e investigação: “Ovar no séc. XIX” - a acção polinucleada, visa identificar registos, recolha e estudo de bens culturais patentes no concelho de Ovar e

enriquecer os fundos documentais da B.M.O. e Biblioteca Dinisiana e, por outro lado, promover a exposição “Ovar no séc. XIX” a conceber no museu. Projecto a organizar pela C.M.O. com o apoio técnico das universidades da região, membros da R.M.O., escolas do concelho e Rede de Bibliotecas de Ovar. O processo de sistematização, organização e divulgação do evento deverá decorrer por um período mínimo de 6 meses.

- Exposição temporária “Ovar no séc. XIX” - a exposição tem como objectivo identificar e promover a diversidade de bens culturais de origem oitocentista que subsistem no concelho de Ovar, resultado de trabalhos de registo e investigação desenvolvidos pelas escolas do concelho (fotografias, desenhos e vídeos contextualizadas com bibliografia e documentação da época). O evento deverá decorrer após 6 meses da abertura da exposição temporária “Júlio Dinis: Ovar e a sua Obra”, na Sala Polivalente. A exposição deverá integrar catálogo, guia analógico e guia áudio/vídeo, com leitor MP4, tendo como objectivo reforçar os instrumentos de difusão com complemento de informação de pormenor técnico e histórico. O evento deverá estar patente ao público por um período de 6 meses, onde deverão ser promovidos serviços educativos direccionados para o público escolar com o tema “Um dia em Ovar, em 1863” através do desempenho da técnica da escrita, o desenho e a recriação de vivências da época. As acções integradas no evento deverão ser alvo de monitorização de acordo o público e actividade desenvolvida, através de inquéritos de avaliação.
- Exposição temporária “Júlio Dinis e a Gastronomia” - a exposição tem como objectivo retratar a gastronomia patente na obra de Júlio Dinis, recriando o processo de confecção e a identificação dos alimentos. O evento deverá decorrer após o encerramento da exposição temporária “Ovar no séc. XIX” sob a organização da C.M.O. e apoio técnico dos membros da R.M.O., Confraria Gastronómica do Concelho de Ovar e grupos etnográficos do concelho. Na Sala Polivalente deverão estar patentes painéis constituídos por fotografias, desenhos e vídeos de recolhas, contextualizadas com bibliografia e documentação da época. A exposição deverá integrar catálogo, guia analógico e guia áudio/vídeo, com leitor MP4, tendo como objectivo reforçar os instrumentos de difusão com complemento de informação de pormenor técnico e

histórico. O evento deverá estar patente ao público por um período de 6 meses, com serviços educativos direccionados para público escolar “Vamos aprender a cozinhar”. As acções integradas no evento deverão ser alvo de monitorização direccionada (cfr. publico ou actividade desenvolvida).

- Seminário “A gastronomia do Séc. XIX” - evento a desenvolver na Sala Polivalente, aquando da exposição temporária “Júlio Dinis e a Gastronomia”. Tem como objectivo promover a discussão sobre a dimensão e complexidade da gastronomia oitocentista, a importância da identificação de receitas, produtos e métodos de confecção. Acção direccionada para o público em geral, a organizar pela C.M.O., com o apoio técnico de universidades da região, membros da R.M.O., Confraria Gastronómica do Concelho de Ovar e grupos etnográficos do concelho. O programa deverá decorrer em 2 dias (sexta-feira e sábado), a desenvolver na Sala Polivalente e integrar intervenções de académicos, técnicos de organismos públicos com responsabilidade na gestão do património cultural e especialistas com trabalhos desenvolvidos na área. O processo de sistematização, organização e divulgação do evento deverá decorrer com 6 meses de antecedência. Deverão ser desenvolvidas acções de monitorização com a realização de inquéritos de avaliação junto do público, intervenientes, promotores e funcionários.
- Workshop “Como identificar e registar uma receita tradicional” - o evento deverá decorrer após o encerramento da exposição temporária “Júlio Dinis e a Gastronomia”, na Sala Polivalente e tem como objectivo promover a reunião de grupos de trabalho interessados em desenvolver processos de identificação e inventariação do património gastronómico de acordo a Lei Base do Património Cultural Português, promovendo a discussão e/ou apresentação prática. Acção direccionada para o público em geral com duração de 5 dias. Workshop a organizar pela Câmara Municipal de Ovar, com apoio técnico de universidades da região membros da R.M.O., Confraria Gastronómica do Concelho de Ovar e grupos etnográficos do concelho. O processo de sistematização, organização e divulgação do evento deverá decorrer com 6 meses de antecedência. Deverão ser desenvolvidas acções de monitorização com a realização de inquéritos de avaliação junto do público, formadores, promotores e funcionários.

### **3.2.4. Proposta de desenvolvimento e implementação de projecto de promoção turística no concelho de Ovar**

O turismo é uma área com potencial económico de extrema importância para Ovar, deverá assumir um papel estratégico para o desenvolvimento sustentável do concelho. Para criar e consolidar uma indústria turística no concelho de Ovar é necessário implementar um conjunto de políticas económicas, sociais e culturais, a médio e longo prazo, nomeadamente:

- Identificar e envolver os *stakeholders*;
- Identificar recursos e serviços com valor acrescentado, disponíveis nas freguesias do concelho de Ovar;
- Promover a avaliação, reestruturação, qualificação e rentabilização dos meios existentes;
- Implementar mecanismos de promoção e divulgação;
- Promover práticas e meios de monitorização;

Em suma, há que identificar, potencializar e avaliar diversos recursos económicos e culturais essenciais para a estruturação e qualificação turística no concelho de Ovar, convergindo para uma possível e desejável avaliação da oferta e procura turística de modo a ser possível constituir, definir e ajustar circuitos culturais temáticos a desenvolver no concelho e na região.

O concelho de Ovar reúne argumentos estratégicos e atributos patrimoniais e culturais, numa região cada vez mais talhada como destino turístico de qualidade devendo constituir-se recursos de qualidade e gerar-se um conjunto de produtos turísticos sustentáveis, com impacto em três vectores:

- o social, porque pode garantir às populações a melhoria da qualidade de vida;
- o económico, ao surgir como alternativa e resposta a problemas económicos locais e regionais;
- o territorial, porque pode contribuir para compensar ou atenuar desequilíbrios regionais, afirmando-se como uma indústria com papel decisivo no processo de atenuar assimetrias, na medida em que os efeitos económicos e sociais do turismo, verificados numa determinada região, se repercutem no seu todo nacional.

No processo de desenvolvimento turístico no concelho de Ovar deverá ser garantida a criação ou o reforço das condições básicas ao nível das infra-estruturas, bem como proporcionar-se o equilíbrio ecológico, o financiamento dos projectos e a comercialização dos produtos minimizando os riscos que poderão estar associados a esta indústria. A valorização e o

fortalecimento do turismo local pode implicar a salvaguarda do património histórico, através da preservação e rentabilização dos monumentos e o enriquecimento dos valores tradicionais, desde a arquitectura regional ao folclore, passando pela gastronomia e pela defesa dos recursos naturais.

O turismo no concelho de Ovar poderá, de forma eficaz, gerar riqueza e garantir a rentabilidade dos seus recursos se for acautelada a sustentabilidade como o somatório de pequenas partes de um corpo, que na sua diferenciação deverá assumir os valores endógenos de um povo, de uma região e de uma cultura.

No contexto de desenvolvimento turístico do concelho de Ovar, o eixo Porto/Ovar/Aveiro mantém a ligação à identidade cultural e patrimonial na região com potencialidades futuras para afirmar-se Ovar como um destino de eleição. O eixo Porto/Ovar /Aveiro poderá surgir como complemento estratégico ao eixo Porto/Douro e estabelecer ligações às rotas Aveiro/Bairrada ou Aveiro/Dão e estar associado a uma oferta diferenciada e de qualidade para a captação de múltiplos segmentos de correntes turísticas interessadas na cultura, património, gastronomia e ambiente da região em causa.

A identificação exaustiva dos recursos, produtos e serviços e a análise rigorosa dos agentes do sector turístico existente no concelho de Ovar manifesta-se indispensável para que, de uma forma mais detalhada, possa haver consciência das potencialidades e ameaças, dirigir-se os investimentos aos recursos com valor acrescentado, contribuindo de forma significativa para a “atractividade” dos locais, nomeadamente:

- Os acessos - localização estratégica do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, os acessos rodoviários a Norte, via Galiza/Minho A28 e A3, a Sul, A1 e A29, a Nascente a A4 e A5, a linha ferroviária e o porto marítimo de Leixões - condições de acessibilidade externa e interna à região em causa que facultam vários modos de comunicação com o Concelho de Ovar. Globalmente, a localização relativa do eixo Porto-Ovar-Aveiro revela algumas desvantagens decorrentes da pressão do crescimento urbano e industrial da região.
- O alojamento - distribuição espacial da oferta no concelho, tipo de oferta de alojamento existente, tipo de serviços prestados nas unidades, bem como as características do tipo do alojamento existente, para que melhor se possa avaliar, quantitativamente e qualitativamente, a oferta, para que, após a análise, seja possível avaliar os serviços que têm por objectivo satisfazer os clientes, cada vez mais exigentes. O serviço prestado nos empreendimentos turísticos tem uma influência directa sobre o resultado final da

experiência de viagem dos turistas, que marca a memória daqueles que visitam o Concelho.

- A restauração - Em termos de restauração e gastronomia, o concelho, e em especial o centro histórico da cidade de Ovar, detém uma relativa variedade de estabelecimentos de restauração e de produtos, sendo uma das mais expressivas manifestações da cultura vareira. As tradições gastronómicas do concelho de Ovar estão fortemente ligadas às duas ancestrais actividades económicas do concelho, a pesca e a agricultura que, desde sempre, possibilitaram, apesar das dificuldades, a presença de peixe, carne e produtos hortícolas na mesa das suas famílias. As contrariedades sentidas nas classes menos abastadas acabaram por se tornar um verdadeiro desafio na hora da confecção das refeições e desse exercício de imaginação nasceram receitas que hoje são verdadeiras iguarias. O Pão-de-Ló de Ovar é a mais afamada doçaria owarensis, confeccionada à base de ovos, açúcar e farinha de trigo. Sob a forma de uma broa com uma saborosíssima côdea acastanhada, é extraordinariamente húmido e fofo, apresentando-se num invólucro de papel branco por vezes, ligeiramente crestado pela temperatura do forno. Actualmente, sendo apreciado ao longo de todo o ano, o Pão-de-Ló de Ovar ganha protagonismo, sobretudo, no Natal e na Páscoa, quando a procura é superior à oferta. Dos pratos confeccionados com enguias são afamadas as caldeiradas, sopas e ensopados, confeccionadas segundo as antigas receitas dos homens do mar e da Ria, servidos, sobretudo, nos restaurantes e tasquinhas do litoral. Outros pratos típicos são os rojões à lavrador, o bife à tanoeiro e a caldeirada de peixe.
- O entretenimento nocturno - O concelho possui ao dispor dos turistas espaços onde podem terminar o seu fim de dia ou mesmo entrar pela noite dentro de uma forma divertida e descontraída, destacando-se as zonas de bares e discotecas das praias de Esmoriz, Cortegaça e Ovar, bem como do centro histórico da cidade de Ovar, nomeadamente, no eixo Praça da República, “Praça das Galinhas” e Tribunal, com uma oferta de espaços públicos diversos.
- Espaços de recreio, lazer e monumentos – existem vários tipos de espaços para o desenvolvimento de actividades de lazer desde a prática de desporto, aos piqueniques, passando pela leitura ou viagens de barco. A título de exemplo:

1. As esplanadas e cafés em zonas emblemáticas das zonas costeiras, Ria de Aveiro e centro histórico da cidade de Ovar têm servido de ponto de encontro e tertúlia para várias gerações;
2. As ecopistas ligando a floresta, as avenidas, o centro histórico de Ovar, as margens da Ria e as praias;
3. A Ria de Ovar que oferece vários pontos de acostagem e espaços para a prática de desportos náuticos e passeios de barco destacando-se a N.A.D.O. na Marina do Carregal, em Ovar e a CENÁRIO, no Cais do Puchadouro, em Válega;
4. Os parques e jardins públicos onde de destacam o parque de merendas de Nossa Senhora de Entráguas, em Válega, o parque de merendas Pedras de Cima, em Arada e Maceda, o parque de merendas de Guilhovai, em S. João de Ovar, o parque de merendas do Buçaquinho, em Cortegaça e Esmoriz, o parque do Carregal em Ovar, e o futuro parque urbano do centro histórico da cidade de Ovar, em construção;
5. Os equipamentos para a prática de desporto que inclui modernos pavilhões gimnodesportivos, centros náuticos de canoagem, pista de kart e piscinas;
6. Cerca de 15 Km de costa e extensas áreas de floresta que atravessam a totalidade do concelho, que constituem os três principais recursos naturais turísticos e não sazonais – o Sol, a Costa e a Ria;
7. O centro histórico de Ovar, constituído por núcleos consistentes com predominância da influência torna-viagem, sendo a malha polvilhada por exemplares de casas abastadas setecentistas com requinte estético e por um excelente conjunto de imóveis religiosos onde se destacam as Capelas dos Passos Classificadas de Interesse Público;
8. O núcleo de palheiros de Esmoriz e Cortegaça que reúne estruturas de madeira, construídas de forma palafítica, assente sobre moirões, que caracterizam os núcleos piscatórios do concelho.

As novas tendências do turismo têm proporcionado nalguns nichos económicos o desenvolvimento sustentável das comunidades, através da introdução de instrumentos que promovem a competitividade entre os agentes, produtos e serviços autóctones. Os recursos turísticos territoriais devem ser avaliados com base nos índices de preferência das pessoas que visitam os locais.

No concelho de Ovar existe um interessante património cultural que poderá complementar e/ou alavancar recursos existentes na região, como por exemplo:

- As caves do Vinho do Porto de Vila Nova de Gaia podem ser contextualizadas em termos de discurso histórico com as tanoarias de Esmoriz, promovendo em ambos espaços provas com o Pão-de-ló de Ovar; a afirmação do percurso viário e ecopista entre Gaia e S. Jacinto que integra o mar, floresta e Ria;
- Os centros históricos do Porto, Ovar e Aveiro são repositórios de exemplares arquitectónicos singulares com azulejaria de fachada e, por outro lado, zonas de produção de cerâmica, azulejo e louça;
- O eixo Arouca, Feira e Ovar - a comunicação entre a serra ao mar - onde se destacam importantes recursos turísticos como o Mosteiro de Arouca, a Serra da Freita, o Castelo da Feira, a Ria e a costa vareira.

Deverá ser promovido de forma sistemática, o estudo da procura turística no concelho de Ovar, para se aferir a atractividade do território e a sua capacidade de satisfazer as necessidades, desejos e motivações dos turistas, levando-os a permanecer e regressar um dia. Os resultados a recolher e apurar constituem importantes indicadores para uma eventual aposta na indústria turística a promover pelos sectores público e privado, bem como para reformular e direccionar produtos e qualificar a prestação de serviços. A capacidade de resposta às exigências da procura, implica conhecer os comportamentos e vontades dos turistas, aferir os produtos e serviços tangíveis e intangíveis, que proporcionam satisfação e resposta às expectativas e motivações.

Através de uma análise SWOT realizada pelo Serviço de Património Histórico Museus e Turismo da Câmara Municipal de Ovar, em finais de 2010, foi possível recolher informações positivas e negativas sobre o concelho, essencial para o desenvolvimento de propostas concretas para combater algumas debilidades, entretanto detectadas, nomeadamente:

- Como pontos fortes - ao nível das oportunidades, a indústria turística do concelho dispõe de uma excelente localização territorial, bons acessos rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos, integrados num eficiente sistema de transporte público; Ovar encontra-se estrategicamente localizado na rota de importantes pólos turísticos ibéricos, nomeadamente, a Galiza, Braga, Guimarães, Porto, Douro, Aveiro e Viseu, podendo este território surgir com alguma complementaridade na promoção e captação dos fluxos de visitantes e turistas; existe mão-de-obra jovem disponível o que pode possibilitar uma

melhor e mais rápida qualificação profissional; ocorrem investimentos públicos em equipamentos e requalificação de espaços públicos, assim como recursos turísticos de qualidade e identidade desenvolvidos e promovidos pela iniciativa privada; a oferta de espaços de lazer, estabelecimentos de animação nocturna e equipamentos culturais funciona todo o ano; constata-se uma aposta estratégica na criação de percursos pedestres e ciclovias e a valorização de aspectos relacionados com a natureza.

- Como pontos fracos - verifica-se que os concelhos limítrofes do Grande Porto e Aveiro são, na maioria das vezes, destinos turísticos de passagem; constata-se uma fraca qualificação dos recursos humanos nos vários sectores de actividade, incluindo o do turismo; verificam-se algumas agressões paisagísticas; regista-se falta de informação adequada para o mercado turístico sobre a oferta existente; carências na promoção e informação integrada turística na região, especialmente de material promocional especializado, bem como a falta de indicação viária e sinalização dos pontos de interesse turístico ou acessos móveis de informação; pouca profissionalização no atendimento nos postos de turismo; carência de informação especializada nos monumentos e pontos de interesse turístico; horários incompatíveis; desconhecimento de boas práticas pelos agentes e promotores; défice de documentos em língua estrangeira e baixa qualidade de informação.
- Como principais virtudes - verifica-se no concelho de Ovar diversidade e qualidade de recursos naturais e culturais, nomeadamente, monumentos, museologia, arte, artesanato, gastronomia, rias, praias e floresta; o concelho reúne boas acessibilidades e sistemas de transportes públicos; os concelhos vizinhos (Porto, Gaia, Santa Maria da Feira, Aveiro) registam de taxas de ocupação hoteleira e fluxos turísticos em constante crescimento; a zona costeira garante enormes fluxos de visitantes todo o ano.
- Como principais ameaças verificando-se nos últimos dois anos um aumento significativo do número de visitantes, poderá vir este exceder a deficiente capacidade de resposta do concelho de Ovar; a procura é cada vez mais exigente, relativamente a alternativas de animação, qualidade dos serviços, qualidade da informação, tornando-se imperativo a qualificação da oferta; a possibilidade da rota “Ovar” ser preterida a favor de outros produtos turísticos existentes na mesma região com uma oferta de maior qualidade e programas consistentes.

Assim, propõe-se a implementação de acções que tenham como objectivo desenvolver e promover o turismo em Ovar, reunindo as sinergias locais, nomeadamente, a C.M.O. e outros agentes públicos e privados, visando a criação de produtos e serviços consistentes e sustentáveis, integrados num programa de promoção turística, com relevo para o turismo cultural e natural, tendo como ponto de partida o centro histórico da cidade de Ovar, e com base na seguinte metodologia:

- Sistematização de informação de interesse turístico;
- Identificação e caracterização de recursos e agendas com valor turístico acrescentado no concelho de Ovar;
- Definição e estabelecimento de canais de comunicação entre *stakeholders*, em especial os agentes turísticos e as instituições públicas e privadas com papel de decisão e gestão no concelho e região;
- Definição de estratégias de marketing turístico e subsequente integração e criação de produtos turísticos de âmbito local e regional;
- Criação da imagem “Ovar”, assente na identidade e dimensão cultural do concelho, nomeadamente: Azulejo e Água, Natureza (Ria, Praia, Floresta), Arquitectura (Azulejo, Barroco, Centro Histórico), Tradições (Carnaval, Semana Santa, Festas do Mar, Pão-de-ló de Ovar, Artes e Ofícios);
- Reestruturação e/ou criação e subsequente dinamização e consolidação dos programas funcionais dos Postos de Atendimento Turístico do Concelho: desenvolvimento de mecanismos de comunicação e promoção turística concelhia através da interligação das estruturas locais e o site do Turismo de Portugal; criação de guias, roteiros e mapas de orientação (concelho, freguesias e centro histórico de Ovar) turísticos ajustados a diferentes tipologias de públicos-alvo; sinalização turística viária, imóvel, sítio e serviço, referente a monumentos, hotéis, zonas de lazer, recreio e outros pontos de interesse do concelho e região;
- Planeamento e criação de percursos temáticos e trajectos de aventura e lazer temáticos integrando e indicando serviços específicos;
- Promoção e criação de uma “Associação de Turismo de Ovar”, junto dos *stakeholders* essenciais para o desenvolvimento do turismo no concelho;
- Identificação, reestruturação e apoio à implementação de estruturas sólidas que visem a gestão e monitorização dos produtos e pacotes turísticos locais, nomeadamente:

património natural (“Ovar Natureza”, “Ovar Radical”, “Birdwatching em Ovar”), património cultural (“Ovar Cultural”, “Recantos de Ovar”) , património natural e cultural (“Ovar Escolas”, “Ovar em Família”, “Ovar a Dois”, “Ovar Gastronómico”), comemorações anuais (“Festas do Mar”, “Carnaval”, “Semana Santa”, “Cantar os Reis”, “Regata da Ria de Ovar”, “Surf Nigth Cortegaça”) roteiros (“Roteiro do Azulejo”, “Roteiro Centro Histórico de Ovar”, “Roteiro do Maneirismo ao Barroco”, “Roteiro dos Passos”, “Roteiro Gastronómico”, “Roteiro da Indústria”, “Roteiro dos escritores Júlio Dinis e Florbela Espanca”, “Roteiro de Arte Sacra”),

- Optimizar as ferramentas existentes de divulgação (sites, guias, roteiros, sinalização, placards informativos) e meios de promoção (feiras, eventos, encontros, congressos, mostras);
- Inventariação, investigação, valorização e divulgação do património cultural material e imaterial com potencial turístico;
- Promoção de acções de formação e sensibilização na área do turismo junto dos *stakeholders*;
- Criação, reestruturação, dinamização e promoção de eventos de animação turística;
- Definição de mecanismos e estruturas de monitorização a implementar por entidades públicas e privadas;
- Avaliação e adequação contínua do material de promoção turística;
- Promoção a participação dos agentes em feiras, congressos e acções de promoção turística;
- Promoção a difusão de pacotes turísticos locais junto de agências e grossistas;
- Promoção a avaliação contínua e comunicação de resultados das acções de monitorização desenvolvidas juntos dos *stakeholders*, recursos e produtos turísticos;
- Angariação de apoios e incentivos financeiros comunitários no âmbito do Turismo e Promoção de Património Cultural;
- Reforço do papel da Câmara Municipal de Ovar nas acções de orientação, coordenação e promoção Turística do Concelho de Ovar;

Pode-se concluir que o concelho de Ovar, em especial o seu centro histórico, por acumulação das frentes de mar e Ria, reúne um conjunto de recursos e agentes com valor acrescentado, essenciais para promover o desenvolvimento da actividade turística na região. O eixo Porto/Ovar/Aveiro congrega recursos turísticos diversificados que necessitam de ser

agregados a políticas de gestão estratégica de desenvolvimento económico local sustentado. A criação do produto “OVAR” pode proporcionar a protecção e valorização do património local, o desenvolvimento económico e social dos habitantes, a melhoria da qualidade de vida, o controlo de fluxos de visitantes e a melhoria da qualidade da oferta e de infraestruturas de apoio ao turismo. Será fundamental a avaliação constante dos elementos que integram “Ovar” de forma a garantir melhor oferta e a adequação dos recursos no planeamento e ordenamento do território.

A implementação de uma política integrada na área do turismo implica disponibilizar informação o mais completa e eficiente possível acerca da região, de forma a ir ao encontro de uma procura selectiva e exigente do visitante. Esta informação passa por uma estratégia de marketing e promoção turística, a qual é feita através de material informativo que deverá visar os equipamentos de apoio que existem.

Numa óptica de cumprimento destes objectivos e de uma melhor organização do produto “OVAR”, será importante que todos os agentes e promotores do concelho de Ovar proponham actuações estratégicas, para que seja possível articular os actores locais e regionais, públicos e privados, conseguindo os investimentos necessários e atingir a dinamização e desenvolvimento pretendido da actividade turística.

### **3.3. Sistemas de monitorização**

A prossecução deste projecto deverá obrigar ao estudo e apresentação de propostas de mecanismos de monitorização a implementar nas acções a desenvolver garantindo assim o acompanhamento constante, o apuramento do cumprimento dos objectivos e a continuidade de uma adequada qualidade.

O sistema de recolha e registo de dados turísticos deverá permitir o acompanhamento e controlo do processo de intervenção em curso, de forma continuada e, por outro lado, identificar eventuais desvios face ao que foi previsto num momento inicial, bem como o seu impacto nos resultados esperados e os factores críticos para a concretização das acções planeadas.<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> MOTA, Isabel Almeida; SÁ, Mário Pinto Jorge Vasconcelos e; MARQUES, Viriato Soromenho; RIBEIRO, José Félix – *Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável – 2005-2015*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, 2005, pp. 126-128.

Assim, o processo de monitorização deverá ser autonomizado, acompanhando todos os procedimentos desenvolvidos, independentemente da complexidade do sistema e da dimensão espacial e ser multifacetado, ou seja, acautelar a interligação e participação dos vários sistemas públicos e privados através dos meios técnicos e humanos.

Os instrumentos de monitorização deverão acompanhar e fiscalizar todas as acções de intervenção no meio bem como a gestão dos recursos e as capacidades e competências com valor estratégico. Daí que seja fundamental a identificação de indicadores sociais e de progresso, de fácil interpretação e manuseamento.

As acções a concretizar neste domínio procurarão contribuir para a conciliação dos objectivos de coesão e de competitividade, nomeadamente:

- Identificar e minimizar as assimetrias entre as freguesias do concelho;
- Quantificar e valorizar a diversidade, legitimando a transparência dos processos, através da análise dos impactos das políticas, planos e programas;
- Fornecer informações que suportem futuras decisões estratégicas, identificando “efeitos perversos” ou factores de vulnerabilidade;

A qualidade da informação é considerado o elemento essencial num sistema de monitorização, pelo que a actualidade e fidedignidade desta, assim como a utilização de indicadores adequados de progresso, são factores essenciais para o êxito deste tipo de instrumento.

Os recursos humanos, que deverão ser interdisciplinares, deverão proceder de forma sistemática no processo de recolha e tratamento da informação considerada relevante. No que respeita aos meios técnicos, a utilização de ferramentas sofisticadas e poderosas, como o SIG (Sistema de Informação Geográfica), constituirão sempre um meio facilitador de acção/intervenção. No entanto, a utilização de qualquer outro dispositivo de gestão da informação poderá ser suficiente para fazer a gestão da base de dados<sup>94</sup>.

Podem constituir resultados da monitorização relatórios de estado da situação do projecto; listagens das acções tomadas e a tomar em função dos respectivos resultados; actualizações do plano e cronograma iniciais, como reflexo do progresso entretanto verificado; orçamentação/custos reais e previstos das medidas adoptadas.

---

<sup>94</sup> Ver GONÇALVES, Luísa; ROQUE, Isabel; SARAIVA, Sandra – *Desenvolvimento de Aplicações SIG de Âmbito Municipal*. Leiria: Instituto Politécnico, 2003.

O processo de monitorização deverá integrar a seguinte estrutura:

- Recolha, tratamento e disponibilização da informação - planeamento e organização produção de indicadores estatísticos:
  - a) Sistematização da informação: criação de uma base de dados com informação entendida da relevante;
  - b) Estruturação e planeamento: quantificação das metas globais e seu escalonamento no tempo;
  - c) Definição de indicadores estatísticos.
  
- Transformação da informação em instrumentos de acção - gestão de projectos e de processos e monitorização e avaliação de sistemas:
  - a) Identificação das acções e respectivos mecanismos por objectivo, escalonadas no tempo;
  - b) Definição das medidas a adoptar e impactos esperados - globais e para cada momento;
  - c) Desencadeamento de acções e mecanismos de correcção, quando e se necessários;
  - d) Eventual reformulação de objectivos perante desvios significativos que comprometam resultados.
  
- Avaliação de resultados - análise crítica e auto-avaliação:
  - a) Relatório das acções, resultados e impactos;
  - b) Comparação (por fase) dos resultados esperados e atingidos;
  - c) Identificação dos factores críticos de sucesso.

A monitorização permite acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento do projecto de forma continuada, através de apresentação de relatórios e apresentação da documentação produzida, tendo como objectivo identificar eventuais desvios face ao que foi previsto num momento inicial, o seu impacto nos resultados esperados e os factores críticos para a concretização das acções, permitindo efectuar os ajustes necessários.

## **Considerações finais**

Através da recolha bibliográfica e documental verificou-se que nas últimas décadas foram encetados esforços para definir, caracterizar, estruturar e reabilitar o centro histórico da cidade de Ovar.

Verificou-se que no centro histórico o património industrial está patente em registos de áreas produtivas e nas diversas soluções construtivas dos imóveis. Assim, quando se fala de património industrial, referem-se os vestígios deixados pela indústria conserveira, cerâmica, metalúrgica e alimentar, para além da obra pública, transportes, infra-estruturas, habitações, etc. De uma forma sintética, pode então dizer-se que o património industrial ainda existente no centro histórico de Ovar decorre de vestígios técnico-industriais de equipamentos, edifícios, produtos, documentos de arquivo e da própria dinâmica industrial que fomentou ou condicionou do desenvolvimento da cidade e concelho de Ovar.

Constatou-se que nos últimos anos a CMO tem promovido estudos, projectos e acções de reabilitação e dinamização de espaços públicos e equipamentos municipais, dos quais se destacam os projectos do MJD-CMO e futura Escola de Artes e Ofícios imóveis integrados no centro histórico da cidade de Ovar. Estes equipamentos culturais, na base da sua génese, cedem e novas formas e funções, através do investimento público, perspectivando potencial apoio técnico e financeiro da iniciativa privada, tendo como objectivo dotar o actual centro histórico com argumentos económicos e turísticos com qualidade formal e funcional, respeitando, contudo, a identidade e autenticidade do património cultural.

Consta-se que as intervenções em desenvolvimento no centro histórico de Ovar, no âmbito do P.R.U., podem proporcionar condições económicas e sociais ideais para gerar mais-valias capazes de mobilizar recursos e produtos turísticos e de responder de forma sustentável a necessidades da comunidade local.

As acções propostas e desenvolvidas neste trabalho visam rentabilizar alguns projectos de reabilitação do centro histórico de Ovar, apostando na diversidade e qualidade dos recursos materiais e imateriais existentes qualificando a oferta turística local, havendo entretanto a necessidade de:

- Colmatar deficiências existentes e melhorar as condições actuais, em termos de oferta de infraestruturas e equipamentos turísticos, neste território excelente para desenvolvimento desta actividade;

- Apostar no aumento da oferta e qualidade das infraestruturas do alojamento, processo essencial com vista ao aumento da procura, e que na maioria dos casos podem determinar a escolha do destino turístico.
- Induzir nos privados a iniciativa e o gosto pela reapropriação do seu espaço e também a invenção de novas formas de viver o centro histórico da cidade de Ovar, marcando-as com o sentido de comunidade, reanimando espaços, tradições, artes e costumes entreabrindo, assim, uma janela de oportunidades no futuro.
- Sensibilizar os residentes para a adopção de soluções sustentáveis de integração e preservação do tecido edificado, visando uma estratégia de regeneração e utilização do património com vista à sua rentabilização económica.
- Promover acções de apoio a projectos de conservação e regeneração do património do centro histórico da cidade de Ovar apostando em soluções arquitectónicas criativas, dinâmicas, contemporâneas e de qualidade.

Existe o risco de algumas acções de preservação e de rentabilização do tecido edificado congelarem, de certo modo, o centro histórico no tempo, enquanto que no passado este a mudara regularmente. Se as acções propostas não forem acompanhadas por processos de mudança que respondam satisfatoriamente às exigências dos novos modos de vida e padrões de qualidade e pela sua divulgação, existe o risco de condicionar o desenvolvimento sustentável de algumas áreas da cidade.

A gestão sustentável do centro histórico poderá passar:

- Promover acções que visem aumentar as decisões de investimento *per capita*, considerando de forma realista o estado de conservação e as necessidades de reabilitação dos edifícios no centro histórico e a respectiva rentabilização ao nível turístico. Também exige-se a monitorização e controlo dos resultados do investimento a assegurar por instrumentos de gestão do centro histórico, nos quais deverá imperar o pragmatismo e o compromisso dos principais parceiros.
- Pela consideração do investimento na preservação do tecido edificado numa perspectiva que ultrapasse a noção tradicional de manutenção dos edifícios históricos pelo seu valor intrínseco. A compatibilidade da regeneração e da conservação e o efeito de alavanca da última sobre a primeira dependem da sua integração numa estratégia global.
- Pelo desenvolvimento de estratégias multisectoriais, revelando-se a preservação e promoção do tecido edificado como parte integrante do processo de criação de

comunidades equilibradas, sob pena de manter ou deslocar os problemas do passado. A CMO pode influenciar os processos de reestruturação em curso no centro histórico através da escolha da abordagem e de decisões de investimento.

- Pelo desenvolvimento de planos de gestão e acção e de relatórios de monitorização como elementos de auxílio importante ou mesmo essenciais no desenho de uma visão e de uma estratégia para a gestão do centro histórico. Exemplos: realização de inquéritos junto da população sobre as razões de escolha de optar o centro histórico como área de residência e as razões que poderiam levar a abandoná-lo; realização de inquérito, à população do concelho não residente no centro histórico, sobre os factores de atracção e de repulsa deste como área de residência; a avaliação da *performance* da gestão do centro histórico tendo por base indicadores de qualidade com os respectivos critérios de valor.
- Pela adopção de procedimentos pragmáticos e planos de comunicação e de promoção do centro histórico *agressivos*. A adopção de instrumentos de gestão próprios e de planos de comunicação e promoção específicos poderão potenciar os efeitos do planeamento decorrentes do esforço de investimento

Conclui-se que as vivências colectivas no centro histórico mantem este como espaço urbano que agrega um conjunto de lugares com identidade, os quais nalguns casos, são reconhecidos de forma positiva ou negativa pelos residentes. O centro histórico deverá reunir condições para favorecer o exercício de uma saudável apropriação do espaço público pelos seus usuários, ou seja: promover o interesse pelo conhecimento dos lugares; a consolidação de trajectos quotidianos; a solidificação das relações de vizinhança; a promoção das relações com os comerciantes e artífices; o respeito pelos sentimentos difusos de estar no próprio território. Verificou-se que da prática quotidiana dos hábitos, das rotinas e da manutenção das tradições - mesmo que recentes, como é o caso do Carnaval - desenvolvem rituais organizadores da vida social que se desenrola no lugar e constituem, por isso, comportamentos sociais que traduzem uma forte ligação desta comunidade com o espaço físico onde reside.

Constatou-se na análise das fontes documentais que a degradação das habitações e espaços públicos que marcou as últimas duas décadas do séc. XX não impediu o reforço das vivências sociais, ricas em partilha, desenvolvidas em inúmeras associações culturais, recreativas ou desportivas, bem como a manutenção de alguns serviços privados como os cafés, restaurantes e comércio local.

Verificou-se que nas últimas décadas a C.M.O., como agente regulador do mercado cultural do centro histórico de Ovar, proporcionou um aumento considerável de consumo da cultura de massas, alargando o conteúdo do conceito da prática cultural, através da promoção de acontecimentos na área do lazer e do entretenimento, dinamizando o ambiente difundindo nos *media* a deambulação pelo espaço público e o usufruto do comércio e serviços característicos de uma sociedade industrializada e cosmopolita, destacando-se alguns equipamentos como a Biblioteca Municipal, o Centro de Arte, o Museu de Ovar e a Casa-Museu de Arte Sacra.

A cultura promovida no centro histórico nas últimas décadas tem estado associada, sobretudo, a projectos promovidos e financiados (na totalidade ou parcialmente) pela CMO, verificando-se o apoio das associações e colectividades que trazem aos espaços públicos iniciativas como a música, recriações históricas, teatro, desfiles etnográficos, representações de artes, ofícios e técnicas artesanais etc..

Destacam-se eventos de referência como o Cantar dos Reis, o Carnaval e as Procissões Quaresmais, com índices elevados de sociabilidade e reforço de auto-estima da comunidade local, atraindo milhares visitantes e turistas que de algum modo, se interessam, assim, pelo centro histórico (visitantes, curiosos, fotógrafos, estudiosos, etc).

A salvaguarda e recuperação do património constitui um dever indeclinável das entidades competentes e da população que nele habita e o visita, sendo, por isso, importante a existência de regulamentação sobre o modo de intervir no seu tecido e nos imóveis, para que não se ponha em causa o que, no momento actual, se considera fundamental preservar para o futuro, mas sem esquecer que, em comunhão com o que é antigo, se deve afirmar o tempo presente.

Conclui-se, afirmando que o património cultural constitui um dos alicerces fundamentais na afirmação da identidade de um local, sendo necessário promover a sua fruição pública, sensibilizando os seus habitantes para a importância do centro histórico na sua afirmação.

Neste contexto, foi considerado fundamental proceder a uma reflexão cuidadosa em matéria de identificação de instrumentos de ordenamento e gestão do território aplicáveis ao Centro Histórico. Naturalmente que a eficácia dos instrumentos depende, na íntegra, de um envolvimento positivo do conjunto de actores locais e da existência de um controlo rigoroso do cumprimento das normas, exigindo fiscalização activa e consequente, bem como a previsão de

um regime de sanções penalizadoras que contribua para a inibição de condutas desrespeitadoras.

Embora Ovar ofereça, na actualidade, aos seus visitantes oportunidades de usufruir um centro histórico globalmente bem preservado, não existe actualmente um pleno aproveitamento do potencial cultural da cidade e da vivência plena deste território. Tal facto acaba por ter como consequência a perda de competitividade do concelho no contexto global, que poderá traduzir-se em números de visitantes relativamente baixos do que decorre uma menos ocupação hoteleira e a redução do tempo de permanência dos turistas na cidade

Constata-se que a aposta no desenvolvimento cultural do centro histórico, além de potenciar o crescimento da actividade económica da indústria do turismo, poderá ainda ser um factor de incremento do conhecimento e inovação, através de um programa de acção consistente na futura Escola de Artes e Ofícios e no MJD-CD, através da museologia, história, arqueologia, etnografia, antropologia, artes e ofícios artesanais e industriais, estimulando a presença das universidades.

O grande desafio coloca-se, então, na concretização das propostas desenvolvidas e na capacidade de agregar organismos, forças vivas e dinâmicas, que queiram trabalhar por um objectivo comum transformando o centro histórico num forte e atractivo pólo cultural da região nas áreas do conhecimento, da cultura e do património.

Como nota final, considera-se que, neste contexto seria interessante a incorporação no processo de regeneração do centro histórico, o estímulo ao aparecimento e instalação de micro e pequenas empresas ligadas à indústria cultural e do entretenimento, potencialmente produtoras de conteúdos dirigidos às necessidades da renovada rede de equipamentos e de serviços.

## **Bibliografia**

### Fontes Manuscritas

- Arquivo Municipal de Ovar
- *Boletim Informativo: Câmara Municipal de Ovar*. 1995-2009
- *Carta do Património Cultural*. 2000-2011
- *Cartografia digital do Concelho de Ovar*. Câmara Municipal de Ovar. 2005
- *Carta Militar de Portugal – Serviços Cartográficos do Exército*. Ovar, 153, Escala 1:25000. Lisboa, Papelaria Fernandes, 1948.
- *Carta Militar de Portugal – Serviços Cartográficos do Exército*. Ovar, 153, Escala 1:25000. Lisboa, Papelaria Fernandes, 1998.
- *Carta Militar de Portugal – Serviços Cartográficos do Exército*. Ovar, 153, Escala 1:25000. Lisboa, Papelaria Fernandes, 2001.
- *Estudo Económico do Concelho de Ovar*. Aveiro, GAT, 1997.
- *Ovar: Boletim Municipal*. 1990-1994
- *Plano de Pormenor do Cais da Ribeira*. 2002
- *Plano Director Municipal*. Câmara Municipal de Ovar, 1994.
- *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho de Ovar - relatório final. Quatenaire – 1995*.
- *Plano Geral de Urbanização (revisão e ampliação)*. Câmara Municipal de Ovar, 1985.
- *Planta síntese com limites de acção na cidade de Ovar no âmbito do P.R.U.. Propostas a desenvolver pelo G.T.L. a criar pela C.M.O.* 1986.
- *Planta Topographica “Villa de Ovar”*. Escala 1:300. Aveiro, levantamento de Eng. José Toscano de Figueiredo e José Ferreira Pinho de Sousa, Agosto de 1911.
- *Planta de Urbanização e de Trabalho. Vila de Ovar: Ante-Plano de Urbanização*. Escala 1:2500. Arq. Miguel Resende 1945/50.
- *Projecto de Arquitectura Mercado Municipal* - processo 1940-55
- *Processo de Aquisição da Fábrica de Papel do Casal*. 2007-2009.
- *Programa Funcional do G.T.L. - C.M.O.*, Abril de 1997
- *Programa de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Ovar*. C.M.O., GTL, 1998.
- *Programa de Regeneração do Centro Histórico de Ovar*. 2007-2013.

- *Programa Preliminar da Escola de Artes e Ofícios de Ovar*. 2010.
- *Programa da Casa Júlio Dinis: Recuperação* (apontamento - Vinhas Reis)
- *Regulamento do Plano de Pormenor de Reabilitação e Valorização do Núcleo Urbano Central*.  
12 de Outubro de 2001
- *Serviços Sociais - Levantamento Sócio-Económico*. 2002.
- *S.I.G. do Concelho de Ovar*. Câmara Municipal de Ovar. 2006.

- Biblioteca Municipal de Ovar – Secção de História Local e Regional

- *Fábrica de Papel do Casal*. 1980-1994
- *CMO - Boletins Informativos*. 1995-2005
- *CMO - Boletim Municipal*. 1990-1994
- *INE e DGOTDU, Indicadores Urbanos do Continente -Lisboa*, 1999
- “*Mapa Topographico do terreno que mêdea entre o Rio Douro e o lago, ou Ria d'Áveiro: e delineação de hum Canal de Navegação interior que nelle se pode abrir*” -1776 e 1816.  
Cópia de José Sà de Ferreira.
- “*Mappa Topografico da Barra, Rios e Esteiros da Cidade de Aveiro, com parte do Rio Vouga e de toda a costa, para o Norte desde a dita Barra thé à do Porto, e para Sul da mesma Barra de Aveiro the defronte de Mira com os mayores Cais nos Rios Salgados*” – 1778
- *Planta da Villa de Ovar* – finais do séc. XVIII. Reprodução.

- Biblioteca Dinisiana

- *Projecto e Processo de Obras do Museu Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense*. 1990-1996
- *Projecto de Reabilitação do Museu Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense*. 2001-2004
- *Projecto de Ampliação e Reabilitação do Museu Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense*. 2005-2011

- Outros arquivos

- “*Caminhos de Ferro de via reduzida. Ovar ao Furadouro e Ovar a Oliveira de Azemeis ou S. João da Madeira, em direcção a Cãmbra e S. Pedro do Sul – exposição – Lisboa 18 de Março 1988*”-  
Arquivo de Dr. Guilherme Oliveira Santos

### Monografias

- AMORIM, Aires de – *Achegas para o Estudo da História Local*. Esmoriz: Comissão de Melhoramentos, 1989.
- AMORIM, Inês de – *Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico*. Porto: Faculdade de Letras, 1996.
- Associação dos Arquitectos Portugueses - *Arquitectura Popular em Portugal*, 1º volume, 3ª edição. Lisboa, 1988.
- BASTOS, Manuel Pires – *O Concelho de Ovar nas «Memórias Paroquiais» (1758)*. Ovar: Paróquia de Ovar, 1984.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem - *O Nosso Futuro Comum*. World Commission on Environment and Development – ONU, 1987.
- CASTRO, Ângela – *Memórias da Urbe*. Ovar: Câmara Municipal, 1994.
- CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala - *Júlio Dinis, Um Diário em Ovar 1863 – 1866*. Porto: Campo das Letras – Editores, S.A., 1998.
- COSTA, Arada e – *História Religiosa de Ovar (algumas achegas)*. Ovar: Câmara Municipal, 1967.
- CRUZ, Liberto - *Júlio Dinis – biografia*. Lisboa: Quetzal Editores, 2002.
- COELHO, Jacinto Prado - *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, vol.2, Artis-Bompiani, 1970.
- DIAS, José Eduardo Figueiredo; MENDES, Joana Maria Pereira – *Legislação Ambiental - Sistematizada e Comentada*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- DINIS, Júlio - *Cartas e Esboços Literários*. Porto: Livraria Civilização, 1989.
- FERREIRA, Isabel – *Azulejos tradicionais de fachada em Ovar. Contributos para uma metodologia de conservação e restauro*. Ovar: Câmara Municipal, 1999.
- FERREIRA, Jorge A. B. – *Direito do Património Histórico-Cultural. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais. Actos Comunitários*. Coimbra: CEFA, 1998.
- FRANÇA, José-Augusto – *A Arte em Portugal no Século XIX*. Vol. I. Lisboa: Bertrand Editora, 1990.
- GOMES, Maria Leonor; MARCELINO, Maria Margarida; ESPADA, MARIA da Graça – *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. Amadora: Direcção Geral de Ambiente –DSIA, 2000.
- GOMES, Rogério – *Ambiente Urbano – Conceito e estratégia*. Lisboa: URBE, 2000.

- GONÇALVES, Luísa; ROQUE, Isabel; SARAIVA, Sandra – *Desenvolvimento de Aplicações SIG de Âmbito Municipal*. Leiria: Instituto Politécnico, 2003.
- LAMAS, José M. Ressamo Garcia – *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.
- LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, 1977.
- LAMY, Alberto Sousa; RODRIGUES, Augusto – *Furadouro: uma terra com passado e futuro*. Ovar: Comissão de Melhoramentos do Furadouro, 2000.
- LAMY, Alberto Sousa – *Monografia de Ovar: Freguesias de São Cristóvão e de São João de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, 2001.
- LAMY, Alberto Sousa – *Datas da História de Ovar. Freguesias de S. Cristóvão e de S. João*. Ovar: Câmara Municipal, 2005.
- LAMY, Alberto Sousa – *Dicionário de História de Ovar. Freguesias de S. Cristóvão e São João de Ovar*. III Vol. Ovar: Câmara Municipal, 2010.
- LAMY, Laranjeira – *A Ria de Aveiro. Barcos e Artes de Pesca*. Aveiro: Portucel, 1989.
- LÍRIO, Manuel – *Os Passos de Ovar. Subsídios para a história de Ovar*. Ovar: Imprensa Pátria, 1922.
- LÍRIO, Manuel – *Ovar em 1758*. Ovar: Museu de Ovar, 1992.
- LÍRIO, Manuel – *Monumentos e Instituições Religiosas. Subsídios para a História de Ovar*. Ovar: Museu de Ovar, 1994.
- LOBO, Manuel da Costa Lobo – *Planeamento Regional e Urbano*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito – *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- MATTOSO, José – *A Terra de Santa Maria na Idade Média – limites geográficos e identidade peculiar*. Feira: Ed. Castelo de Santa Maria da Feira – Comissão de Vigilância, 1993.
- MONIZ, Egas - *Júlio Dinis e a sua Obra*. Porto: Livraria Civilização, 1948;
- MOTA, Isabel Almeida; SÁ, Mário Pinto Jorge Vasconcelos e; MARQUES, Viriato Soromenho; RIBEIRO, José Félix – *Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável – 2005-2015*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, 2005.
- MOREIRA, Patrícia – *Servidões e Restrições de Utilidade Pública*. Coleção de informação 4. Lisboa: D.G.O.T.D.U., 1999

- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - *Construções Primitivas em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1998.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2003.
- OLIVEIRA, Miguel de – *Ovar na Idade Média*. Ovar: Câmara Municipal, 1967.
- PEIXOTO, Rocha - *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- PINHO, João Frederico Tavares de - *Memórias e Datas para a História da Vila de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, 1959.
- SANTOS, Zagalo dos – *Saibam quantos...* Ovar: Câmara Municipal, 2001.
- Serviços da Cultura da Câmara Municipal de Ovar - *Ovar e Júlio Dinis*. Ovar: Imprensa Pátria, 1989.
- SILVA, António Manuel – *Proto-História e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral, Elementos para uma avaliação crítica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.
- SILVA, Marques da; BRANCO, Maria V. B. – *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1997.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Metodologia da Investigação. Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2005.
- TEIXEIRA, C.; ASSUNÇÃO, C. T. - *Carta Geológica de Portugal notícia explicativa da folha 13-C, Ovar*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1963.

#### Periódicos

- ABALLE, Rui; BASTOS, Manuel Pires – Capela Nossa Senhora da Graça, In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar, Câmara Municipal de Ovar, ano 2, n.º 2, 2002, pp. 69-72.
- AMORIM, Aires de – *Para a História de Ovar. Marinhas de sal, nos séculos XV a XVII*. In *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, n.º 5, 1968, pp. 34-38.
- AMORIM, Aires de – *O Cabido da Sé do Porto defende os limites territoriais de Cabanões contra Válega, Beduído, Arada, Maceda, Cortegaça e Mira*. In *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, n.º 6, 1968, pp.

- AMORIM, Inês de – *Descrição da Comarca da Feira, 1801*. In *Revista da Faculdade de Letras-História*. Porto: Faculdade de Letras, 1994, pp. 268-269.
- AMORIM, Inês de – *Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII (1690-1814) – estudo económico de um espaço histórico*. Porto: Faculdade de Letras, 1996.
- BARBOSA, José Ferreira - *Ovar: Património e Identidade Territorial. Valores para além da sobrevivência da memória. Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 8, n.º 8. Ovar: Câmara Municipal, 2008, pp. 3-16.
- BASTOS, Manuel Pires – *Sal: também são lágrimas de Ovar*. In *Reis*. Ovar: Troupe JOC-LOC, n.º 19, 1985, pp. 18-21.
- BASTOS, Manuel Pires – *História breve da Igreja Matriz de S. Cristóvão de Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 1, n.º 1, 2001, pp. 27-40.
- BERNARDO, Manuel – «1901-2000 Crónica do Século» *A Indústria no Concelho de Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 2, n.º 2, 2002, pp. 29-36.
- CAÇÃO, Rosa – *Carta de Património Cultural do Concelho de Ovar. Um instrumento de inventariação e gestão no SIG*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 10, n.º 10, 2010, pp. 77-86.
- CALADO, Rafael Salinas – *Azulejo de “Torna Viagem”*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 1, n.º 1, 2001, pp. 41-48.
- CARVALHO, João Vasco de – *Monographia Rural de Ovar*. In *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, ano 11, n.º 5, 1912, pp. 57-58.
- CASTRO, Ângela - *Os caminhos do sal... por terras de Ovar. Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 1, n.º 1. Ovar: Câmara Municipal, 2001, pp. 55-72.
- CORREIA, João de Araújo – *Há Sal na Régua*. In *Boletim da Casa do Concelho de Ovar*. Lisboa: Casa do Concelho de Ovar, Julho, 1958.
- - COSTA, Alfredo - *O Abastecimento de Água e o Saneamento no Concelho de Ovar. Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 8, n.º 8. Ovar: Câmara Municipal, 2008, pp. 105-134.
- COSTA, João -*Fábrica de Papel do Casal, Reis*, n.º 29. Ovar: JOC – LOC, 1995, p. 40.

- FERREIRA, Isabel – *Conservação e restauro dos azulejos oitocentista de fachada da cidade de Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 4, n.º 4, 2004, p. 73-80.
- FERREIRA, Vitor - *Desenvolvimento do projecto: promoção turística do concelho de Ovar*. *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 10 n.º 10. Ovar: Câmara Municipal, 2010, pp. 67-76.
- FRANÇA, António - *A Indústria de Tanoaria de Esmoriz*. *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 1, n.º 1. Ovar: Câmara Municipal, 2001, pp. 73-84.
- FRANÇA, António - *A Tanoaria – Projecto etnomuseológico*. in *Patrimónios – Boletim da ADERAV*. Aveiro: ADERAV. 2002.
- FRANÇA, António - *Notas para a História da Arte da Tanoaria em Esmoriz: A Fundação do Sindicato dos Tanoeiros* - in *18.º Festival de Folclore de Esmoriz*. Esmoriz: Grupo Etnográfico de Esmoriz. 2003.
- FRANÇA, António - *Notas para a História da Arte da Tanoaria em Esmoriz: I Pré-Mecanização; II O Novo Contracto Colectivo; III Central de Esmoriz* - in *19.º Festival de Folclore de Esmoriz*. Esmoriz: Grupo Etnográfico de Esmoriz. 2004.
- FRANÇA, António - *Espelhos de Porta no séc. XIX* - in *20.º Festival de Folclore de Esmoriz*. Esmoriz: Grupo Etnográfico de Esmoriz. 2005.
- FRANÇA, António - *Notas para a História da Arte da Tanoaria em Esmoriz* *21.º Festival de Folclore de Esmoriz*. Esmoriz: Grupo Etnográfico de Esmoriz. 2006.
- FRANÇA, António - *Intervenção arqueológica na igreja Matriz de São Cristóvão de Ovar: leituras e interpretações*. *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 9 n.º 9. Ovar: Câmara Municipal, 2009, pp. 119-130.
- LAMY, Alberto Sousa – *Ovar à passagem de Júlio Dinis*. *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 1, n.º 1. Ovar: Câmara Municipal, 2001, pp. 11-18.
- LAMY, Alberto Sousa - *A Ribeira e o seu Cais*. *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 3, n.º 3. Ovar: Câmara Municipal, 2003, pp. 71-78.
- LAMY, Laranjeira – *Demografia Vareira*. In *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, n.º 17, 1974, pp. 28-30.

- LOUSA, João César – *A Barra de Aveiro – na história e no progresso da Região*. In *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal, ano II, n.º 4, 1984, pp. 45-54.
- LYNCH, Kevin - *A Boa Forma da Cidade*. In *Arquitetura & Urbanismo*. Lisboa: Edições 70, Vol. 5, 1999.
- GASPAR, João Gonçalves – *Formação da Ria e Povoamento da Região de Aveiro*. In *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, n.º 36, 1986, pp. 55-67.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa – *A Acção dos “Brasileiros” de torna-viagem em Ovar. A Obra dos Irmãos Oliveira Lopes*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 5, n.º 5, 2005, pp. 3-14.
- MARTINS, Rui – *O Caminho-de-Ferro: veio estruturante da evolução sócio-urbana entre Porto e Aveiro, em exemplo Espinho e Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 6, n.º 6, 2006, p. 57-74.
- OLIVEIRA, Miguel de – *A Vila de Ovar. Subsídios para a sua História até o século XVI*. In *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Coimbra Editora, n.º 1, 1935, pp 241-248.
- OLIVEIRA, Miguel de – *A Vila de Ovar. Subsídios para a sua História até o século XVI (continuação)*. In *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Coimbra Editora, n.º 5, 1936, pp. 21-27.
- OLIVEIRA, Miguel de – *A Vila de Ovar. Subsídios para a sua História até o século XVI (continuação)*. In *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Tip. Coimbra Editora, n.º 29, 1942, pp. 66-74.
- PACHECO, Rogério Paulo – *Ovar: reescrita(s) da cidade*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 7, n.º 7, 2007, p. 113-122.
- PARDAL, Sidónio – *Raízes de memória para o Parque Urbano de Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 5, n.º 5, 2005, p. 137-144.
- PEREIRA, Gabriel Rocha – *Notas para o estudo da arqueologia em Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar, Câmara Municipal de Ovar, ano 5, n.º 5, 2005, pp. 105-114.
- QUEIROZ, Francisco - *Em busca de uma identidade para o centro histórico de Ovar para o estudo demográfico e caracterização da sociedade vareira*. *Dunas. Temas & Perspectivas –*

*revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 9 n.º 9. Ovar: Câmara Municipal, 2009, pp. 7-18.

- REIS, Álvaro – *O litoral Ovarense. Características geomorfológicas e geológicas*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 2, n.º 2, 2002, pp. 37-44.

- REIS, Cristina - *Recolha registo e estudo do património imaterial. Contributos para a salvaguarda das comunidades do concelho de Ovar*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 10, n.º 10. Ovar: Câmara Municipal, 2010, pp. 77-86.

- SANTOS, Guilherme G. de Oliveira - *Ovar na rota dos viajantes e nas letras*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 5, n.º 5, 2005, pp. 47-54.

- SANTOS, Maria José - *Procura de um espaço perdido: a Fábrica do Papel de S. Cristóvão, Dunas – temas & perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 3, n.º 3. Ovar: Câmara Municipal, 2003, pp.79 – 88.

- SALES, Fátima – *Januário Godinho: um património de arquitectura*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 3, n.º 3, 2003, pp. 3-20.

- SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Terra de Ovar e os seus Forais Manuelinos*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 1, n.º 1, 2001, pp. 3-10.

- SOUSA, Ana Catarina – *Evolução da linha de costa na Barrinha de Esmoriz e zona costeira adjacente*. In *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal, ano 3, n.º 3, 2003, pp. 49-65.

- TAVARES, André; RODRIGUES, Duarte; OLIVEIRA, Ivo – *Ovar. Teoria Geral da Organização do Espaço*. In *u6*. Porto: AE FAUP, 1998, pp. 14-16.

- TAVARES, Domingos - *Os caminhos do mar na génese da urbe*. *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 2, n.º 2. Ovar: Câmara Municipal, 2002, pp. 21-28.

- TAVARES, Domingos - *A Urbe de Ovar e a sua Identidade*. *Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 10, n.º 10. Ovar: Câmara Municipal, 2010, pp. 45-52.

- VENTURA, Helder João - *Pelos caminhos da água entre Ovar e Aveiro. Dunas. Temas & Perspectivas – revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ano 2, n.º 2, Ovar: Câmara Municipal, 2005, pp. 53-68.

#### Fontes internet

- [www.amria.pt](http://www.amria.pt) – Associação de Municípios da Ria
- [www.bcsdportugal.org](http://www.bcsdportugal.org) - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
- [www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt) - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDRC
- <http://www.geota.pt> – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
- <http://civitas.dcea.fct.unl.pt> - CIVITAS - Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis
- [www.amria.pt](http://www.amria.pt) – Associação de Municípios da Ria;
- [www.bcsdportugal.org](http://www.bcsdportugal.org) - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável;
- [www.futurosustentavel.org](http://www.futurosustentavel.org) – Associação Futuro Sustentável
- [www.interreg-medocc.org/](http://www.interreg-medocc.org/)- Programa Interreg II;
- [www.geota.pt](http://www.geota.pt) – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente;
- [www.portugal.gov.pt/](http://www.portugal.gov.pt/) - Portal do Governo;
- [www.ua.pt/](http://www.ua.pt/) - Universidade de Aveiro;
- [www.up.pt/](http://www.up.pt/) - Universidade do Porto;
- <http://pru.cm-ovar.pt/> - Parcerias para a Regeneração Urbana em Ovar
- <http://viasromanas.planetaclix.pt> – Itinerários de vias Romanas
- <http://pt.wikipedia.org>

#### Legislação

- Decreto-Lei N.º 74/99, de 16 de Março – *Estatuto de Mecenato*.
- Lei n.º 11/87, de 7 de Abril - *Lei de Bases do Ambiente*.
- Lei n.º 107/01 de 8 de Setembro - *Lei Bases do Património Cultural Português*.
- Lei n. 47/2004, de 19 de Agosto – *Lei-Quadro dos Museus Portugueses*.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2006 de 3 de Fevereiro – *Revisão do Plano Director Municipal do Porto*.
- Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho – *Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*

### Cartas e Convenções

- *Convenção de Paris, para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. UNESCO, 1972,
- *Orientações para a aplicação da Convenção para o Património Mundial*. Comité do Património Mundial, 1976.

### Jornais

- *A Folha de Ovar*. 1892-1895
- *João Semana*. 1914-
- *Jornal de Ovar*. 1988-2009
- *Notícias de Ovar*. 1948-2000
- *A Pátria*. 1908-1928
- *O Povo de Ovar*. 1886-1893 e 1929-1942
- *Praça Pública*. 2000-
- *Terras de Ovar* – 1983-1993

